

Entre esquecimentos e silêncios: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no distrito de

Quilombo, Pelotas, RS.
ÁVILA, Cristiane Bartz de.
Dissertação, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em
Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

Entre esquecimentos e silêncios:

Manuel Padeiro e a memória da escravidão no distrito de Quilombo,
Pelotas, RS.

CRISTIANE BARTZ DE ÁVILA

Pelotas, 2014

Cristiane Bartz de Ávila

Entre esquecimentos e silêncios:

Manuel Padeiro e a memória da escravidão no distrito de Quilombo, Pelotas, RS.



Figura 1 - Catálogo artesanato Quilombola.

Fonte: CAPA, 2012

Dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Bento Ribeiro.

Pelotas, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A958e

Ávila, Cristiane Bartz de

Entre esquecimentos e silêncios: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no distrito de Quilombo, Pelotas, RS / Cristiane Bartz de Ávila; Maria de Fátima Bento Ribeiro, orientadora. – Pelotas, 2014.

183 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Comunidades negras rurais. 2. Quilombo. 3. Silêncio. 4. Memória. 5. Patrimônio cultural. I. Ribeiro, Maria de Fátima Bento, orient. II. Título.

CDD: 306

Cristiane Bartz de Ávila

Entre esquecimentos e silêncios:

Manuel Padeiro e a memória da escravidão no distrito de Quilombo, Pelotas, RS.



Figura 2 - Paisagem do Distrito Quilombo, Pelotas (RS).

Fonte: acervo da pesquisadora.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 26.02.2014

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Bento Ribeiro (Orientadora)
Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira
Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo(USP)

Prof. Dr. Adelmir Fiabani
Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos(UNISINOS)

Dedico este trabalho

**Aos meus filhos, pequenas estrelas, fontes
da minha inspiração!**

Agradecimentos

Ao finalizarmos esta etapa, percebemos que sozinhos não poderíamos apresentar tais resultados, e que palavras são poucas para agradecer a todos que contribuíram nesta trajetória.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus e todas as Forças do Universo que conspiraram para que este tema pudesse ser desenvolvido.

Aos meus pais, por me ensinarem a gostar de estudar e saber que o ser humano deve aprender sempre.

Ao meu esposo Valter, pelo incentivo e por acreditar que eu seria capaz, mesmo quando o processo de seleção parecia uma barreira intransponível.

À minha orientadora, que se tornou durante esse processo, mais do que uma professora, uma amiga incansável, que me mostrou o caminho, sem a qual este trabalho não se concluiria. Obrigada por sua dedicação, atenção e sabedoria.

Agradeço à FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), que através da bolsa concedida possibilitou, além da conclusão do curso, o desenvolvimento de um projeto de educação patrimonial, utilizando do conhecimento adquirido nas pesquisas para o trabalho com alunos que estudaram a sua própria história, o que foi uma experiência gratificante ao percebermos o interesse dos mesmos.

Também não poderíamos deixar de agradecer à coordenação do PPGMP (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural) da UFPEL, na pessoa da Profa. Dra. Maria Letícia Mazzuchi Ferreira, por oportunizar o desenvolvimento deste projeto, por ter indicado esta pesquisadora à FAPERGS, bem como pelas importantes contribuições a este trabalho ao participar da banca de qualificação e ao ministrar suas aulas.

Neste momento também quero agradecer à Prof. Dra. Carla Gastaud, que também participou da banca de qualificação com contribuições relevantes.

Não poderia deixar de agradecer ao pessoal do Quilombo do Alto do Caixão por sua acolhida, em especial à Viviane que se tornou uma grande amiga.

Também agradeço ao Edgar Nogueira e ao Nilo Dias pela disposição em servir de “guias” na visita ao Morro do Quinongongo e ao amigo Antônio Leonel, que

me mostrou a importância de trabalhar com a temática quilombola e me ajudou nos primeiros contatos.

Às anciãs Ilda Nogueira, Eva Lacerda e Edith Fouchy Jouglard, que tão gentilmente me concederam entrevistas e muitos ensinamentos e lições de vida.

À Elaine Ribes e à Ivone Ribes, que me levaram a conhecer alguns locais da paisagem que são utilizados para rememorar as histórias quilombolas. Também lhes agradeço pela confiança em me emprestar material tão valioso que contribuiu para elucidar fatos da época de Manuel Padeiro no século XIX.

Agradeço à amiga e diretora da E.M.E.F. Nestor Eliseu Crochemore, Lia Noveline, que sempre acreditou no meu trabalho e possibilitou o início desta caminhada.

À minha querida irmã, pela leitura, opinião e pelas palavras de incentivo e conforto.

Ao dindo Marcus e à dinda Elzira que é como uma mãe para mim.

À comadre Cátia e ao compadre Geraldo, pelas palavras, amizade e exemplo de força e perseverança a ser seguido.

Aos Professores Drs. Fábio Cerqueira e Aldemir Fiabani que aceitaram compor esta banca trazendo relevantes contribuições para este trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que me auxiliaram, seja prestando informações, concedendo entrevistas, cedendo material de pesquisa ou simplesmente trazendo uma palavra amiga.

Homenagem

Aos meus pais e ao meu avô Ricardo, que fizeram com que eu gostasse que faltasse energia elétrica durante a minha infância, só para ter oportunidade de escutar as histórias antigas.

Em especial à minha mãe, companheira de todas as horas. Obrigada pelo carinho e dedicação e pelos puxões de orelha que me fizeram ser o que sou hoje.

“O vínculo com o passado, que é vital, porque dele se extrai a seiva para a formação da identidade.”

(BOSI, 2012, p. 198)

“Eu penso que os urbanistas, quando fazem projetos sobre as cidades, deveriam escutar os velhos moradores e estarem abertos a sua memória, que é a memória de cada rua, de cada bairro.”

(Ibid., p. 199)

Resumo

AVILA, Cristiane Bartz de. **Entre esquecimentos e silêncios**: Manuel Padeiro e a memória da escravidão no Distrito de Quilombo, Pelotas, RS. 2014. 183f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo investigar, junto aos moradores do Distrito de Quilombo do Município de Pelotas (RS) e da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, que se localiza no próprio Distrito, as memórias da experiência da escravidão e da experiência Quilombola. Ao dar especial visibilidade aos moradores do Alto do Caixão, procurou-se pesquisar como as políticas públicas têm influenciado a vida desta Comunidade Negra Rural. Qual seria o papel das instituições que servem de ponte entre a Comunidade e o governo para implementar as referidas políticas? Será que estas ações contribuem no sentido de estabelecer uma condição cidadã para os seus integrantes? Para responder essas questões, foram utilizadas fontes primárias, tais como o processo crime de Mariano, Atas da Câmara Municipal de Pelotas (século XIX), leis atuais sobre o processo de reconhecimento das Comunidades Negras Rurais e bibliografia sobre os temas escravidão, quilombos, memória e patrimônio. Na pesquisa de campo, fez-se contato com os moradores do Distrito de Quilombo e das Comunidades do Alto do Caixão e do Algodão, bem como com pessoas que participaram do processo de orientação aos moradores na busca das políticas públicas que se aplicam a estes grupos. Buscou-se as origens do Distrito de Quilombo no século XIX na figura do Quilombo de Manuel Padeiro e sua resistência à escravidão na Cidade de Pelotas. Procurou-se demonstrar que as memórias da escravidão trazem lembranças que foram silenciadas ao longo do tempo e que nos últimos anos têm sido rememoradas numa nova perspectiva. Ao trazer a discussão da nova perspectiva de Patrimônio Cultural, que nos últimos anos tem dado atenção ao Patrimônio Cultural Imaterial (saberes-fazer) e ao Natural, buscou-se demonstrar que, através de referências a elementos da Paisagem, os moradores do Alto do Caixão e os moradores do Distrito de Quilombo como um todo, rememoram a história do Distrito de Quilombo e a da Cidade de Pelotas, em suas facetas escravista, charqueadora e quilombola. Por fim, questionou-se se uma iniciativa de patrimonializar a figura de Manuel Padeiro ou os saberes-fazer da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão contribuiria de forma afirmativa para a autoestima destes moradores.

Palavras-chave: quilombos; comunidades negras rurais; silêncio; memória; patrimônio cultural;

Abstract

AVILA, Cristiane Bartz de. **Between forgetfulness and silence: Manuel Padeiro and the memory of slavery in the District of Quilombo Pelotas.** 2014. 183f. Dissertation (Masters in Social Memory and Cultural Heritage) - Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2014.

This study aims to investigate along with the residents of the Quilombo District in Pelotas (RS) and the rural black community of Alto do Caixão, which lies on the District itself, the slavery experience memories and the experience as a Quilombo. By paying special attention to the residents of the community of Alto do Caixão, it was sought to investigate how public policies have influenced this rural black community life. Which role can be considered as links between the community and government to implement these policies? Do these actions contribute to establish a condition of citizenship for its members? To answer these questions, some primary sources were used, such as the crime of Mariano process, City Council Proceedings of Pelotas (nineteenth century), current laws on the rural black communities recognition process and bibliography that deals with the themes slavery, quilombo, memory and heritage. On the research field, a contact with the residents of Quilombo District and Communities of Alto do Caixão and Algodão was made, as well as with people who have participated on the orientation process of those residents seeking to know about public policies that are applied to these groups. It was sought to know about the origins of the Quilombo District in the nineteenth century, on the character of Quilombo Manuel Padeiro and its resistance against slavery in Pelotas. It was also sought to show that the slavery memories remind things that were silenced throughout time and have been recollected in a new perspective in the last few years. By bringing out a discussion of this new perspective of Cultural Heritage, which has been paying attention to the Imaterial (knowledge-doings) and Natural Cultural Patrimony, it was tried to demonstrate, through references to landscape elements, that the residents of Alto do Caixão and local residents recall as a whole Quilombo District and Pelotas City history on its different facets, such as slavery, jerked beef farms and Quilombo. Finally, it was asked whether an attempt of patrimonializing Manuel Padeiro character and/ or knowledge-doings of the Black Rural Community of Alto do Caixão contribute affirmatively to the self-esteem of these residents.

Keywords: quilombo, rural black communities, silence, memory, cultural heritage.

Lista de Figuras

Figura 1	Catálogo artesanato Quilombola.	01
Figura 2	Paisagem do Distrito Quilombo, Pelotas (RS).	03
Figura 3	Mapa dos distritos de Pelotas.	24
Figura 4	Um dos locais de acampamento Quilombola.	32
Figura 5	Foto da Família Nogueira.	35
Figura 6	Foto da Família Nogueira.	35
Figura 7	Campo com camadas de gelo pela manhã.	37
Figura 8	Obelisco da colonização francesa.	38
Figura 9	Museu da Colônia Francesa.	38
Figura 10	Placa de identificação do Museu da Colônia Francesa.	38
Figura 11	Acesso às propriedades do Alto do Caixão.	40
Figura 12	Propriedade no Alto do Caixão.	40
Figura 13	Pé de Arruda.	41
Figura 14	Propriedade no Alto do Caixão.	42
Figura 15	Propriedade no Alto do Caixão.	42
Figura 16	Propriedade no Alto do Caixão.	43
Figura 17	Propriedade no Alto do Caixão.	43
Figura 18	Construção das casas financiadas pelo Governo Federal.	51
Figura 19	Construção das casas financiadas pelo Governo Federal.	51
Figura 20	Encontro para discutir ações de Educação Quilombola.	53
Figura 21	Baobá.	64
Figura 22	Baobá.	64
Figura 23	Mapa visualização da divisão das charqueadas.	82
Figura 24	Delimitação da Sesmaria do Monte Bonito.	90
Figura 25	Delimitações da região. Datas de Matos, Arroio Quilombo.	92
Figura 26	Percurso dos Quilombolas.	93
Figura 27	Cartaz do I Encontro de Educação Escolar Quilombola.	95
Figura 28	Percurso que os Quilombolas revoltosos intencionavam fazer.	96
Figura 29	Banner na entrada do memorial Manuel Padeiro.	106

Figura 30	Vestígios arqueológicos de construções Quilombolas.	108
Figura 31	Esculturas de Zezinho dos Santos.	109
Figura 32	Córrego na propriedade da Senhora Ana.	109
Figura 33	Local onde houve a abertura do I Festival Manuel Padeiro.	110
Figura 34	Artesania Padeira.	111
Figura 35	Artesania Padeira.	111
Figura 36	Plantação de Pêssego.	118
Figura 37	Frutas mencionadas pelos Guias.	119
Figura 38	Caverna no alto do Morro do Quilongongo.	119
Figura 39	Vegetação no Morro do Quilongongo.	119
Figura 40	Vista da cidade de Canguçu no alto do Morro.	120
Figura 41	Vista da cidade de Canguçu no alto do Morro.	120
Figura 42	Pedras que formam um abrigo no Morro.	120
Figura 43	Cemitério do Algodão, Serra dos Tapes.	122
Figura 44	Ao fundo os Três Serros.	123
Figura 45	Sanga formada no caminho dos Quilombolas.	127
Figura 46	Sanga formada no caminho dos Quilombolas.	127
Figura 47	Fundos da E.M.E.F. Nestor Eliseu Crochemore.	128
Figura 48	Fundos da E.M.E.F. Nestor Eliseu Crochemore.	128
Figura 49	Comunidade Luterana ao lado da Escola.	128
Figura 50	Entrada da propriedade.	129
Figura 51	Ruínas da Senzala.	129
Figura 52	Fundos da Propriedade.	130
Figura 53	Sino encontrado na Propriedade.	130
Figura 54	Ponte que liga o Arroio Quilombo ao Arroio Pelotas.	130
Figura 55	Ponte sobre o arroio Quilombo.	131
Figura 56	Distrito de Quilombo e Paisagem Cultural.	135
Figura 57	Início do Morro do Quilongongo.	182

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANP	Año Nuevo P'urhépecha
APERGS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
ARPASUL	Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul
CAM	Conflitos em torno da Memória
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPP	Concurso Artístico del Pueblo P'urhépecha
CAVG	Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
CDM	Conflitos de Memória
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
COOPERIFA	Cooperativa Cultural da Periferia
CREHNOR	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural
ELETROSUL	Empresa subsidiária da Centrais Elétricas S.A. (ELETROBRAS)
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Irmã do Imaculado Coração de Maria
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRC	Instituto Nacional de Referências Culturais
IPH	Instituto Patrimônio Histórico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LEPAARQ	Laboratório de Antropologia e Arqueologia.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PROINF	Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SULGÁS	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1 Considerações Iniciais	15
2 A Influência das Políticas Públicas de Reconhecimento de Comunidades Negras Rurais e de Valorização do Patrimônio Cultural na Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão	25
2.1 As políticas públicas patrimoniais e as políticas de regularização das terras ocupadas por Comunidades Negras Rurais.....	25
2.2 Novas perspectivas sobre o conceito de “quilombo”	30
2.3 Chegando à Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão.....	33
2.4 O processo de reconhecimento	44
2.5 Dias atuais, lutas e conquistas, mas nem tudo são flores	47
3 Origens Históricas do Distrito de Quilombo na Serra dos Tapes em Pelotas (RS)	55
3.1 O contexto histórico e os conflitos de memória: A Cidade de Pelotas escravista do século XIX e as origens do Distrito de Quilombo, localizado na Serra dos Tapes	55
3.2 Resistência Cultural ao branqueamento.....	63
3.3 General Padeiro na Serra dos Tapes	69
3.4 <i>Concluindo...</i> O possível fim de Manuel Padeiro.....	99
4 Uma possível patrimonialização da Figura de Manuel Padeiro?.....	102
4.1 Patrimonializar ou não patrimonializar?.....	102
4.2 Iniciativa de particulares em rememorar a figura de Manuel Padeiro.....	106
5 Um Distrito Denominado Quilombo, Memórias da Experiência Quilombola	114
6 Considerações Finais	136
Referências	140
Anexos	151

1 Considerações Iniciais

*O conhecimento é como um jardim: se não for
cultivado, não pode ser colhido
(Provérbio Africano).*

O interesse pelo estudo das memórias e pela questão de identidade de grupos minoritários – como é o caso da história e da cultura negra em Pelotas – surgiu em nosso percurso profissional ao ingressarmos na rede municipal de ensino de Pelotas, como professora de história do ensino médio e logo após do ensino fundamental, quando trabalhávamos com os alunos em sala de aula, seguindo o conteúdo programático, e achávamos o conteúdo de História distante da realidade dos mesmos. Ao cursarmos especialização em História da Educação na Faculdade de Educação pela Universidade Federal de Pelotas, percebemos que o processo social, político e econômico que se constituiu ao longo da história da educação brasileira gerou um sistema educacional voltado para as elites e que, no presente, mesmo após lutas de diversos setores da sociedade, a educação gratuita e de qualidade ainda é tão almejada. Como aborda Silva (2012), desde a educação jesuítica no Brasil Colônia e até mesmo durante o populismo de Getúlio Vargas, a educação se constituiu pela necessidade de moldar cada ator social em seu respectivo lugar. Na tentativa de promover uma reflexão acerca de nossa realidade, iniciamos estudos sobre educação patrimonial, pois conforme Horta (1999, p. 1) esta é “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Essas ideias nos auxiliaram a trabalhar em projetos extraclasse e na sala de aula, procurando tornar a História mais significativa aos alunos.

O primeiro desses projetos abordava a história de Pelotas através da arte. A principal fonte de pesquisa eram os prédios históricos, o que chamou a atenção dos alunos para a sua própria história. Entretanto, na maioria das vezes não dávamos conta das referências sobre a mão-de-obra escrava e sobre aqueles que viviam junto às famílias ilustres proprietárias dos casarões, ou seja, os chamados agregados. O segundo projeto, sobre a história do Rio Grande do Sul, revelou que

os alunos tinham um grande interesse pela cultura rio-grandense, porém mais enfocada pelo tradicionalismo dos Centros de Tradição Gaúcha. Assim, para fazer uma contraposição, os materiais que selecionávamos estavam relacionados aos indígenas, aos africanos e aos conflitos de ocupação territorial, com o objetivo de questionar, junto a esses alunos, o mito de relações cordiais em nosso território.

Ao tomar contato com a zona colonial de Pelotas e sua comunidade escolar, tivemos a oportunidade de desenvolver um trabalho mais próximo à realidade dos alunos. Estudando a etnia francesa e suas contribuições naquela região, fizemos uma pesquisa que abordou vários aspectos etnográficos, tendo por base informações locais, de histórias de vida e do trabalho de Betemps (2003), que traçou a trajetória das famílias francesas até sua chegada à zona sul do Estado, especificamente ao 7º Distrito, denominado Quilombo, da zona colonial de Pelotas, onde fora fundada a Vila Francesa. Esse trabalho rendeu bons frutos, uma vez que conseguimos realizar uma exposição, no aniversário da escola, com o material pesquisado pelos alunos e, nessa ocasião, os mesmos atuaram como monitores explicando sua pesquisa.

Motivados pelos resultados obtidos em relação a esse trabalho de 2010, durante o ano de 2011 trabalhamos com a etnia negra. De início, houve resistência por parte daqueles que associavam a cultura afrodescendente somente às manifestações religiosas de matriz africana. Ao longo do trabalho, com a motivação, as aulas expositivas, as pesquisas, os debates, as reflexões e as atividades pensadas e desenvolvidas em conjunto, essa barreira foi se diluindo e os alunos envolvidos começaram a despertar o interesse dos outros alunos. Os professores receosos de abordar o tema também se desarmaram, e fundou-se na escola um NEABI¹ Rural, com o objetivo de aprofundar e socializar os estudos. Entramos em um contato maior com a comunidade escolar, em especial com a Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão,² que se sentia cada vez mais à vontade para opinar e participar das atividades, que culminaram com a Semana da Consciência Negra. Pesquisadores e lideranças da Comunidade do Alto do Caixão participaram de uma mesa de debates promovida durante o evento. Mães expuseram o artesanato produzido pela comunidade. Alunos e professores expuseram o resultado de seus

¹ Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

² O Alto do Caixão é uma Comunidade Negra Rural que está localizada no 7º Distrito de Pelotas, denominado Quilombo.

trabalhos realizados durante o ano letivo. Participaram do eventoicineiros e palestrantes, bem como integrantes de outra escola denominada E.M.E.F. Erasmo Braga localizada mais perto da comunidade citada.

Através desses contatos chamou-nos a atenção à resistência inicial, por parte da Comunidade do Alto do Caixão, para abordar temas relacionados à sua cultura, com o receio de que alunos de outras etnias fossem hostis com seus filhos.³ Surgiu a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre essa temática e sobre a Comunidade a fim de contribuir com a valorização da mesma. Para isso investigamos a origem da formação dos Quilombos na Serra dos Tapes durante o século XIX – cujo líder, conforme documentação era chamado de General Padeiro⁴ pelos seus companheiros Quilombolas e Manuel Padeiro pelas autoridades –, bem como especificamente a origem da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, que se encontra dentro da área de abrangência onde foram constituídos os primeiros quilombos anteriormente referidos do século XIX. Embasamo-nos nas palavras de Arjun Appadurai, segundo o qual os “direitos das minorias culturais em relação a estados nacionais e a várias maiorias culturais, sempre envolvem batalhas sobre direitos culturais, pois se relacionam à cidadania nacional e a questões ligadas ao pertencer” (APPADURAI, 2009, p. 54). Achamos que estes estudos se tornam pertinentes num momento em que temos inicialmente a Lei 10639/2003 e posteriormente a Lei 11645/2008, como uma política afirmativa em que a cultura afro-brasileira e a indígena devem ser estudadas na escola como uma questão fundamental para a análise do Patrimônio Cultural e da Memória Social da região.

Uma das questões a ser analisadas é a da importância do Patrimônio Cultural material, imaterial e natural da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, tentando descobrir, junto a seus integrantes, se tal patrimônio contribui para que estes se identifiquem como uma comunidade remanescente de quilombolas. Também se faz necessário avaliar o que permanece e o que mudou em relação aos primeiros Quilombolas e se há uma resistência ou não em falar sobre suas origens e de como

³ Os moradores são resistentes a pessoas estranhas e os primeiros contatos se deram por intermédio de um líder conhecido e respeitado pela comunidade. Mesmo assim, os moradores pediam cuidado para não despertar o revanchismo das outras etnias e também se referiam a outros pesquisadores, que, depois de obter as informações que necessitavam, “sumiam”. Appadurai (2009) trabalha o conceito do “medo do outro”, o qual abordaremos no decorrer deste trabalho e que permeia a história da escravidão e do tempo pós-escravidão até os dias atuais. O medo do outro, embora o autor o aborde em relação a uma época atual de globalização, é perfeitamente aplicável em nosso estudo.

⁴ Em alguns documentos encontramos Manoel Padeiro, Manoel Padeirao, Manuel Padeiro e também Manuel Pedreiro, optamos por utilizar Manuel Padeiro.

as ações governamentais e de ONGs, bem como a alusão de a origem do Distrito de Quilombo estar atrelada à história de Manuel Padeiro, têm contribuído ou não para a autoestima desses moradores e na constituição do processo de identidade dos mesmos.

Em um primeiro momento, analisamos, mediante documentação especializada, certos fatos do século XIX, especificamente no processo crime de 1835 contra o Quilombola Mariano. No processo crime vamos encontrar notícias da constituição do Quilombo de Manuel Padeiro e de rumores de um plano de revolta escrava, bem como outros relatos isolados de divergências entre Senhores e escravos. Além do processo crime, também embasaremos nossas pesquisas nas Atas da Câmara Municipal de Pelotas e em algumas correspondências expedidas e recebidas pelas autoridades pelotenses, que relatam as ações empreendidas pelas mesmas para combater os Quilombolas. Outras fontes foram o Código de Posturas da Cidade, acervo bibliográfico, revistas e jornais que elucidam vários fatos da pesquisa. Além da pesquisa bibliográfica e da consulta às fontes primárias, nos utilizamos do método das entrevistas.

O referencial teórico que nos auxiliou na pesquisa oral foram os trabalhos que constam no livro “Usos & Abusos da História Oral”, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (2006). Entre os textos que mais nos chamaram a atenção sobre pesquisas que envolvem história oral, podemos apontar os de Henry Rousso (2006), Alessandro Portelli (2006) e Alistair Thomson, Michael Frisch e Paula Hamilton (2006). Já no prefácio deste livro encontramos a ideia do novo quadro em que a história oral no Brasil se apresenta:

Trata-se de uma área de pesquisa que se projeta, ganha novos adeptos, multiplica seus temas. Um ponto, no entanto, é motivo de preocupação: o caráter ainda limitado da reflexão e da discussão metodológica. A despeito de inegáveis avanços, a discussão permanece restrita aos tradicionais especialistas da área que têm acesso aos encontros internacionais e à bibliografia estrangeira (FERREIRA; AMADO, 2006, p. XI).

Apontamos a fala das organizadoras sobre o trabalho de Rousso e o de Portelli, que discutem elementos importantes para a nossa pesquisa:

Henry Rousso discute as dificuldades e possibilidades de uma “história da memória” mostrando como, desde *Les Lieux de Mémoire*, de Pierre Nora, ela se tornou, na França e em outros países, um campo específico de estudos; Rousso chama a atenção para as singularidades dessa trajetória, mostrando como, frequentemente, a história da memória se torna uma

história das feridas abertas pela memória; ...Alessandro Portelli, ... desenvolve uma importante discussão sobre a natureza da memória coletiva. Sustentando que, por ser gerada individualmente, a memória só se torna coletiva no mito, no folclore, nas instituições e por delegação (quando uma história condensa várias histórias), Portelli recupera o conceito de “memória dividida”. Em geral, afirma, a pressão para não esquecer em verdade preserva as lembranças de determinado grupo, materializado o controle social. A memória coletiva, assim, longe da espontaneidade que muitos lhe atribuem, seria mediatizada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições, ou seja: seria uma memória dividida (FERREIRA; AMADO, 2006, p. XIX.)

Assim, a memória é seletiva, rememoramos o passado embasados no nosso presente, pois, segundo Harold Pinter, “o passado é o que você lembra, imagina que lembra, convence a si mesmo que lembra, ou finge lembrar” (apud LOWENTHAL, 1998, p. 75).

Ludke e André (1986) apontam diretrizes para estudos qualitativos e, em especial, as características fundamentais necessárias para o procedimento em entrevistas. Segundo orientações dos autores, não devemos utilizar entrevistas fechadas nem um número fixo determinado, e sim ter semiestruturado um roteiro prévio que pode ser alterado conforme os rumos da pesquisa.

Nisbet e Watt (1978) caracterizam o desenvolvimento do estudo de caso em três fases, sendo uma primeira aberta e exploratória, a segunda mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação dos dados e na elaboração do relatório (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 21).

Seguindo esta metodologia, inicialmente estabeleceram-se contatos com o Senhor Antônio Leonel Ferreira, líder da região, que trabalhou junto ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), continua desenvolvendo atividades junto à comunidade do Alto do Caixão e atualmente é Secretário do Desenvolvimento Rural no município de Jaguarão (RS), e, por outro lado, com o Senhor Edgar Nogueira, vice-presidente da Associação de Moradores da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão. Nesta primeira visita, ficou acordado com os Senhores Antônio e Edgar que o trabalho de campo teria seguimento junto aos moradores em futuras apresentações. Após esses primeiros contatos, houve uma conversa informal a fim de que fossem expostos os objetivos da pesquisa e estabeleceu-se uma colaboração em relação à comunidade.

A partir das breves considerações iniciais apresentadas, faremos na sequência um esboço das ideias abordadas no decorrer do texto.

Nas “Considerações Iniciais”, explicamos sobre nossa justificativa para o trabalho, o objeto de pesquisa, a metodologia, as fontes e o referencial teórico⁵ que versa sobre a pesquisa oral. No segundo capítulo, “A Influência das Políticas Públicas de Reconhecimento de Comunidades Negras Rurais e de Valorização do Patrimônio Cultural na Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão”, inicialmente descrevemos a região, a paisagem como elemento patrimonial, o novo conceito de quilombos, as políticas públicas voltadas para as Comunidades Negras Rurais, bem como a Comunidade do Alto do Caixão, suas lutas, conquistas e dificuldades e finalmente os conflitos que permeiam as relações destes moradores com as demais etnias.

No terceiro capítulo, “Origens Históricas do Distrito de Quilombo na Serra dos Tapes em Pelotas (RS)”, abordamos os aspectos da cidade de Pelotas, que no século XIX foi considerada charqueadora, escravagista e ao mesmo tempo cosmopolita. Utilizamos-nos da descrição de Auguste de Saint-Hilaire quando de sua visita a Pelotas no século XIX. Questões sobre o ideal de branqueamento da época e as formas de resistência à experiência da escravidão também foram abordadas. Informações sobre as origens históricas do Distrito de Quilombo que remetem ao Processo Crime de Mariano e nos traz informações sobre o líder Manuel Padeiro e seu quilombo itinerante também foram discutidas.

No quarto capítulo, “Uma possível patrimonialização da Figura de Manuel Padeiro?” tecemos uma discussão sobre patrimonialização, considerando os prós e os contras desse processo, utilizando para isso exemplos apontados por pesquisadores. Abordamos também, duas experiências que fazem ressurgir a figura de Manuel Padeiro na atualidade: o Memorial Manuel Padeiro e o Festival de Cinema da Cidade de Pelotas que recebeu o mesmo nome, ambos de iniciativas privadas e ao que tudo indica, suas atividades apresentam-se dissociadas da Memória Coletiva da Comunidade do Alto do Caixão.

No quinto capítulo, “Um Distrito Denominado Quilombo, Memórias Da Experiência Quilombola”, são mencionados pelos moradores locais espaços, quase na sua totalidade pertencentes ao Patrimônio Cultural Natural, os quais eles sabem, pela tradição oral que se referem à memória da experiência da escravidão e da experiência quilombola referentes ao século XIX sendo estes: a ponte velha sobre o

⁵ O referencial sobre memória e patrimônio será trabalhado no decorrer dos capítulos.

Arroio Quilombo (sendo que este local foi citado no primeiro capítulo, e, segundo consta nas fontes analisadas, seria o local indicado como acampamento dos Quilombolas do Grupo de Manuel Padeiro, este no 8º Distrito, denominado Rincão da Cruz) e, no 7º Distrito de Pelotas: a ponte que estabelece os limites entre o Arroio Pelotas e o Arroio Quilombo; o caminho dos escravos; o local onde houve um confronto entre a tropa composta por alemães e Quilombolas; os Três Serros; o Arroio Quilombo; a caverna no Alto do Quilongongo⁶ e o cemitério que os Quilombolas usavam no passado e onde, até hoje, só são enterrados negros (sendo estes últimos localizados no 4º Distrito de Pelotas, denominado Triunfo).

Durante longo período da história brasileira, a invisibilidade⁷ do negro na sociedade fez com que as comunidades quilombolas sofressem um processo de abandono por parte do governo. Por outro lado, a concorrência com outras etnias, que chegavam ao território da Serra dos Tapes através do incentivo à política de imigração, contribuiu para que os moradores das comunidades negras rurais da região atingissem um estado de dependência econômica em relação aos outros colonos, com condições materiais precárias e necessidades básicas não atendidas pela falta de terras agricultáveis rentáveis e pela descontinuidade de renda, uma vez que a única alternativa de muitos é ser diarista na época de safra, bem como uma infraestrutura que deixa muito a desejar.⁸ Dessa maneira, um dos nossos objetivos é demonstrar que as políticas públicas desenvolvidas em relação à Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão não são suficientes, pois as condições de carência ainda são muitas em vários setores, tais como saúde⁹ e educação.

⁶ Outra Comunidade Negra Rural que se localiza mais no interior da colônia. Embora, a literatura aponte o Quilombo do Algodão e o Morro do Quilongongo como pertencentes ao Distrito Rincão da Cruz, na localização geográfica- Mapas Cartográficos da UFpel- estes se localizam no Distrito Triunfo. Veja o mapa dos Distritos da Cidade de Pelotas-RS na página 23 e também o mapa Distrito de Quilombo e Paisagem Cultural, página 133.

⁷ Atualmente, segundo Miranda (2011), Sérgio Vaz atua na produção literária e em outros projetos culturais desenvolvidos por ele, como, por exemplo, a Cooperifa, a Semana de Arte Moderna da Periferia e a Antropofagia Periférica, que tem por finalidade atuar como instrumentos ideológicos que (re)significam o imaginário coletivo à medida que também (re)constroem identidades pessoais e coletivas e dão visibilidade a sujeitos que até há pouco estavam em condição de invisibilidade. Esses sujeitos são as pessoas pobres, geralmente negras, que moram na periferia e que não tinham voz nos espaços convencionais ligados à arte.

⁸ Embora a zona colonial como um todo sofra com a infraestrutura precária (transporte público, saúde e estradas), para as comunidades negras rurais essa situação tem uma proporção aumentada, por não terem adequada condução para irem à zona urbana fazer um tratamento de saúde e muitas vezes nem o dinheiro para pagar o ônibus, que na região tem poucos horários diários (cerca de três) e com um custo maior do que R\$10,00 a passagem.

⁹ Ver estudos sobre a saúde dos moradores em Zabaleta[et al.], 2001.

No decorrer do trabalho analisamos as políticas públicas em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial e Natural e sua relação com os saberes-fazeres locais, bem como visualizamos o cotidiano, a paisagem, e a luta dos moradores da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão para ter acesso à condição cidadã. Também, explicamos as raízes ancestrais da Comunidade do Alto do Caixão, reconstituímos a história do Distrito de Quilombo na figura dos Quilombolas liderados por Manuel Padeiro, demonstramos que os moradores do Alto do Caixão não traçam um elo entre sua história e a história do Quilombo de Manuel Padeiro, e finalmente, refletimos sobre os prós e contras de um possível processo de patrimonialização em relação aos moradores do Alto do Caixão, tendo em vista que tal iniciativa poderia auxiliar a comunidade no sentido de elevar a autoestima e trazer sustentabilidade aos moradores.

Quanto a esta temática, surgem apontamentos e indagações a respeito: Existe realmente um processo de patrimonialização na região? Seria uma iniciativa de grupos privados e de forma exógena à Comunidade do Alto do Caixão? O que seria mais importante para a Comunidade: a patrimonialização da figura de Manuel Padeiro, para que se conheçam as origens do Distrito de Quilombo – uma vez que este foi o líder do Quilombo do século XIX, do qual se tem notícias de haver começado o movimento de resistência à escravidão – ou dos saberes-fazeres ancestrais da Comunidade que os caracterizam como comunidade negra rural?

Uma forma de conhecermos a história dos Quilombolas pode estar relacionada, por exemplo, a três documentos legais: a lei 10639/2003,¹⁰ que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, a própria Constituição Federal, que institui o reconhecimento das terras de Comunidades Quilombolas (também denominadas comunidades negras rurais, terras de pretos, mocambos...) e o decreto 4887/2003, que regulamenta o processo de reconhecimento das referidas terras. Também apontamos a contribuição de discussões referentes à valorização do Patrimônio Cultural dos últimos anos, que têm trazido à pauta o patrimônio imaterial e natural, o que tem feito com que se tenha outro olhar sobre as comunidades “minoritárias”. Entretanto, acreditamos que, apesar de estas leis terem sido promulgadas há mais de 10 anos, na prática ainda falta muito para que o quadro

¹⁰ Esta lei foi substituída pela 11645/2008, acrescentando o estudo dos grupos indígenas.

paupérrimo em que vivem os moradores do Alto do Caixão se reverta. No que tange à questão da autoestima em relação a sua cultura, acreditamos que os mesmos vêm ao longo do tempo perdendo seus saberes ancestrais e que ainda há um medo em relação ao “outro”, pela dependência que se estabeleceu historicamente e que ainda perdura.

Gostaríamos de salientar que as questões apontadas acima se entrelaçaram como a palha se entrelaça para formar – por que não dizer? – uma peça artesanal Quilombola (v. Figura 1). Apesar do tempo, ainda se faz presente na cultura de muitas comunidades negras rurais o artesanato em palha, por causa das tradições passadas de geração em geração. Assim, ao longo deste texto, mesmo dividido em capítulos para uma melhor compreensão, muitos assuntos se entrecruzaram para que fosse possível o entendimento de um todo, que por muitas vezes se apresenta fragmentado pelos lapsos interpostos pelo tempo. Dessa forma este trabalho pode ser comparado à confecção destes balaios de palha, na qual aproveitamos o que a natureza nos oferece e, fio a fio, palha a palha, fonte a fonte, depoimento a depoimento, vamos trançando e montando a peça – no caso, a nossa narrativa. Numa perspectiva mais acadêmica, Kosseleck (2006) nos traz o conceito do “espaço da experiência”, no qual tudo o que foi vivido se projeta hoje no presente de alguma maneira. Assim, as “nossas recordações, sabemos que são meros lampejos do que já foi um todo vivo.” (Lowenthal, 1998, p. 74). A memória, assim, seleciona, esquece, silencia, incorpora narrativas outras, tecendo a sua própria narrativa, contribuindo assim para o sentido de identidade.

Na figura 3, visualizamos a região pesquisada. O mapa mostra o município de Pelotas na configuração em que ele se apresenta atualmente. O distrito denominado Quilombo foi o palco das principais atividades dos Quilombolas e também região que abriga atualmente a Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão. Destaca-se que os quilombolas do século XIX não restringiram suas ações somente a esse local, mas tinham uma mobilidade (de acordo com as atividades descritas no processo crime de Mariano) que variava entre o Distrito de Quilombo, o de Monte Bonito, o núcleo urbano e o de Boqueirão, que hoje é parte integrante do município de São Lourenço do Sul e outrora era um distrito de Pelotas (v. anexo A).

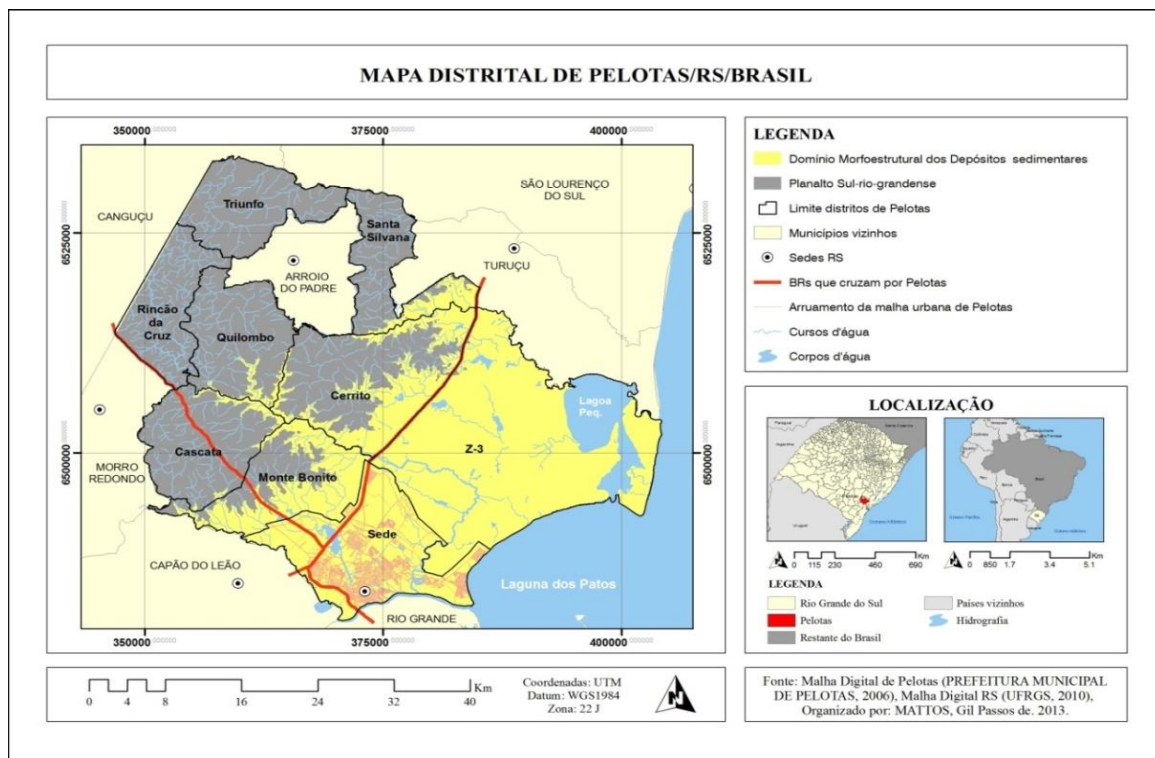


Figura 3. Mapa dos distritos de Pelotas.

Fonte: Malha Digital de Pelotas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2006), Malha Digital RS (UFRGS, 2010). Organizado por MATTOS, Gil Passos de (2013).

2 A Influência das Políticas Públicas de Reconhecimento de Comunidades Negras Rurais e de Valorização do Patrimônio Cultural na Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão

2.1 As políticas públicas patrimoniais e políticas de regularização das terras ocupadas por comunidades negras rurais

Surgem no campo dos estudos interdisciplinares diversas pesquisas sobre o Patrimônio Cultural de uma forma mais universalizada, ou seja, não somente levando em conta os monumentos de “pedra e cal”, como acontecia até a década de 80 do século XX. Sabemos que essa mudança é “lenta e gradual” usando o mesmo trocadilho quanto às referências da abolição da escravidão. Algumas leis e iniciativas vêm contribuindo para fixar a ideia de que o Patrimônio Cultural é formado por um conjunto de elementos que não dissociam patrimônio material e patrimônio imaterial. Salientamos que os estudos e discussões sobre esta temática abrangem cada vez mais espaços nos meios intelectuais, destacando-se que no ano de 2013 se cumpriram 10 anos da Convenção do Patrimônio Imaterial da UNESCO. Em 2003, os países membros sistematizaram diretrizes para tratar da temática do Patrimônio Cultural Imaterial numa dinâmica diferente do que vinha até então sendo adotado em relação ao Patrimônio Material. Os 10 anos da Convenção do Patrimônio Imaterial tiveram destaque no Seminário do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, no ano passado. Seguindo esta linha, o governo brasileiro promulgou, no mesmo ano da Convenção do Patrimônio Imaterial, a lei 10639/2003,¹¹ que torna obrigatório o estudo do continente africano e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino básico, públicas e particulares, principalmente nas disciplinas de História, Educação Artística e Literatura.

Podemos perceber o início de um movimento voltado às políticas públicas em relação aos grupos “minoritários”¹² no Brasil, a partir da Constituição de 1988, com os artigos 215 e 216, os quais mencionam ser o patrimônio cultural brasileiro constituído pela natureza material e imaterial, e fazem referência à valorização das manifestações culturais das mais diversas etnias, das quais podemos inferir a indígena, a afro-brasileira, a alemã, a italiana, a francesa, a japonesa, enfim, os mais

¹¹ Como já mencionamos, esta lei foi substituída pela Lei 11645/2008 para incluir o estudo da história e da cultura indígena.

¹² Sobre o uso do termo “minoritários”, ver Appadurai (2009).

diversos segmentos que constituem a população brasileira. Nessa questão, podemos dizer que os conflitos de memória podem geralmente estar representados nas diversas manifestações do patrimônio cultural das diferentes sociedades ao longo da história da humanidade e neste sentido, no Brasil, faz pouco mais de uma década que foi publicado o decreto 3551/2000¹³ referente à proteção do Patrimônio Cultural Imaterial através de seu registro em quatro livros específicos (Livro do Registro dos Saberes, Livro do Registro das Celebrações, Livro de Registro de Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares). Podemos apontar algumas discussões acerca do Patrimônio Cultural a fim de refletir sobre a ideia de que este esteja dividido em patrimônio *imaterial* e patrimônio *material*, visto que estes dois aspectos estão interligados e acabam se complementando, numa relação complexa de ser analisada. Quanto ao monumento, expressão do Patrimônio Material, Choay aponta:

O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a “preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY *apud* SANT’ANNA, 2009, p. 49).

Segundo Sant’Anna, até o século XVIII a seleção de monumentos históricos realizava-se no mundo restrito dos antiquários e estetas, referindo-se basicamente às antiguidades greco-romanas. Na Revolução Francesa, essa concepção estende-se a edifícios do passado medieval mais recente e surge nesse momento a relação do monumento com o conceito de Estado-nação, criando-se os museus e os inventários.

No século XX, os franceses foram os pioneiros na criação de uma legislação de proteção ao patrimônio, o *classement*, semelhante ao nosso tombamento, lei que data de 31/12/1913.

Assim, até a II Guerra Mundial, o mundo Ocidental preocupou-se em selecionar, proteger, guardar, e conservar monumentos associados ao patrimônio material. Somente após esse período é que países asiáticos e do Terceiro Mundo começaram a trazer reflexões sobre a preservação de natureza imaterial, não tão importante por sua materialidade, mas por suas criações populares, expressões de

¹³ No Brasil, as políticas públicas de valorização do Patrimônio Cultural Imaterial tiveram, aparentemente, uma trajetória anterior à Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003.

conhecimentos, práticas, processos culturais, modo de relacionamento com o meio ambiente, etc.

No mundo oriental, por exemplo, o que importa não é o objeto em si, mas o conhecimento daqueles que sabem produzir o objeto. Em 1950, o Japão instituiu a primeira legislação de preservação do patrimônio cultural, dando apoio a pessoas e grupos que mantêm as tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas que compõem esse patrimônio.

Percebe-se, por fim, que retirar um objeto de seu contexto social de uso e produção, declará-lo patrimônio, conservá-lo como uma peça única e colocá-lo num museu não abrange todas as situações em que é possível reconhecer um valor cultural e preservá-lo. Não faz sentido, por exemplo, nos casos em que o que tem valor não é o objeto, inúmeras vezes rapidamente perecível ou consumível; importa saber produzi-lo. Não faz sentido, igualmente, nos casos em que nem mesmo há objetos, mas apenas palavras, sons, gestos e ideias (SANT'ANNA, 2009, p. 53).

Os países de Terceiro Mundo reivindicaram em 1972, junto à UNESCO, um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural, e, em 1989, o órgão responde através da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que sugere aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular por meio de registros, inventários, suporte econômico, *introdução de seu conhecimento no sistema educativo*,¹⁴ documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais.

No Brasil, o precursor das ideias de patrimônio imaterial foi Mário de Andrade, pois já nos anos 30, quando esteve ligado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), elaborou um projeto em que falava das artes arqueológicas e ameríndia, que compreendia não apenas artefatos colecionáveis, mas também paisagens e folclore. Suas ideias naquela época não foram avante, mas o intelectual documentou suas viagens ao Nordeste, ao longo de sua vida, em fotografias, gravações e filmes. Outro personagem que influenciou bastante e produziu vários trabalhos sobre o patrimônio cultural brasileiro foi Aloísio

¹⁴ Grifo nosso, por acreditarmos que através da educação patrimonial, seja ela em ambiente escolar ou não, é que poderemos contribuir para que sejam diminuídos os silenciamentos que a sociedade nos impõe.

Magalhães¹⁵, quando fundou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) na década de 1970.

O decreto 3551/2000 estabelece uma diferença de ação para os bens culturais de natureza imaterial:

O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode “preservá-los”. Como processos culturais dinâmicos, as referidas manifestações implicam uma concepção de preservação diversa daquela da prática ocidental, não podendo ser fundada em seus conceitos de permanência e autenticidade. Os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação que não cabe nesses conceitos, sendo mais importante, nesses casos, registro e documentação do que intervenção, restauração e conservação (SANT’ANNA, 2009, p. 55).

Dessa forma, o decreto 3551/2000 estabelece ações desenvolvidas com o objetivo de implementar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio.

Temos também o INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), que:

...é um instrumento de pesquisa que busca dar conta dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como de suas condições materiais de produção. Operando com o conceito de referência cultural, o INRC supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tomando-os como faces de uma mesma moeda: a do patrimônio cultural (SANT’ANNA, 2009, p. 56).

Os instrumentos de reconhecimento e valorização criados pelo governo brasileiro levam em conta a natureza dinâmica e processual dos bens, promovendo uma interação dos aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural brasileiro.

Podemos apontar considerações de Fonseca (2009), onde a autora faz uma análise dos monumentos e logradouros que representam elementos da elite e que não dão conta de demonstrar as relações sociais de sua época, dando como exemplo a Praça XV do Rio de Janeiro. Somente algumas obras – como as de Debret e Hildebrandt, viajantes estrangeiros movidos pelo interesse de documentar o peculiar, e não atrelados aos interesses nacionais – mostram na paisagem, junto aos

¹⁵ Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (Recife, PE, 1927 – Pádua, Itália, 1982) foi pintor, *designer*, gravador, cenógrafo, figurinista. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, obtém bolsas do governo francês e norte-americano para se aperfeiçoar nas áreas de museus e artes gráficas. Em 1960, volta ao Brasil e abre um escritório voltado à comunicação visual e desenho industrial e realiza projetos para empresas e órgãos públicos. Com o prestígio amealhado junto a figuras de destaque do governo federal, é nomeado, em 1979, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, conforme IPHAN (2014, pg. 07).

monumentos, os “excluídos”. A autora apresenta contradições de um registro do patrimônio cultural:

Qual o objetivo do Estado ao criar um instrumento específico para preservar manifestações que não podem ser congeladas, sob o risco de, assim, interferir em seu processo espontâneo? Como evitar que esse registro venha constituir um instrumento de segunda classe, destinado a culturas materialmente “pobres”, por que a seus testemunhos não se reconhece o estatuto de monumento? (FONSECA, 2009, p. 65).

Alternativa apontada é que se faz necessário identificar e documentar, promover e difundir ações que viabilizem a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados.

Todo signo (e não apenas os bens culturais) tem dimensão material (o canal físico de comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos), como duas faces de uma moeda. Cabe fazer a distinção, no caso dos bens culturais, entre aqueles que, uma vez produzidos, passam a apresentar relativo grau de autonomia em relação a seu processo de produção, e aquelas manifestações que precisam ser constantemente atualizadas, por meio da mobilização de suportes físicos – corpo, instrumentos, indumentária e outros recursos de caráter material –; o que depende da ação de sujeitos capazes de atuar segundo determinados códigos. A imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão “patrimônio intangível” seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis (FONSECA, 2009, p. 68).

Nessa perspectiva é que estudos sobre o Patrimônio Cultural, e especialmente o Patrimônio Cultural Imaterial, têm sido trabalhados ao longo destes 10 anos, aprimorando-se cada vez mais as discussões do papel exercido pelos atores sociais envolvidos, sejam eles comunidades, órgãos governamentais ou ONGs.

Não podemos deixar de mencionar que o Patrimônio Natural tem uma legislação¹⁶ própria e que este muitas vezes acaba por ser utilizado sob várias perspectivas: por exemplo, a Turística, como quando se tem uma cachoeira que atrai pessoas para desfrutarem do local, ou para suscitar lembranças. O mesmo caso de aplica quando os moradores do Distrito de Quilombo dizem: “Os arroios Quilombo e

¹⁶ Apontamos, por exemplo, o Código de Águas brasileiro de 1934, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (UNESCO, 1972), o artigo 225 da Constituição brasileira de 1988, a lei 9985/2000 que regulamenta o artigo 225 da Constituição. O Patrimônio Natural se faz importante, numa comunidade carente, uma vez que as pessoas apontam um arroio, um morro, uma árvore, para lembrar acontecimentos.

Pelotas serviam de referencial para os quilombolas do século XIX se orientar em direção às charqueadas”...

Assim, adentraremos na discussão sobre as Comunidades Negras Rurais e os novos conceitos que surgem a partir desta nova perspectiva e dessas novas políticas.

2.2 Novas perspectivas sobre o conceito de “quilombo”

Desde o primeiro conceito de Quilombos de que temos registro, este termo evoluiu em função das pesquisas, feitas nas últimas décadas, que aglutinam profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. Assim, segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em 1740 o Conselho Ultramarino definia o termo Quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 1999, p. 47).

Nessa primeira definição, percebemos a ideia de Quilombo como um lugar distante do local do trabalho, ou seja, distante das terras do Senhor de escravos, local de difícil acesso em função da necessidade de servir de esconderijo, uma vez que estariam fugindo de seus senhores. Outros de seus elementos são a negação do trabalho e que deveria ser autossuficiente.

Entretanto, nas páginas seguintes, o autor relata outros exemplos de quilombos que não se enquadram nesta definição. São quilombos produtivos, como no caso do Quilombo do Limoeiro, no Maranhão. O governo invadiu o Quilombo, afugentando o quilombola e colocando em sua casa um colono que fugira da seca no Ceará.

Existiram também outras relações produtivas entre escravos e Senhores, dependendo do poder econômico destes últimos. Quando a produção e a venda dos produtos estavam em alta (*plantations*), os Senhores tinham maior domínio sobre seus escravos através do uso da força como forma coercitiva; entretanto, quando suas finanças iam mal, geralmente ocorriam negociações, os escravos podiam plantar roças de subsistência e constituir núcleos familiares. Ainda, há notícias de que houve negociações com quilombolas quando a produção estava em alta e não se podia deixar que os escravos deixassem de produzir o produto destinado à

exportação. Por outro lado, na época de crise, engenhos foram abandonados e os escravos ficaram usando as terras que se constituíram em quilombos.

No caso do Quilombo da Serra dos Tapes em Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, no século XIX, temos notícias sobre o mesmo através do Processo Crime de Mariano que se encontra na APERGS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul), e em correspondências da Câmara Municipal de Pelotas. Depreende-se que o Quilombo cujo líder foi Manuel Padeiro tenha sido um típico quilombo como o descrito pelo Conselho Ultramarino, de difícil acesso, fora do contexto produtivo. Maestri (1984) classifica-o como “quilombo de rapina¹⁷”; entretanto, em trechos dos depoimentos constantes do processo, encontramos outros indícios que levam a crer na constituição de um quilombo misto, uma vez que os quilombolas subtraíam milho, roupas, utensílios nas terras dos moradores da Serra dos Tapes e em especial nas terras de Boaventura Barcellos, ex-senhor de Manuel Padeiro. Em outra passagem do processo, ao descansarem, os quilombolas plantavam feijão. Indícios apontam para uma intensa rede de relações entre os quilombolas, libertos, escravos, proprietários de Datas de Matos na Serra dos Tapes, que possibilitavam a obtenção dos elementos necessários à sua sobrevivência.¹⁸

Embora na Serra dos Tapes tenhamos um território abrangente, na região descrita no processo, podemos perceber que os quilombolas estavam próximos das chácaras de seus senhores, e que dispunham de alguns locais em que paravam para descansar (v. Figura 4); inclusive, segundo a tradição oral, podemos localizar um destes.

¹⁷ Quilombo de Rapina no sentido de apropriar-se de alimentos produzidos por eles próprios nas Terras de seus “donos”

¹⁸ O capítulo seguinte será dedicado à origem histórica do Distrito do Quilombo, que está associada às ações do grupo de Manuel Padeiro.



Figura 4: Um dos locais do acampamento Quilombola.
Fonte: acervo da pesquisadora

Dessa forma, apontamos algumas características do Quilombo no século XIX que nos fazem refletir sobre a classificação dada a ele. Os Quilombolas foram caçados pela elite pelotense e não sabemos ao certo se todo o grupo foi preso, morto ou se alguns escaparam. O certo é que, na atualidade, a região sul do Rio Grande do Sul conta com inúmeras Comunidades Negras Rurais¹⁹ que estão num processo contínuo de reconhecimento e de afirmação de suas raízes identitárias.

Segundo ALMEIDA (1999), “é necessário que nos libertemos da definição arqueológica.” Ou seja, é necessário que deixemos de lado a ideia construída historicamente do que seja um quilombo; é preciso uma análise atenta sobre vários

¹⁹ Abrimos um parêntese sobre a utilização do termo Quilombo e do termo Comunidades Negras Rurais, enquanto que o primeiro é utilizado para fazer referências ao Quilombo Histórico (negros que resistiam à condição jurídica de escravizado), o segundo refere-se à esse novo conceito de Quilombo formulado por sociólogos, antropólogos, historiadores, no sentido de contemplar o que determina o artigo 68 da Constituição Federal de 1988: *Comunidades Negras Rurais estão relacionadas ao passado escravista, com seus desdobramentos, e ao momento pós-abolição.* (Fiabani, 2008, pg.14). Assim, embora a maioria das Comunidades Negras Rurais da atualidade não tenham como comprovar descendência direta de ex-escravos, as condições de vulnerabilidade e exploração que continuaram a existir no período pós-abolição, levaram os ex-cativos a se agruparem buscando uma certa proteção e autonomia frente às condições de exploração do seu trabalho. Assim, muitos ex-escravos migraram para o campo constituindo-se novos integrantes dos antigos quilombos, outros foram em busca de terras abandonadas, outros receberam heranças ou compraram pequenos lotes, ou ainda ficaram trabalhando em pequenas porções negociadas com seus antigos donos. Em todos os casos, o maior problema foi a regularização da documentação, o que teve como consequência desdobramentos variados, de acordo com cada caso, chegando inclusive em casos extremos como expropriação, encolhimento da área, conflitos e ameaças armadas. Encontramos nas fontes diversas nomenclaturas utilizadas para fazer referências às comunidades na atualidade: Remanescentes de quilombos, comunidade negra rural, mocambos, quilombolas... Em nosso trabalho, ao nos referirmos à origem do Distrito de Quilombo que remete aos Quilombolas de Manuel Padeiro, utilizaremos os termos quilombo ou quilombolas, e quando nos referirmos à Comunidade Alto do Caixão e à Comunidade do Algodão, existentes na atualidade, utilizaremos a expressão Comunidade Negra Rural.

aspectos sociais e históricos das populações que compõem tais locais, para além dos vestígios arqueológicos que comprovem que a comunidade quilombola estudada tem origem direta de ex-escravos fugitivos.

...o quilombo, em verdade, descarnou-se dos geografismos, tornando-se uma situação de autonomia que se afirmou ou fora ou dentro da grande propriedade. Isso muda um pouco aquele parâmetro histórico, arqueológico, de ficar imaginando que quilombo consiste naquela escavação arqueológica onde há indícios materiais e onde estão as marcas ruiformes de ancianidade da ocupação (Almeida, 1999, p. 60).

E conclui com um novo conceito de quilombo:²⁰

A observação etnográfica aqui permite romper com o positivismo da definição jurídica e chama a atenção para os instrumentos epistemológicos tão odiados pelos empiristas e positivistas. É com bases nesses instrumentos que se pode reinterpretar criticamente o conceito e asseverar que a situação de quilombo existe onde há autonomia, onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa reapropriação do mito do “bom senhor” tal como se detecta hoje em certas condições de aforamento.

Apontaremos como exemplo a Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, cuja origem ao que interpretamos **não remonta diretamente**²¹ ao Quilombo Histórico do grupo quilombola do século XIX cujo líder denominava-se Manuel Padeiro. Para tanto, se faz necessário localizar, no Distrito denominado Quilombo, a Comunidade do Alto do Caixão.

2.3 Chegando à Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão

Inicialmente, descreveremos alguns aspectos das origens e do modo de vida dos moradores do Alto do Caixão, comunidade no interior do Distrito de Quilombo na Serra dos Tapes no Município de Pelotas (RS), que vive hoje alguns reflexos do processo de reconhecimento como terras de remanescentes de quilombolas.

O nome Alto do Caixão advém de um fato peculiar: os moradores relatam

²⁰ Segundo Moreira, Al-Alam e Pinto (2013), a partir dos novos conceitos sobre quilombos a Taberna de Simão Vergara (Simão também sofreu processo por negociar com os quilombolas de Manuel Padeiro) pode ser considerada um quilombo, tendo em vista que era um espaço onde os quilombolas do século XIX negociavam, Simão era forro e alugava quartos para outros negros. Também temos os denominados quilombos urbanos, assim autodenominados pelos próprios moradores da periferia num intuito de demonstrar sua resistência contra o sistema das “maiorias”.

²¹ Segundo os moradores, sua ancestralidade negra e indígena está associada ao casal Vieira. Entretanto, Padre Cappone, em entrevista ao Diário Popular, cita que existiam negros na região que estavam ligados a escravos fugidos das charqueadas. Possivelmente, o Padre referiu-se ao grupo ligado a Manuel Padeiro.

que, tempos atrás, enquanto transportavam um caixão numa carroça com um morador já morto, por estarem no topo do morro, o fundo da carroça ficou muito inclinado e o caixão caiu pela parte traseira, ficando assim, o nome Alto do Caixão.

A Comunidade do Alto do Caixão está localizada em uma região íngreme no interior do Distrito de Quilombo (7º Distrito de Pelotas). A associação representa dois núcleos. Segundo material produzido pelo CAPA, as origens da Comunidade do Alto do Caixão remontam a três famílias: os Nogueira, os Freitas e os Madruga.

De acordo com Pedro Vieira Filho, a comunidade quilombola do Alto do Caixão tem mais de 100 anos, originada com a vinda do casal de sobrenome Freitas. Ademir Freitas lembra que seu bisavô integrava o corpo de Lanceiros Negros e ganhou terras em Canguçu em função da sua participação na Guerra dos Farrapos. As terras acabaram sendo perdidas para fazendeiros em troca de comida. A maioria dos moradores que compõe a comunidade descende das famílias Nogueira, Freitas e Madruga, identificando-se como remanescentes destes que eram escravos em outras regiões. Posteriormente, ocuparam a localidade denominada Santa Maria, próxima a atual área do quilombo, composta de terras desprezadas e sem dono no alto das pedras. Com o tempo, foram sendo empurrados pela falta de terras e de trabalho. Muitos possuem o termo de posse do seu lote desde 1977, momento no qual começaram a se reunir. As reuniões acontecem na antiga Escola Municipal, onde hoje reside a família de Edegar Nogueira. Nos lotes de um e dois hectares são plantados abóbora, feijão, milho, hortaliças, batata doce e frutas, e criados porcos, galinhas, patos, marrecos e perus. As atividades são individuais, mas uma horta comunitária está em processo de formação, fruto da organização da associação comunitária. Muitas pessoas trabalham fora, como empregadas. Algumas acessam o programa Bolsa Família, outras perderam o benefício, o que está sendo solucionado pela associação (CAPA, 2010, p. 24).

Analisaremos o núcleo pertencente à região da Comunidade Jesus de Nazaré, que se resume a uma pequena faixa de terra no alto de um morro, a qual a família Vieira ocupou e foi dividindo conforme o nascimento dos filhos e netos. Hoje, a Associação de Moradores da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão²² (os dois núcleos) conta com cerca de 60 famílias. Dona Ilda Vieira Nogueira, a matriarca do 1º núcleo, conta que eles tinham terras que seu pai havia comprado na região dos Três Serros, mas que teve que sair, pois um dia chegou um homem com uma escritura, ela afirma que seu pai comprou a terra, “...mas não tinha papel, daí tivemos que sair... e voltamos pra cá.”²³

²² Os moradores locais referem-se a si mesmos como remanescentes de quilombolas.

²³ Referia-se à região do Alto do Caixão.



Figuras 5 e 6: Família Vieira Nogueira.
Fonte: acervo da Pesquisadora

Dona Ilda apresenta com orgulho as fotos da família (v. Figura 5 e 6) e nos conta a mesma história que já fora registrada pelo jornal Diário Popular em 11/02/2001:

A saga começou por volta de 1870 quando o índio Vieira, do Mato Grosso, se encantou e casou com Felisberta de Campos, escrava da família Machado, que vivia nas proximidades do Alto do Caixão. O nome completo do indígena e a data exata perderam-se na poeira do tempo. A tradição e a história têm sido mantidas oralmente desde então. Da união dos dois nasceu Pedro, o patriarca, que morreu em maio passado e guardava viva na memória a história de seus pais e avós. Sua filha, Ilda Vieira Nogueira, 59, é hoje a guardiã da história da família. *"Meu avô chegou muito jovem por aqui, foi para a casa dos Machado e lá conheceu minha avó"*, conta Ilda.

Durante a nossa conversa inicial, Dona Ilda falou com muito orgulho de seu avô, e se emocionou lembrando que ele, durante muito tempo, trabalhou duro para essa família, como se também fosse escravo.

Por outro lado, a mesma reportagem destaca as pesquisas do Padre responsável pela Igreja da Colônia Maciel, conhecido como Padre Cappone. Este se interessa pela história das comunidades da região, e conhece as lideranças locais.

Nessa mesma época, segundo os estudos do padre Luiz Armino Cappone, um dos especialistas no assunto, o Alto do Caixão servia de abrigo para um grupo de escravos fugidos das charqueadas. O número total de famílias que viviam ali não pode ser precisado. Estima-se não terem sido mais do que 30.

Ao que tudo indica, Padre Cappone faz referências aos Quilombolas que fugiam das charqueadas pelotenses durante o século XIX, principalmente no início

da Revolução Farroupilha, ano de 1835. Sendo assim, teríamos duas versões sobre a ocupação das terras do Alto do Caixão. Teriam essas duas versões alguma ligação? Poderiam os Vieira, os Madruga e os Freitas ter tido notícias de moradores negros na região e ido juntar-se a eles? Para comprovar a ideia de que os quilombolas fugitivos das charqueadas já estariam no território do Alto do Caixão, e se seriam ou não os quilombolas do grupo de Manuel Padeiro, precisaríamos de mais tempo para atender essa demanda. O certo é que para Dona Ilda sua ancestralidade remonta:

A primeira ida dos Vieira ao local, foi uma das informações perdidas com a morte de Pedro Vieira. O único registro que restou foi o do retorno da família para o Alto do Caixão, já por volta de 1940. *"Quando chegamos aqui era tudo mato, meu pai derrubou quase tudo sozinho e começou as primeiras roças",* lembra.

Dona Ilda, no segundo encontro, confidenciou que antes a vida era muito difícil: *"Se essa gurizada passasse a metade que a gente passava... hoje reclamam de tudo... queria ter as coisas que tenho hoje na época em que era nova e tinha saúde."* Ela se referia às distâncias que enfrentava para ir ao trabalho nas propriedades vizinhas (trabalhava na lida tanto doméstica quanto rural). Desempenhou-se também como cozinheira numa fábrica de conservas que havia na região e que já encerrou suas atividades.

Nossa narradora lembra que antes a alimentação era à base de farinha de milho: *"...pão era difícil, só o de pedra e hoje tem variedade e 'tão sempre reclamando. Tinha que sair no escuro, subir até lá em cima e ir trabalhar na casa dos colono, fazendo frio... que ia quebrando o gelo quando a gente caminhava!"*²⁴

A região até hoje tem um inverno rigoroso; a seguir apresentamos uma foto (v. Figura 7) do inverno de 2011.

²⁴ Ressaltamos que hoje Dona Ilda e seu marido são aposentados, por isso ela diz que as condições de vida melhoraram.



Figura 7: Campo com camadas de gelo pela manhã, no 7º Distrito de Pelotas, Quilombo.
Fonte: acervo da Pesquisadora

Além do frio, que perdura nos dias atuais, destaca-se na região uma paisagem íngreme, permeada por pedras enormes em meio às propriedades, sendo a agricultura pouco rentável, pois não é possível usar máquinas e equipamentos como nas grandes propriedades.

Ao chegarmos à atualidade, temos o seguinte quadro. O 7º Distrito foi povoado, muitos imigrantes chegaram, e os moradores negros não ficaram agrupados em uma só região. Formaram-se colônias dentro do referido distrito, e não se configura mais que determinada colônia tenha somente moradores de uma etnia, hoje existe uma miscigenação. Em algumas localidades há a iniciativa de grupos que tentam afirmar sua identidade falando sobre suas origens e enfatizando a história de sua etnia dando destaque às primeiras famílias que chegaram à região. Podemos citar o exemplo da etnia francesa na localidade que abrange a região da Vila Nova, existindo o museu da Colônia Francesa e até mesmo um marco da colonização francesa (v. Figura 8) importante para os moradores, sendo que este último se localiza na antiga Colônia Francesa, numa iniciativa de valorização de elementos da cultura da referida etnia na região.²⁵ Atualmente são promovidos passeios pela Colônia Francesa e Vila Nova, com o intuito de que as pessoas conheçam o cemitério francês, o Obelisco da colonização francesa e o Museu da

²⁵ Os franceses iniciaram a colonização no local que denominamos hoje Colônia Francesa e seus descendentes aos poucos foram ocupando a região da Vila Nova, onde em sua maioria se encontram hoje.

etnia francesa (v. Figuras 9 e 10), sendo este último organizado por pesquisadores da UFPEL.²⁶



Figura 8. Obelisco da colonização francesa.
Fonte: BETEMPS, Leandro



Figura 9. Museu da Colônia Francesa
Fonte: acervo da pesquisadora



Figura 10. Placa de identificação do Museu
Fonte: acervo da pesquisadora

Quanto ao Patrimônio Cultural da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão na atualidade, ainda há uma grande resistência por parte dos moradores negros da região para falar do passado que remete a uma época escravista.²⁷ Provavelmente são lembranças dolorosas de um passado cruel, pois perante a opinião pública, os meios de comunicação e as autoridades sempre trataram tais episódios como

²⁶ Outras iniciativas de valorizar o patrimônio da região são o Museu Etnográfico da Colônia Maciel (8º Distrito de Pelotas, Rincão da Cruz), que traz as contribuições culturais dos italianos, e o Museu Gruppelli (7º Distrito, Quilombo), administrado pelo Instituto Memória e Patrimônio, com as contribuições de alemães e italianos.

²⁷ Mais uma vez enfatizamos que a resistência a que nos referimos é em relação aos moradores da Comunidade em se tratando de um momento público.

transgressão e crime. Hoje, com a mudança de paradigma, podemos dar voz à outra visão da história.

A partir do momento em que os grupos considerados “minorias” pela sociedade em geral começaram a ser objeto de estudo para compor a memória coletiva dos mesmos, a fim de que esta sirva de base para o conhecimento do patrimônio cultural do grupo estudado, acredita-se que os conflitos de memória tornem a emergir. Na atualidade, o pesquisador busca conhecer e obter os diferentes veículos de mediação e transmissão destas culturas que não têm representações tradicionais já conhecidas e reconhecidas pelas sociedades. O que Candau (2008) chamou de sócio-transmissores, para as pesquisas com os grupos étnicos minoritários, durante muito tempo não eram reconhecidos como fonte de pesquisa, sendo eles: objetos de uso pessoal, de pequeno valor, saberes-fazeres, tradição oral...

Em relação aos conflitos de memória relacionados anteriormente, Ferreira (2009, p. 3) aponta que:

poderíamos aproximar também essa ideia de luta pelo reconhecimento com a de disputas no campo memorial, do qual o patrimônio é a expressão complexa e passível de instrumentalizações. A ideia de conflitos de memória vincula-se, num primeiro olhar, às representações de passados trágicos, imersos na dor coletiva, nos ressentimentos e manipulações, sobretudo de caráter político... É fundamental observar que em geral esses objetos de estudo estão imersos em zonas obscuras da memória dita coletiva, emocionalmente ainda muito carregados de culpa e interdições.

No caso das comunidades negras rurais, o passado trágico e a dor coletiva estão ligados às memórias do período escravista e dos embates que se seguiram no pós-escravidão. As famílias possuem um saber tradicional aliado a informações de pessoas ligadas a instituições como o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). Entretanto, esses conhecimentos e essa produção não são o suficiente para o sustento das famílias, que precisam complementar a renda como safrista/diarista nas terras dos colonos vizinhos, geralmente pertencentes às etnias italiana, alemã, pomerana ou francesa. Veja abaixo as fotos da região (v. Figuras 11 e 12).



Figura 11. Acesso às propriedades do Alto do Caixão Figura 12. Propriedade do Alto do Caixão
 Fonte: acervo da pesquisadora Fonte: acervo da pesquisadora

As fotos acima mostram que o terreno é íngreme, sendo que em alguns trechos da estrada existem muitos buracos e pedras, o que dificulta o acesso, principalmente em épocas de chuva. O ônibus não entra nesta estrada e no jornal Diário Popular de 25/04/2010 existe o relato de que uma moradora perdeu o bebê, pois não foi possível o acesso do carro na sua moradia.

Podemos perceber que a agricultura praticada rende pouca quantidade e requer muita dedicação, tendo em vista os acidentes geológicos. Segundo os ensinamentos de Dona Eva Lacerda, moradora local, as terras entre as pedras são mais férteis; entretanto, não se pode plantar grande quantidade, nem plantas grandes nem certas qualidades.

Geralmente, nas propriedades, encontramos alfaces, couves, abóboras, ervas de chá. O Sr. Antônio Vieira e Dona Ilda, irmãos, filhos do Patriarca fundador do Quilombo Pedro Vieira, são os moradores mais antigos da Comunidade, e ainda mantêm sua horta, inclusive plantando uma erva chamada arruda,²⁸ (v. Figura 13) a qual ele costuma ir vender no Centro Urbano. A arruda exala um cheiro forte, e é utilizada em rituais de benzimento, tanto em pessoas quanto em residências. Muitos têm por costume usar um galho desta planta atrás da orelha. Quanto a suas propriedades medicinais essa planta pode ser usada como analgésica, antiasmática, anti-inflamatória, mas um de seus usos mais conhecidos popularmente é como abortivo. Em geral, o uso dos recursos naturais é fruto de uma tradição ancestral, de

²⁸ A comunidade hoje se declara em sua maioria Evangélica ou Católica. Entretanto, podemos visualizar nas propriedades ervas de cheiro e chás que remetem a uma ancestralidade rural, afro-indígena.

uma época em que os poucos recursos da medicina não eram acessíveis. Porém, destacamos que até hoje, na região estudada, a população local ainda continua enfrentando dificuldades de acesso aos diversos recursos da medicina, precisando lançar mão desses saberes tradicionais.²⁹



Figura 13: Pé de arruda
Fonte: acervo particular da pesquisadora

Destacamos que, mesmo sendo conhecimento comum na região à utilização de certas ervas de chá em benzeduras e rituais de limpeza e purificação, que remontam a suas origens ancestrais africanas, os moradores não falam sobre tais práticas, nem mesmo sobre suas origens.

Podemos citar o exemplo de Dona Eva, uma senhora com cerca de 70 anos que foi benzedeira, tem o conhecimento sobre a utilização das ervas de chá e planta várias espécies. Ela teve uma grande disposição em nos indicar qual o uso de cada uma delas. Explicou-nos que arrenda outras terras mais longe, onde pode utilizar o trator, por serem mais planas, pois o que planta nas suas terras não “...dá pra viver...”

Porém, ao perguntarmos sobre as benzeduras, ela se explica: “*Eu benzia, não benzo mais não, o Pastor³⁰ disse que a gente não deve benzer...*” Ao questionarmos como ela aprendeu o conhecimento sobre a benzedura, ela diz que aprendeu com a mãe, que aprendeu com a avó, mas enfatiza: “*Elas só faziam o bem, nunca fizeram nada que prejudicasse alguém, por exemplo: Se uma mulher*

²⁹ Na região há uma grande dificuldade de ter médicos nos postos de saúde e a baixa renda das famílias dificulta sua vinda à zona urbana, bem como a compra de medicamentos.

³⁰ Dona Eva é adepta de uma Igreja Neopentecostal e foi construído em suas terras um cômodo utilizado para os cultos que acontecem duas vezes por semana.

dissesse que não vivia bem com o marido, elas ajudavam para que tivesse harmonia em casa, já tem gente que fica dizendo que tem que deixar o homem mal, daí elas não faziam, não!”

Dessa forma, podemos questionar o porquê dessa negação dos conhecimentos ancestrais, como as benzeduras.³¹ A justificativa está na própria fala de Dona Eva, pois ela diz que “aprendeu com a mãe, que aprendeu com a avó”, mas que nenhuma delas fazia nada para o mal das pessoas. Sentimos nessa fala um preconceito que está ainda muito arraigado em nossa sociedade em relação à cultura afro-brasileira, principalmente ao que se refere às crenças religiosas.

Entretanto, após uns 30 minutos de conversa, ela falou sobre muitas ervas, seus usos e seus benefícios, dizendo que “...*antigamente não se sabia o que era médico, então tinha que se virar com que tinha na volta de casa.*” Ela também falou das benzeduras, “...*se benze pra cobreiro, quebranto... tem que ter fé.*”

Abaixo algumas fotos da paisagem (figuras 14,15,16,17) que mostram o saber/fazer quilombola, pois devido às características do território, eles cultivam pequenas quantidades de ervas, legumes e verduras.

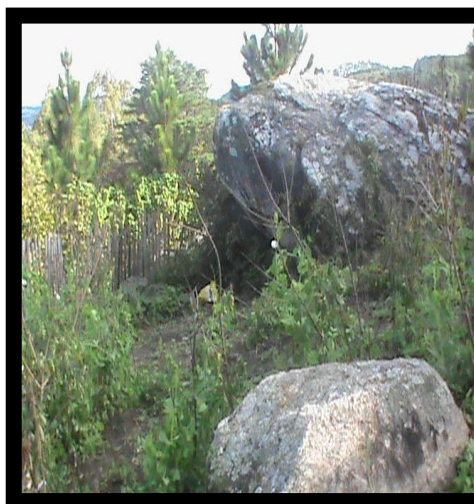


Figura 14. Propriedade do Alto do Caixão
Fonte: acervo pessoal da pesquisadora



Figura 15. Propriedade do Alto do Caixão
Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

³¹ Enfatizamos que a prática da benzedura não é uma particularidade dos afro-brasileiros e indígenas, embora o senso comum o diga. Existem práticas que nos remetem à Idade Média, as quais podemos comprovar através dos processos inquisitórios dirigidos pela Igreja Católica Apostólica Romana.



Figura 16. Propriedade do Alto do Caixão
Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Figura 17. Propriedade do Alto do Caixão
Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Assim, nossa interlocutora resistiu ao falar sobre benzedura e só quebrou o silêncio após um tempo de conversa, depois de ganhar confiança na pesquisadora; segundo outra pessoa que estava facilitando nosso encontro, ela falou porque o Pastor não estava no momento.

A entrevistada explica que nenhuma das filhas quis aprender sobre as benzeduras e as ervas de chá, *“as vezes vem gente de fora querer aprender, como foi o caso da Irmã Sunta que veio aprender e ensinar...”* No caso citado, Dona Eva refere-se a um trabalho feito pela Igreja Católica, onde a Irmã Assunta atende pessoas carentes com remédios fitoterápicos feitos com ingredientes naturais. Além de pesquisar as ervas e conhecimentos da região, a Irmã fez um trabalho de conscientização sobre a higiene e formas de conservar tais ingredientes.³²

Outro saber que vem se perdendo é o artesanato em palha, pois *“...eles não fazem mais questão de aprender, preferem as coisas prontas... até me lembrei que tenho que fazer uns cestos pra botar milho.”* Dona Eva conta que as próprias pessoas da família não dão importância em aprender os saberes, que vão se perdendo ao longo das gerações; no entanto, pessoas de fora dão valor aos seus conhecimentos.

³² Irmã Assunta tem um trabalho reconhecido na Arquidiocese de Pelotas. “Em reconhecimento ao desenvolvimento de ações de solidariedade social e de promoção da cidadania, Irmã Assunta Tacca, Irmã do Imaculado Coração de Maria, teve seu trabalho reconhecido nacionalmente com o Prêmio Betinho Atitude Cidadã 2011. A religiosa ICM foi premiada como destaque da Região Sul” (ARQUIDIOCESE DE PELOTAS, 2012).

2.4 O processo de reconhecimento

Reconhecer-se Remanescente Quilombola não é um processo simples e tranquilo. Durante muito tempo, Quilombo foi sinônimo de transgressão da ordem social. Terra de fugitivos, de escravos que não queriam trabalhar!

Estudos recentes abordam a categoria Remanescente de Quilombo numa perspectiva étnico-cultural, utilizando o termo Comunidades Negras Rurais, onde os saberes-fazeres ligados à terra que compõem as práticas de sobrevivência dos indivíduos tornam legítimo o processo de reconhecimento. Tais conhecimentos, que constituem o patrimônio imaterial do grupo, incluem a prática da agricultura familiar, o uso de plantas, de ervas de chás que remetem a um saber ancestral e à própria atribuição da ascendência indígena e negra – ambos os progenitores trabalhando como escravos, embora somente a mulher o fosse –, a utilização de artesanato em palha como algo do uso cotidiano, a necessidade de usar o fogão a lenha por ausência de recursos (no tópico seguinte abordaremos as necessidades ainda presentes na comunidade em relação à questão cidadã) e a questão da alimentação – que, embora modificada pelo modo capitalista, ainda apresenta muitas permanências, com alimentos preparados tendo por base o milho, o feijão, doces feitos com frutas e alimentos que utilizam partes do porco, sendo estes últimos característicos da população rural.

Enfatizamos que a família Vieira já sofrera um processo de expropriação de terras quando foram expulsos da região dos Três Serros, conforme relato oral de Dona Ilda, prática comum após as políticas de migração e a lei de terras instituída no Brasil em 1850. Existem muitos relatos, principalmente orais, de que os Quilombolas trocavam terras por alimentação e que aos poucos, sem ter o documento de propriedade, foram expulsos de suas terras ou “espremidos” em pequenos lotes de terras de baixa produtividade.

Na região sul do Rio Grande do Sul, o trabalho de reconhecimento de terras das comunidades negras rurais teve início a partir das recentes políticas atreladas à Constituição Federal de 1988.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O Decreto nº 4.887 (v. Anexo G), de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades negras rurais de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Entretanto, a questão da auto definição do grupo apresenta uma especificidade: é preciso provar que o grupo está ligado à ancestralidade negra e às formas de resistência empreendidas visando uma sobrevivência com certa autonomia perante o grande proprietário, até mesmo no período pós-abolição. Para tanto, se faz necessário o trabalho de uma equipe de pesquisadores, que deve emitir um relatório técnico. Dentre os profissionais que devem trabalhar neste relatório podem mencionar-se: antropólogos, historiadores e arqueólogos.

Em Pelotas, o CAPA, organização não governamental vinculada à Igreja Luterana, iniciou o trabalho junto às comunidades negras rurais.³³ A instituição promovia encontros denominados “fóruns de agricultura familiar”, onde atendia pequenos produtores rurais em suas necessidades. Várias categorias participavam dos eventos, tais como pescadores e as comunidades negras rurais.

Segundo ata do mês de setembro de 2004, outra ação decorrente da aproximação da SDT/MDA junto ao Fórum foi a oportunização de representação deste espaço junto ao Conselho Estadual do Pronaf, para qual foram indicadas a coordenadora do CAPA e a presidente da Associação Arpa-Sul (Ata do Fórum de Agricultura Familiar, setembro de 2004) (RECH, 2013, p. 99).

³³ Chamamos a atenção para a questão da dependência econômica das Comunidades Negras Rurais. Antes das atividades promovidas pelas instituições governamentais ou não-governamentais, seu único recurso era o auxílio dos “colonos”, geralmente alemães e italianos, que trocavam a ajuda por dias trabalhados. Atualmente, as políticas para as Comunidades Negras Rurais têm um discurso voltado ao auxílio destas para que tenham condições de buscar a condição cidadã. Entretanto, questionamos se algumas das Instituições às quais chamamos de “Pontes”, que estão vinculados à Igreja Luterana, a Comunidade Católica e a Igreja Neopentecostal não influenciaram ou influenciam os moradores em silenciar ou modificar suas tradições?

Segundo Rech (2013), em novembro de 2005, o Fórum deixa de ser uma comissão provisória para atuar como colegiado de desenvolvimento territorial (CODETER), e um propósito para este ano foi a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os Colegiados Territoriais são formados por representantes do governo federal e da sociedade civil. O número de integrantes depende do tamanho do território, do número de municípios e de organizações e da complexidade do território representado. Há presença de agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades negras rurais, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos, etc. Os colegiados, segundo a SDT/MDA, são responsáveis por identificar as demandas locais das comunidades; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações; sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e dar ampla divulgação às ações dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais.

Ainda segundo Rech (2013), a partir de 2007 começou a participação efetiva de representantes das comunidades negras rurais da região.

Ao longo de dois séculos, foram se formando - em parte decorrente de fugas e ocupações de áreas de difícil acesso; e em parte produto da doação de terras a escravos alforriados e/ou ocupações de áreas devolutas no período pós-abolicionista- diversas comunidades negras rurais, muitas delas originadas dos antigos quilombos. Segundo dados do CAPA (2007, p. 17), as comunidades quilombolas “possuem características rurais (...) desenvolvem agricultura de subsistência, trabalham como mão-de-obra eventual, junto aos pequenos agricultores e fazendeiros, produzem artesanato tradicional e de utilidades nas lides agrícolas”.

A fala da pesquisadora vem corroborar o que descrevemos acima. Segundo a mesma, inicialmente eram representantes de 5 comunidades da região: Monjolo (conhecidos também como Serrinha e Campos dos Quevedos), Torrão e Coxilha Negra, em São Lourenço, e Armada e Maçambique, localidades de Canguçu.

As raízes do trabalho do CAPA remontam ao ano de 2000, “...prestando assessoria técnica na agricultura, no ensino das primeiras letras a adultos, na conquista de uma carteira de identidade, na redescoberta das técnicas de artesanato e da música e na incidência em políticas públicas.”(CAPA, 2010, p. 1).

O trabalho contou com o apoio dos moradores das comunidades negras

rurais, pois segundo informações da pesquisadora Carla Rech, que na época era secretária da instituição, *“...nas primeiras reuniões com representantes do MDA, percebemos que não eram somente as cinco comunidades quilombolas reconhecidas que se faziam presentes, eram pessoas de outras localidades que não estavam mapeadas”*.

Assim, percebeu-se a necessidade de ser realizado um levantamento e apoio para o reconhecimento formal das comunidades existentes. Para tanto, o CAPA em 2008 foi indicado pelas comunidades negras rurais, junto ao programa do governo federal Territórios da Cidadania, para pesquisar e identificar as comunidades. Como resultado deste trabalho foram identificadas 43 comunidades, dentre as quais a Comunidade do Alto do Caixão.

Nas atividades desenvolvidas através do Programa Territórios da Cidadania, contamos com o apoio e parceria da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA-RS, da Fundação Cultural Palmares, do Colegiado Territorial, de lideranças locais das comunidades quilombolas, gestores e técnicos das prefeituras e técnicos da EMATER dos municípios onde se encontram as comunidades (CAPA, 2010, p. 1).

Desta forma, segundo dados do CAPA, vários órgãos governamentais, não governamentais e as lideranças das comunidades interessadas neste processo se uniram em prol do trabalho, resultando num novo mapeamento dos grupos existentes na região.

2.5 Dias atuais, lutas e conquistas, mas nem tudo são flores...

Atualmente com cerca de 60 sócios, a comunidade já possui a Certidão da Fundação Cultural Palmares, conferida à Associação em fevereiro de 2010. Entretanto, o processo de reconhecimento ainda está em tramitação no INCRA, nem mesmo o relatório técnico foi iniciado ou encaminhado. Somente a partir do laudo deste relatório é que o processo ganha a dimensão de titulação das terras. Entretanto, a liderança local confessa sua preocupação quanto ao andamento deste processo, pois, segundo ele, ao concluir que a comunidade é remanescente de quilombo, o governo desapropria terras de outros colonos e dá a titulação coletiva³⁴

³⁴ Segundo a legislação da terra de comunidades quilombolas (lei 4887/2003 e Instrução normativa nº 57/2009), a titulação se dará da seguinte forma: “Art. 24. O Presidente do INCRA realizará a titulação

da mesma para formar um conjunto de terras utilizadas comunitariamente pelos moradores, procurando formar uma atmosfera semelhante aos antigos quilombos, que tinham uma relação direta e harmônica com a terra, numa tentativa de retorno aos costumes ancestrais. Entretanto, estes dizem não ter intenção de prejudicar os “outros”, não querem acirrar mais os ânimos. Também dizem que a relação de dependência criada entre eles e os “outros” colonos, no trabalho como diarista é um “fator complicador”, e esperam que este processo demore muito, e que as autoridades mudem a forma de conduzir as coisas, pois o que eles almejam é o acesso aos direitos (políticas públicas) que todos os “outros” já têm há mais tempo, cujo fator determinante está na questão de ser reconhecida a legitimidade do grupo em relação àquela porção de terra.

No que diz respeito às políticas públicas, houve ações de Organizações Não Governamentais e Entidades Públicas para a confecção do documento de identidade, cadastramento no programa Bolsa Família e no programa de financiamento da casa própria do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”. É preciso salientar que a população de baixa renda em geral tem acesso a essas políticas públicas, mas, por falta de informações e de um documento que comprove seu endereço, as comunidades negras rurais não tinham acesso às mesmas. Outra questão importante são as formas de financiamento que os outros agricultores têm e que as comunidades negras rurais anteriormente não tinham por falta do referido documento.

Após o reconhecimento, foi pleiteado junto ao Governo Federal um caminhão, com o objetivo de levar a produção dos moradores para ser vendida numa pequena feira perto de uma escola num bairro do município de Pelotas. A caminhonete chegou ao final do ano de 2011 e, segundo os moradores, iria ficar sob a tutela da EMBRAPA, pois o “governo” não acreditava que eles seriam capazes de mantê-la, o que geraria outro complicador, que seria a falta de autonomia para a utilização da mesma. Quando foi entregue, faltava pouco para que o imposto IPVA vencesse. O vice-presidente da associação conta que eles fizeram um bingo na Comunidade Jesus de Nazaré e conseguiram pagar o imposto para iniciar suas atividades.

Quanto à caminhonete, esse foi mais um processo de engajamento da

mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas” (v. Anexo G).

comunidade, como descreve o texto abaixo:

Essas experiências desenvolvidas por meio do PAA³⁵ mostram que as estratégias que inter-relacionam o acesso a políticas públicas com a organização dos atores sociais locais podem ser direcionadas no sentido de potencializar processos de transição para uma agricultura de base ecológica, reforçando até mesmo outras iniciativas de comercialização já existentes, como as feiras livres. [...] O trabalho dos quilombolas da **Comunidade do Alto do Caixão**, em Pelotas, associa criatividade e tradição à obtenção de seu sustento a partir da agricultura. [...] A entrada no programa Fome Zero como fornecedores de alimentos é uma evidência que reflete a transformação social ocorrida. Anterior a sua participação ativa no programa, esses quilombolas não tinham a agricultura entre suas principais fontes de renda. Segundo seus próprios relatos, se restringiam a produzir quantidades e diversificação limitadas de alimentos, em especial algumas hortaliças, milho e mandioca, utilizados somente para o suprimento parcial de sua alimentação. [...] Esses agricultores quilombolas, guiados pelo objetivo de melhorar suas condições de vida, foram adaptando técnicas e práticas de produção, em parte, considerando conhecimento levado a eles através de projetos de apoio técnico, mas também resgatando seus saberes e cultura locais. Adaptaram e re-criaram formas de trabalho com a agricultura desde a fertilização do solo, com a utilização de práticas como a compostagem e adubação verde, até introdução de novos cultivos. O reordenamento dos recursos locais - como, por exemplo, a ampliação do uso de sementes crioulas - é fortalecido por meio de ações como realização de feiras específicas regionais, onde são promovidas trocas de sementes e comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar da região, não somente entre quilombolas de diversas comunidades, como também entre os demais agricultores (MEDEIROS & MARQUES, 2011, p. 9-11, grifo nosso).

As autoras complementam:

De forma objetiva, uma das dificuldades enfrentadas pelos agricultores que pode, inclusive, impedir a participação nas feiras é a ausência de transporte para a produção. Este era o caso da comunidade quilombola, que pode ser tomado como exemplo de como a rede de relações são mobilizadas e de como os espaços de manobra ampliam as chances de contornar impedimentos. Na comunidade há agricultores cooperados da Sul Ecológica e outros organizados em torno da **Associação Alto do Caixão**, juntos criaram condições para estabelecer uma parceria com a EMBRAPA - Clima Temperado (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e apresentar um projeto ao Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), com isto foram contemplados com a compra de uma camionete que passou a permitir o transporte de seus produtos para a feira na cidade, viabilizando a ampliação das possibilidades produtivas e de comercialização (Ibid., p.13).

O auxílio dos mediadores tem facilitado o diálogo com os órgãos públicos responsáveis pelas políticas que visam integrar as comunidades negras rurais nos aspectos que dizem respeito ao seu próprio sustento, numa condição de “aprender a pescar”, como é dito popularmente. Antes a comunidade dependia somente da

³⁵ Programa de Aquisição de Alimentos ligado ao Programa Fome Zero.

ajuda, da doação; após um processo de qualificação da agricultura familiar desses moradores, o esclarecimento de seus direitos, há um reordenamento no modo de os próprios moradores entenderem sua condição de cidadãos. Eles formam uma associação com o objetivo de lutar por suas necessidades, conquistando a camionete que possibilita certa autonomia para a venda de seus produtos, dispensando o atravessador, o que garante uma diferença substancial no montante de seus rendimentos.

Outra conquista está sendo a construção das casas do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, como veremos a seguir (v. figuras 18 e 19).

É importante salientar que o programa de execução das casas necessita de uma grande dedicação por parte dos moradores, em função dos trâmites legais a serem cumpridos, a cada etapa (num total de três). É preciso fotografar as casas e levar até o CREHNOR (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural) um relatório dos progressos, para que seja liberado o dinheiro para pagamento da mão-de-obra. Mais uma vez, as questões do difícil acesso e dos trâmites burocráticos atrasam a conclusão das tão almejadas residências, uma vez que os pedreiros começam a obra e logo as abandonam, pela demora em receber e em ter que se deslocar em grandes distâncias, preferindo pegar outro trabalho. Edgar, vice-presidente da associação, esclarece que as casas típicas de barro e taipa existiam, segundo a imagem das mesmas gravadas em sua memória desde a infância. Porém, iniciativa da vigilância sanitária para esclarecer o problema de saúde causado pelo barbeiro fez com que os moradores se unissem e iniciassem reivindicações por melhores moradias.

Juntamente com as reuniões pelo reconhecimento do grupo como comunidade negra rural, iniciou-se um movimento que abrangeu a mesma categoria de comunidades de outras cidades da região junto ao governo federal na figura da Caixa Econômica Federal, onde “... *nós acampamos na frente da Caixa da XV, teve até tropa de choque nos cuidando, mas no segundo dia o gerente da Caixa nos recebeu, teve até cafezinho e bolacha.*”



Figuras 18 e 19: processo de construção das casas financiadas pelo Governo Federal “Minha Casa Minha Vida”, intermediado pelo CREHNOR.
Fonte: acervo particular de Edgar Nogueira

A partir dessas mobilizações, os atores sociais envolvidos, considerados “as minorias” começaram a perceber-se como sujeitos, pois no momento em que reivindicam acesso às políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania e obtêm resultado positivo há um incentivo em continuar.

A Crehnor Sul realizou na quinta-feira, 6 de dezembro, uma solenidade que marcou a contratação de 51 unidades habitacionais em duas comunidades quilombolas de Pelotas, Vó Elvira e Alto do Caixão. A solenidade contou com as presenças do presidente da Crehnor Sul, Leonir Oliveira, o diretor Gilson Alves Rodrigues, além de representantes da Caixa Econômica Federal, do Movimento dos Quilombolas, representado por Antonio Leonel. As unidades fazem parte do Programa Nacional de Habitação Rural PNHR – modalidade Quilombolas, com casas medindo 46,38m² (CREHNOR SUL, 2013).

Outra questão a destacar é que a Associação de Moradores não possui sede própria; é utilizado o salão da Comunidade Jesus de Nazaré. Portanto, não há um espaço em que se possa abrigar um projeto permanente; existem iniciativas tais como a do CAPA que ofereceu os cursos de eletricitista doméstico em parceria com a ELETROSUL³⁶ e de costura industrial, em conjunto com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a SULGAS (Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul). Também foram realizadas oficinas artísticas e culturais promovidas pela UFPEL, no projeto de Educação Quilombola da referida instituição. Além disso, os moradores receberam doações do Projeto Territórios da Cidadania,

³⁶ “A ELETROSUL é uma subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRAS e vinculada ao Ministério de Minas e Energias. É uma sociedade de economia mista de capital fechado e atua nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica” (ELETROSUL, 2013).

criado em 2003, do Programa Arca das Letras, uma biblioteca móvel. O objetivo é incentivar a leitura entre os moradores, inclusive alguns deles são capacitados como agentes de leitura. A Arca das Letras funciona de modo precário na casa dos moradores, a estante tornou-se itinerante por falta de um local apropriado onde pudesse ser deixada à disposição de todos. *“A Associação já perdeu a doação de computadores e livros, por falta de um lugar para colocar...”*, lamenta Edgar, vice-presidente da associação.

Apesar de a construção das casas financiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal ser implementada durante 2013 e, numa primeira etapa, estar contemplando cerca de 20 famílias, os moradores ainda sofrem com a falta de infraestrutura básica. A água utilizada é de poço artesiano, as estradas são mal conservadas, os postos de saúde mais próximos geralmente não têm os profissionais necessários. A escola próxima denominada E.M.E.F. Erasmo Braga atende até a 5ª série do ensino fundamental. O transporte público oferece poucos horários, e tem uma tarifa que se torna alta para os moradores. Enfatizamos que os moradores que ainda não receberam o benefício “Minha Casa, Minha Vida” vivem de forma precária, uma vez que suas casas não são, por exemplo, rebocadas.

Nos encontros promovidos pelas Instituições Públicas como a UFPEL, com o objetivo de ouvir as comunidades e valorizar a cultura das mesmas para subsidiar ações para a educação quilombola³⁷, os moradores reivindicam o ensino técnico para a agricultura familiar (nos moldes do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, o CAVG, que tem suas atividades educacionais na zona urbana de Pelotas).

³⁷ O referido projeto de extensão, envolveu alunas do curso de Pedagogia da UFPel com apoio do Governo Federal. Foram promovidos encontros com educadores, Comunidades Negras Rurais da Região da Zona Sul, onde foram ouvidas reivindicações e feitas capacitações. No último Encontro (v. Figura 20) ocorrido em Pelotas no ano de 2013, foi anunciado o término do projeto tendo como resultado a produção de material destinado à Educação Quilombola.



Figura 20: Encontro para discutir ações para educação quilombola
Fonte: acervo da Pesquisadora

Iniciativas como esta têm auxiliado economicamente os moradores do Alto do Caixão; entretanto, questionamos o porquê de estas pessoas somente agora serem o público alvo dessas políticas. O processo histórico nos mostra que estas mesmas pessoas durante muito tempo sofreram o abandono pelos órgãos governamentais, e que mesmo com estas iniciativas sua condição de dependência, como eles mesmos apontam, ainda não se modificou. Não seria apenas uma medida para aliviar as tensões causadas pelos protestos de grupos “minoritários”? Questionamos se essas políticas terão continuidade e resultados efetivos ao longo das gerações.

Por todas essas dificuldades, que chegam a pôr em perigo a vida dos moradores, é que muitos vão para a periferia da cidade de Pelotas, onde geralmente não há a melhoria tão esperada. Podemos citar o exemplo dos irmãos de Dona Ilda, hoje a matriarca da Comunidade do Alto do Caixão. Dos sete irmãos, ficaram somente ela e Seu Antônio; os demais estão espalhados na periferia de Pelotas.

Pedro Vieira Filho, com 61 anos, lamenta ter deixado o campo. **“Não fosse pela doença da mulher não teria trocado a colônia por isso aqui”**, arrepende-se. Há cinco anos, quando mudou-se para a Governança, lembra que trouxe consigo 80 galinhas e que logo na primeira noite roubaram-lhe 25. **“Aqui é muito violento”**. (DIÁRIO POPULAR, 11/02/2001)

Mais uma vez nos deparamos com o problema do êxodo rural, por falta de infraestrutura e perspectivas aos colonos pobres da zona rural como um todo, e destacamos que a Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão é mais uma dentre as várias de nosso país, que além de enfrentar as adversidades da zona colonial, enfrentam as consequências da falta do acesso aos bens e oportunidades que os

outros brasileiros tiveram durante o processo histórico que se seguiu após o pós-abolição.

No próximo capítulo, abordaremos o contexto histórico charqueador da Cidade de Pelotas e o espaço da experiência quilombola na Serra dos Tapes no período do século XIX. Nestas reflexões, traremos o processo histórico do Distrito do Quilombo, que através da documentação primária nos remete à figura de Manuel Padeiro, que, ao que tudo indica, é pouco lembrado pelos moradores do Alto do Caixão.

3 Origens Históricas do Distrito de Quilombo na Serra dos Tapes em Pelotas (RS)

3.1 O contexto histórico e os conflitos de memória: a Cidade de Pelotas escravista do século XIX e as origens do Distrito de Quilombo, localizado na Serra dos Tapes

Pelotas tem o maior número de negros do Rio Grande do Sul, afora a capital. São 31.172 pessoas. Somado aos que se identificaram como pardos (mulatos) aos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total ultrapassa os 51 mil; equivalente a 16% da população (DIÁRIO POPULAR, 5-1-2003).

Estes números são confirmados pelo censo de 2010, segundo IBGE³⁸, a população de Pelotas está distribuída da seguinte maneira: Brancos - 263.443; Pretos – 35.049; Amarelos – 1.052; Indígenas – 483; e 3 pessoas que não se declararam. A manchete de jornal acima também é confirmada por Marcelo Paixão, que afirma: *Na Tabela 1, em anexo, vê-se que a maior cidade negra do Rio Grande do Sul, em termos do tamanho da população, era a capital, Porto Alegre, abrigando mais de 225 mil afrodescendentes. Pelotas, com mais de 50 mil negros, era a segunda maior cidade negra gaúcha. (Paixão, 2013, p.13).*

A presença negra em Pelotas deve-se à atividade charqueadora que ocorreu no período compreendido pelos séculos XVIII e XIX. A cultura afro-brasileira se faz presente nesta cidade em diversos elementos, tais como o carnaval de rua, as manifestações religiosas e seu sincretismo,³⁹ e a culinária, o que contribuiu sobremaneira para a configuração das relações sociais atuais.

No século XIX, Pelotas era descrita como uma cidade cosmopolita, em relação ao restante do Rio Grande do Sul. Esse fato deve-se à forma diferenciada da atividade econômica ali exercida. Enquanto o Pampa Gaúcho tinha como atividade principal a pecuária, Pelotas tinha na produção de charque sua principal fonte de riqueza.

³⁸ Disponível em: <http://informacoesdobrasil.com.br/dados/rio-grande-do-sul/pelotas/censo-demografico-2010/> acesso em: 09.03.2014

³⁹ Em Pelotas prestam-se, em 2 de fevereiro, homenagens à orixá feminina Iemanjá e à santa católica Nossa Senhora dos Navegantes. Podemos citar outros exemplos de sincretismo, como São Jorge (católico) e Ogum (africano), Nossa Senhora Aparecida (católica) e Oxum (africana), etc.

Segundo o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1974)⁴⁰, que descreveu suas experiências ao viajar pelo Brasil quando de sua passagem por Pelotas no século XIX menciona que através dos arroios Pelotas e Santa Bárbara o charque chegava ao Canal São Gonçalo, até a Laguna dos Patos e seguia para Rio Grande, onde em navios maiores era levado para outros Estados brasileiros, como o Rio de Janeiro e a Bahia, e até mesmo para outros países, como Cuba, para servir de alimento para os escravos. No caminho inverso vinham os mais variados objetos e utensílios produzidos na Europa, como chapéus, vestidos, livros e “cultura”.

Nesse contexto, os produtores de charque se diferenciavam em maneiras, hábitos e ideias dos demais rio-grandenses. Para que esse quadro se estabelecesse, foi preciso uma grande quantidade de mão-de-obra, uma vez que a atividade charqueadora foi dura e muito penosa. Essa mão-de-obra era representada na figura do escravo africano, que tinha uma vida muito difícil nas charqueadas pelotenses.

Podemos melhor visualizar o espaço constituído por essa cidade nos remetemos às palavras de Saint-Hilaire.

Nada tão belo como a região por nós atravessada, a qual se compõe de vastas planícies com pontos ligeiramente ondulados. Por toda a parte o terreno apresenta gramados salpicados de bosquetes e árvores, onde pascentam cavalos e bois. Um grande número de belas casas cobertas de telhas, aparecendo aqui e ali e tendo cada uma um pomar circundado de valas profundas guarnecidas de opúncias ou de Bromeliáceas. Algumas cercas são feitas de tufo de ervas, outras com crâneos de bois, armados de chifres e apertados uns contra os outros. Nos pomares, na maioria muito grandes, são cultivadas laranjeiras, pessegueiros, parreiras, legumes e algumas flores.

Do lado do poente o horizonte é limitado pela Serra dos Tapes e a leste pelo Rio São Gonçalo, que estabelece uma comunicação fácil entre esta região e todas as partes dos lagos Mirim e dos Patos.

O aspecto da região lembra tudo quanto a Europa tem de mais pitoresco: os pomares, onde só se vêem árvores novas, as casas recém-construídas dão a estes campos um ar de frescura e de novidade que mais os embeleza ainda.

...seguimos para a aldeia, distante, já dito, meio quarto de légua do Rio São Gonçalo e situada em vasta planície. É sede da paróquia e conta para mais de 100 casas, construídas segundo um plano regular de edificação da aldeia. As ruas são largas e retas. A praça em que fica a igreja é pequena porém muito bonita. A frente da maioria das casas é asseada. Não se vê em S. Francisco de Paula uma palhoça sequer e tudo aqui anuncia abundância. Na verdade as casas são todas de um só pavimento mas são bem construídas, cobertas de telhas e guarnecidas de janelas envidraçadas.

⁴⁰ Auguste de SAINT- HILAIRE , esteve em viagem ao Brasil entre os anos de 1816 e 1822, publicando o Livro: Voyage à Rio Grande do Sul —BRÉSIL — 1820-1821, [Orléans, 1887], em francês ainda no século XIX, foi traduzido por Leonam de Azeredo Penna e publicado em 1935(1ªed.) e em 1939(2ª ed.). A edição utilizada neste trabalho data de 1974.

Os homens que encontrei achavam-se vestidos com asseio e vi várias lojas sortidas de mercadorias diversas. Operários e principalmente negociantes constituem a população de S. Francisco (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 68-69).

No primeiro trecho de sua descrição, Saint-Hilaire relata uma região aprazível, sem nenhuma palhoça (construção mais rudimentar), com casas bem construídas e asseadas. Fala também do vestuário, das lojas sortidas com diversas mercadorias, com operários e negociantes. Inicialmente, o autor não menciona os escravos, pois ao descrever a “população de São Francisco”, denominação da Cidade de Pelotas no século XIX, provavelmente não os inclui nessa categoria, assim como também não conta os libertos que exerciam suas atividades na região.

Em seu relato, diz que os pomares na região da vila não são tão extensos, mas menciona a Serra dos Tapes, distante 4 léguas, local de onde chegam os víveres.

Os víveres consumidos na região vêm em grande parte da Serra dos Tapes, situada a 4 léguas de S. Francisco, onde o solo é fértil, produzindo fartamente o milho, o feijão e mormente o trigo (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 69).

Entretanto, ao se referir aos escravos, Saint-Hilaire sugere que seus donos os maltratavam. Usa a expressão: “Os escravos parecem tremer diante de seus donos”. Mais adiante, chama a atenção sobre a condição do escravo infantil, e finalmente justifica tais ações em função de a escravaria ser numerosa. Diferenciando a escravidão nas “lides” campeiras e a escravidão nas charqueadas.

Nas xarqueadas os negros são tratados com rudeza. O Sr. Chaves, tido como um dos xarqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; **os escravos parecem tremer diante de seus donos.**

Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono, e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é frequente em outras.

Afirmei que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do País. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas xarqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da Capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 73, grifo nosso).

Portanto, a cidade de Pelotas do século XIX apresenta o quadro “cosmopolita” descrito acima. Entretanto, havia uma segregação de lugares de acordo com a posição do indivíduo na sociedade. O escravo não tem visibilidade nesta cidade, no trabalho das charqueadas é tratado com rudeza, “os escravos parecem tremer”, nem mesmo a criança escapa desses maus-tratos, e toda essa agressividade justifica-se, segundo Saint-Hilaire, porque os escravos eram muitos e “cheios de vícios”.

Ao fazermos uma análise mais detalhada da sociedade brasileira durante o período escravista, podemos depreender que muitas histórias foram ditas sob uma perspectiva da elite e outras não foram ditas, sendo silenciadas. Atualmente realizam-se novos estudos sobre as memórias daqueles que fizeram parte dessa história “não contada”. Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 99), trabalhando com conceitos da diversidade cultural, esclarece o antagonismo dos termos “identidade” e “diferença”:

...gostaria de argumentar em favor de uma estratégia pedagógica e curricular de abordagem da identidade e da diferença que levasse em conta precisamente as contribuições da teoria cultural recente, sobretudo aquela de inspiração pós-estruturalista. Nessa abordagem, a pedagogia e o currículo tratariam a identidade e a diferença como questões de política. Em seu centro, estaria uma discussão da identidade e da diferença como produção. A pergunta crucial a guiar o planejamento de um currículo e de uma pedagogia da diferença seria: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais são os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação? Para isso é crucial uma teoria que descreva e explique o processo de produção da identidade e da diferença. Uma estratégia que simplesmente admita e reconheça o fato da diversidade tornar-se capaz de fornecer os instrumentos para questionar precisamente os mecanismos e as instituições que fixam as pessoas em determinadas identidades culturais (SILVA, 2000, p. 99).

Dessa forma, acreditamos que seja importante o estudo desses conceitos, pois, segundo o autor, ao longo do tempo são as instituições as responsáveis pela fixação das identidades culturais. Silva (2000) aponta ainda que a diáspora africana desestabilizou as identidades e contribuiu para a miscigenação, sincretismo e criouliização⁴¹ culturais. Esses fatores abalaram tanto a identidades homogêneas

⁴¹ Segundo Infopédia, Crioulização é processo de formação de crioulos, ou, adoção de uma língua estrangeira por uma comunidade, que é a mescla com o seu próprio idioma, criando um léxico e uma gramática mais ou menos distintos dos originais. Disponível em: *crioulização* In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-02-13]. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/linguaportuguesa/criouliza%C3%A7%C3%A3o;jsessionid=ZR7qecg53tq2J3oqNnCjCQ> >.

quanto a identidades subordinadas. Assim, Silva trabalha na perspectiva de uma história que seja contada sob o ponto de vista dos subordinados, dos novos sujeitos.

É importante destacarmos as relações entre memória e poder analisadas por Marisa Ribeiro Silva (2006), que trabalha com a ideia de que “todas as relações são relações de poder”. A autora analisa a relação entre memória e poder: aponta que a construção da memória foi feita por pessoas que “tinham um papel importantíssimo para a coesão do grupo, além de uma posição de destaque na sociedade. Nesse sentido, o conhecimento da memória se constituía em um instrumento poderoso na reprodução das relações de poder” (p. 17).

Skidmore (1976), Cunha e Gomes (2007), Fernandes (2008), nos trazem algumas reflexões sobre os períodos que antecedem a abolição do Brasil e posterior a este fato.

A obra organizada por Olívia Cunha e Flávio Gomes (2007) demonstra através de anúncios em jornais que os senhores de escravos faziam uma política de concessão para que os escravos lhes fossem fiéis, nos últimos anos de escravidão e durante a abolição. O que fazia com que muitos permanecessem no trabalho em virtude do sentimento de gratidão que nutriam. Outra questão levantada pelos autores é que aqueles que tentavam sair das fazendas não encontravam lugar condizente com a condição cidadã, pois não foram preparados para o mercado de trabalho, principalmente o urbano, e ainda sofreram a concorrência dos imigrantes, que, apesar de enfrentarem problemas semelhantes, eram mais bem aceitos para os empregos, uma vez que já estavam acostumados ao trabalho assalariado, e, sendo assim, poderiam almejar melhores possibilidades de inserção na condição cidadã da época em questão.

Florestan Fernandes (2008) aponta para a ideia de que a abolição foi reivindicada por muitos, mas não foi planejada para inserir o negro na sociedade e na economia brasileira. Dessa maneira, muitos ex-escravos e libertos ficaram à

Entretanto, os estudos sobre a criouliização no Brasil, dizem respeito a uma hibridização de culturas. PRICE(2003), numa perspectiva acadêmica trabalha com dois conceitos: A criouliização cultural e a criouliização demográfica, para um melhor aprofundamento ver: PRICE, Richard. “O milagre da criouliização: retrospectiva”, **Estudos Afro-Asiáticos**, vol. 25, no 3 (2003), pp. 383-419 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a02v25n3.pdf> acesso em 13.02.2014.

margem da sociedade, conseguindo alguns poucos inserir-se no mercado por conta de apadrinhamentos e de esquecimento ou silêncio no que se refere às suas raízes.

Thomas E. Skidmore (1976) trabalha com a ideia de que vários fatores culminaram com a abolição, dentre estes a pressão estrangeira, mas os estudos da época, tais como o pensamento positivista⁴², o materialismo e o evolucionismo, foram cruciais, pois penetraram nas ideias dos jovens da elite da época, bem como na Escola Militar. O autor destaca que próximo à abolição, nem o exército nem os juízes davam atenção às reclamações dos donos dos escravos fujões. Possivelmente, este fato se deu porque os escravos lutavam seguidas vezes no exército e seria uma incoerência em tempos de paz voltar a caçá-los, tratando-os como inimigos.⁴³ Mesmo existindo divergências em alguns pontos, destacaremos as ideias principais sobre a questão do negro no Brasil.

Uma teoria importante é a questão do “branqueamento” a qual apontamos como exemplo estudiosos como Nina Rodrigues ou Silvio Romero que são citados por Skidmore(1976). Seus estudos defendiam que o atraso brasileiro devia-se à inferioridade da raça negra e que a alternativa para o progresso do país seria a vinda dos imigrantes, principalmente os italianos e alemães tendo como objetivo o cruzamento inter-racial para que, aos poucos, a raça negra se extinguisse em nosso país⁴⁴. Pelas Atas da Câmara Municipal de Pelotas,⁴⁵ temos notícias de que foram

⁴² O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Augusto Comte e John Stuart Mill. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX, período em que chegou ao Brasil. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Enquanto que a corrente do materialismo histórico, crítica ao positivismo, é uma tese do marxismo, segundo a qual o modo de produção da vida material determina, em última instância, o conjunto da vida social, política e espiritual. É um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas. Essa tese foi definida e utilizada por Karl Marx.

Evolucionismo social - refere-se às teorias antropológicas de desenvolvimento social segundo as quais as sociedades têm início num estado primitivo e gradualmente tornam-se mais civilizadas com o passar do tempo. Nesse contexto, o primitivo é associado com comportamento animalístico; enquanto civilização é associada com a cultura europeia do século XIX. Conforme: Wikipédia disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/positivismo.htm , <http://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo> , http://pt.wikipedia.org/wiki/Evolucionismo_social acesso em 13.02.2014.

⁴³ Sobre essa questão ver também Faoro (2012).

⁴⁴ Embasamo-nos para tal afirmativa no Decreto-lei n. 7.967 – de 18 de setembro de 1945, disponível em:

HTTP://LEGIS.SENADO.GOV.BR/LEGISLACAO/LISTANORMAS.ACTION?NUMERO=7967&TIPO_NORMA=DEL&DATA=19450918&LINK=S acesso em 13.02.2014, que dispõem sobre as normas de migração e colonização, bem como em Kolling (2000).

⁴⁵ Correspondências expedidas pela Câmara Municipal de Pelotas- Arquivo histórico DPM-003, emitida por Anjos em 03/10/1848 (Fonte Primária).

feitos estudos para ver a melhor localização para dar início a três colônias na Serra dos Tapes. Provavelmente, este estudo possa ter relação com a presença das etnias alemã, italiana e francesa, com a teoria do branqueamento e com a ideia da elite de povoar a região, dificultando o ocultamento dos Quilombolas e tendo como consequência também encolhimento das terras disponíveis para estes, uma vez que os colonos pagariam pelas suas terras e teriam a escritura das mesmas. O governo também apostava em uniões que levassem ao desaparecimento das características físicas (fenótipo) e da cultura negra.⁴⁶

Esse quadro trará à região uma relação conflituosa, anteriormente iniciada pelos charqueadores que utilizavam de soldados alemães⁴⁷ para a caçada aos quilombolas em tempos de escravidão. O conflito não melhora com a abolição, pois os colonos e os quilombolas “livres” precisam garantir sua sobrevivência. Existem relatos de que outrora houve um confronto entre um exército de soldados alemães e os Quilombolas do século XIX, que resultou em muitos mortos, os quais permaneceram enterrados na região (este assunto será abordado com maiores detalhes posteriormente), o que poderia ter desencadeado uma aura de medo e ressentimentos que chegam até nossos dias.

Quanto às questões raciológicas, existiu uma escala etnográfica que se referia a raças “inferiores” e raças “superiores”. O autor nos traz a teoria de Silvio Romero: “Povo que descendemos de um estragado e corrupto ramo da velha raça latina, a que juntara-se o concurso de duas raças mais degradadas do globo, os negros da costa e os peles-vermelhas da América” (apud SKIDMORE, 1976, p. 52).

Romero criticava os portugueses por se misturarem com as outras raças, contudo admitia que o negro trouxera uma resistência física que ajudava a enfrentar os trópicos. A ideia de raça superior começou a crescer, sendo atribuída aos anglo-saxões (os nórdicos) a pureza da raça, aliando a isso o crescimento dos Estados

⁴⁶ Segundo o mapa da Figura 3, que se encontra nas Considerações Iniciais, a zona colonial de Pelotas compreende os distritos rurais – com exceção da Colônia de Pescadores Z3, que se encontra no litoral – e dentre eles está o Distrito Quilombo, que, como já citamos, hoje existem várias colônias compostas por várias etnias, umas predominando mais em alguns locais e outras noutros, entretanto, há uma significativa miscigenação através dos casamentos.

⁴⁷ Conforme DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **A legião alemã do doutor Hillebrand**. 16.02.1975 e CORREIO DO POVO. **O Diário de Heinrich Schaefer**, 22 de julho de 1979, as autoridades arregimentavam alemães para compor o exército brasileiro para lutar na Guerra Cisplatina. Devemos distinguir os colonos alemães da zona rural de Pelotas dos alemães que compunham o referido exército mercenário, embora alguns destes últimos após a dissolução do exército, provavelmente tenham ficado trabalhando na região.

Unidos, que não tinham se misturado. Assim, enquanto nos Estados Unidos existiam os brancos e os pretos, havendo uma segregação muito forte, no Brasil tínhamos os brancos, pretos e mestiços (pardos). Dessa forma, atribuíam-se ao Brasil, na figura do mulato, uma “democracia racial”. O que não foi esclarecido é que

no alvorecer no séc. XX, o Brasil exibia um complexo sistema de classificação racial de natureza pluralista ou multirracial, em contraste com o sistema rigidamente birracial da América do Norte. O meio milhão de escravos libertados em 1888 ingressou, assim, numa estrutura complexa, que já incluía homens livres de cor (de todas as tonalidades). A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por aqueles que ficava conhecendo. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável *status* social da pessoa julgada, então, pelas suas roupas e pelos seus amigos. Donde o cínico adágio brasileiro: “Dinheiro branqueia” – se bem que isso, na prática, só se aplicasse a mulatos disfarçados. A soma total das características físicas (o fenótipo) era o fator determinante, embora sua aplicação pudesse variar de região para região, conforme a área do observador (*id.*, p. 55).

Um exemplo a apontar está nas páginas seguintes, quando são relatadas as ideias de Nina Rodrigues, médico brasileiro e mulato, principal doutrinador racista brasileiro de sua época. Em 1894, desprezou, como sentimental, a noção de que um representante das raças inferiores pudesse atingir através da inteligência, “o elevado grau a que chegaram as raças superiores”. Não sabia se a inferioridade era permanente ou transitória. Para ele a responsabilidade criminal, por exemplo, deveria ser menor para o negro. Classificava os mestiços em três grupos, salientando que dentre estes existia um potencial para regredir. Os grupos ficavam da seguinte forma:

a) o tipo superior (inteiramente responsável, no qual, é lícito presumir, incluir-se-ia o próprio Nina Rodrigues); b) os degenerados (alguns parcialmente responsáveis; o resto, totalmente irresponsável; e c) os tipos instáveis socialmente, como os pretos e os índios aos quais se podia apenas atribuir “responsabilidade atenuada”... Nina Rodrigues produziu uma justificação teórica perfeita e acabada da impossibilidade de considerar um ex-escravo capaz de comportamento “civilizado” (*id.*, p. 76).

Porém, não houve receptividade a essa teoria por parte das autoridades e legisladores ao aplicar o Código Penal brasileiro de 1890. Skidmore explica, ainda, que a teoria do branqueamento no Brasil deixa de ter sua razão de ser por uma conjuntura de fatores internacionais:

A onda de libertação política na África e na Ásia do pós-guerra foi consequência tardia do desaparecimento das doutrinas racistas, usadas entre 1870 e 1920 para justificar o controle europeu. Pelo meado da década de 50, o branqueamento deixara de ser objeto respeitável para um país do Terceiro Mundo como o Brasil, se não por outras razões, pelo menos por causa do constrangimento a que isso o levaria nas relações com os governos nacionalistas e não-brancos na África e na Ásia. Na década de 60, já o fato seria constrangedor também *vis-à-vis* dos Estados Unidos, onde a negritude começava a ser motivo de orgulho para os não-brancos. Em suma, a independência política da África e da Ásia e a revolução dos direitos civis nos Estados Unidos marcaram vivamente a perda de prestígio da arcaica cultura que tinha como fulcro a Europa e cujas presunções racistas haviam levado os brasileiros a formular sua teoria do branqueamento. Os brasileiros tinham produzido essa visão do futuro racial porque ela parecia conciliar a realidade da sua sociedade multirracial com o modelo de desenvolvimento europeu-norte-americano que procuravam imitar. Agora que a Europa e os Estados Unidos tinham repudiado politicamente o racismo (e cientificamente também); agora que a não-branquitude se tornara fonte de orgulho cultural e de poder político, tanto na Ásia-África quanto nos Estados Unidos, os brasileiros estavam sozinhos, com o ideal tristemente *démodé* do seu futuro étnico (*id.*, p. 234).

O autor discorre sobre outros estudos posteriores à década de 1950 que tentavam avaliar o novo quadro das relações raciais no Brasil, pois, a partir da nova conjuntura internacional, não era “politicamente correto” falar em branqueamento, embora esta ideologia continuasse permeando a sociedade brasileira. O Brasil que tanto se vangloriava de sua mistura racial dizendo que a escravidão fora mais branda no país do que nos Estados Unidos, que mantinha uma segregação rígida (ocasionando conflitos nas ruas), não podia manter oficialmente a ideia de branqueamento.

Nas páginas que seguem, apontaremos algumas considerações de autores que pesquisaram sobre a ideia de resistência perante a escravidão e a ideia de manipulação da memória.

3.2 Resistência Cultural ao branqueamento

A questão que durante muito tempo foi difundida na sociedade brasileira de que o escravo foi submisso é contestada por alguns estudos cujas ideias serão apontadas a seguir.

Ao embarcar para o Brasil, os escravos tinham que dar sete voltas em torno de uma árvore sagrada chamada “baobá” (v. Figuras 21 e 22) para que fossem

esquecidas as experiências passadas e os africanos iniciassem uma nova vida⁴⁸. Observamos que hoje o baobá tem um significado diferente do passado. Para o movimento negro, o baobá na atualidade tornou-se um símbolo de referência que remete à ancestralidade africana.



Figura 21. Baobá.

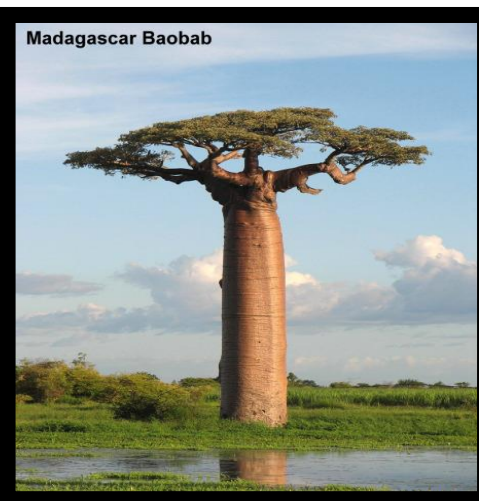


Figura 22. Baobá.

Fonte: <http://www.lideragronomia.com.br/2012/08/baoba.html> acesso em 03.03.2013

Fonte: <http://aidobonsai.com/2009/06/08/100-arvores-gigantes-da-natureza/baobab-adansonia-grandidieri/> acesso em 03.03.2013.

Ao desembarcar nos portos brasileiros, os escravos eram distribuídos de forma que, ao serem comprados, não ficassem juntos os grupos provenientes da mesma região, ou seja, aqueles que possuíam em comum as mesmas tradições. Foi a promoção do que Candau (2004, p. 76) chama de “...la negación de la memoria. De lo que podemos hablar en este caso es de asesinato de la memoria: antes de manipularla, la parte de verdad que hay en toda memoria es negada a priori.”

Entretanto, existem, na literatura sobre o tema da escravidão,⁴⁹ inúmeros trabalhos que se referem às formas de resistência utilizadas pelos africanos para demonstrar que eles não se acomodaram à situação que lhes era imposta.

Na versão oficial proclamada pelas autoridades, aqueles que não se encaixavam nesta ideia de gratidão e submissão, eram considerados perigosos e

⁴⁸ A História Geral da África (OGOT, 2010) é uma interessante coleção sobre a história da África desde a pré-história até os dias atuais, numa apresentação em oito volumes. Sobre o Baobá consulte também Verger (2002).

⁴⁹ Citamos os trabalhos de Mario Maestri Filho (1979; 1984; 1988; 1996), João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996), Roger Costa da Silva (2001) e Sidney Chalhoub (2011).

violentos. A estes restava a punição, a cadeia, a fome e a miséria. Alternativa encontrada eram as fugas e a constituição dos quilombos, o que também era condenado pelas autoridades e pessoas “de bem da sociedade”. Esses quilombos se organizavam de acordo com as experiências e as possibilidades que o ambiente proporcionava aos componentes do grupo. Podemos inferir que cada quilombo teve sua constituição particular.⁵⁰

As atividades descritas em diversos trabalhos nos demonstram que, em sua maioria, os negros do século XIX em nossa cidade não eram submissos nem esqueceram suas raízes. A resistência aconteceu das mais diversas formas: em algumas ocasiões havia violência e em outras havia acordos e as mais diversas estratégias, das quais podemos trazer alguns exemplos:

Segundo Pinto (2011, p. 1), “as relações familiares de escravos eram confirmadas pelo parentesco fictício estabelecido na pia batismal”. Assim, a autora estabelece exemplos onde as relações de compadrio demonstram respeito e a necessidade de proteção pelas partes envolvidas. “Salientamos que temos o intuito de observar as relações hierárquicas estabelecidas no compadrio entre os escravos e o restante da sociedade pesquisada” (*id.*, *ibid.*).

Essas relações de compadrio apontadas podem ser consideradas formas de resistência à sociedade escravocrata, no sentido de que através delas poderiam realizar-se favores que levariam ao não cumprimento rígido da coerção ou até mesmo algum privilégio para os negros.

Silva (2001) nos apresenta outro exemplo de resistência: o consumo e o manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul no período entre 1828 e 1888. Cita o caso da escrava Florinda, que em 1828, na cidade de Porto Alegre, envenenou toda a ceia da família de seu Senhor. Em outra passagem, o autor coloca que “na primavera de 1853, na cidade de Pelotas, Maria utilizou verde-paris para envenenar sua senhora” (*id.*, p. 47). Ocorria também o suicídio, única alternativa encontrada em casos extremos.

TENTATIVA DE SUICÍDIO: Em Pelotas, na manhã de 11 do corrente, tentou suicidar-se ingerindo uma dose de verde-paris, o pardo Alfredo da Silva, escravo, marceneiro e de 17 anos de idade. O infeliz trabalha na marcenaria de Francisco Lopes, onde é bem tratado e estimado. Prontamente foi socorrido pelo doutor Vitor de Brito, que o salvou da morte, ignoram-se os

⁵⁰ Barcellos (2004) demonstra que existiram várias formas de ocupação das terras quilombolas na região referida e que não foi somente através da violência que este processo aconteceu.

motivos que determinaram o ato de desespero do referido Alfredo (Jornal do Comércio, 19/02/1881) (*id.*, p. 72).

O mesmo autor informa:

...colhemos indícios seguros de que os escravos buscavam o auxílio de negros feiticeiros, os quais, acreditava-se, conheciam químicas que tinham potencial mágico de garantir, aos cativos, receberem um melhor tratamento por parte dos senhores. Esses feiticeiros atendiam ainda a uma clientela branca, fornecendo-lhes encantamentos cujo intento era o de tornar manso e dominado o coração da pessoa amada (*id.*, p. 85).

E existiram aqueles que não utilizaram destes artifícios para resistirem à escravidão: são aqueles que os historiadores classificam como os que resistiam através da violência, aqueles que assassinavam, fugiam e refugiavam-se nos lugares mais afastados e de difícil acesso, fundando os quilombos.

Maestri (1984, p. 134) remete à questão de os Quilombolas serem avisados pelos escravos dos Guardas Nacionais de que ocorreriam as partidas:

...não obstante, aos meios, que se tem empregado pelas Authoridades Policiaes, sempre infructuosos, por quanto, os Guardas Nacionaes que tem sido algumas vezes chamados, nada tem feito, em rasão d'essas deligencias se faz à vista dos escravos d'esses mesmos Guardas Nacionaes, que sem dúvida se comunicação com os quilombolas, e não terem as mesmas Authoridades outra disponível de que lancem mão....

Dessa maneira, são expostos os elementos que contradizem a ideia do negro escravo submisso e nos trazem algumas manifestações das formas e estratégias utilizadas que caracterizam a sua resistência ao sistema escravista da época.

Apontamos que o processo de estudos sobre as culturas silenciadas foi um processo mundial. Na medida em que a Guerra Fria acabara, houve um movimento de patrimonialização que fora além dos monumentos de "pedra e cal" (primeira expressão da cultura de elite), começou-se a abordar a importância também do patrimônio imaterial da humanidade.⁵¹ Os saberes e os fazeres foram sendo destacados pelos pesquisadores que procuraram ouvir os grupos sociais denominados "minorias" nas diversas regiões do globo. Inúmeros trabalhos

⁵¹ Funari, Pelegrini e Rambelli (2009) fazem um apanhado geral da atenção que a sociedade contemporânea teve ao longo do tempo com o patrimônio imaterial até a época atual.

abordaram memórias do holocausto,⁵² do massacre na América, em especial de colonização espanhola.⁵³

Provavelmente acompanhando esse processo mundial, durante o período do Brasil República recente, as memórias da escravidão foram se transformando e, na medida em que a sociedade ia sofrendo um processo de maior democratização no que tange à liberdade de expressão e à liberdade de ascensão econômica, despontavam estudos que indicavam cair por terra a ideia de que os negros aceitassem bem a sua condição de escravo.

Os trabalhos de memória nos trazem indícios⁵⁴ de que as comunidades locais tiveram por muito tempo que conviver com uma memória silenciada pela infraestrutura social, uma vez que precisavam se adaptar aos costumes europeus que chegavam à região, por conta da promoção do processo colonizador patrocinado pela iniciativa governamental e pela iniciativa privada. Candau (2004, p. 79-80) nos diz um pouco mais sobre a ideia de esquecimento:

Groseramente, en el seno de una misma sociedad, es posible distinguir períodos en los que se valoriza más el olvido y otros en los que se lo niega, ya que la dosificación (consciente o inconsciente, semiespontánea o semivoluntaria) entre los recuerdos y su amnesia total es siempre una operación sutil e delicada.

O autor continua seu raciocínio citando outros autores: “De sus trabajos surge que la cultura afronorteamericana se constituye tomando prestados sus materiales de pasado de los Blancos para llenar los agujeros de la memoria colectiva de la esclavitud” (BASTIDE *apud* CANDAU, 2004, p. 83). Não se quer aqui dizer que a memória dos afrodescendentes brasileiros e das Comunidades Negras Rurais tenha sido embasada exclusivamente nos materiais escritos por outras pessoas que não pertenciam à etnia negra. Porém, precisamos analisar que durante muito tempo os escritos oficiais eram feitos pelas autoridades, e os poucos negros letrados, muitas vezes eram menosprezados na sociedade vigente. Sabemos que existiam escritores, poetas e artistas no período final da escravidão e nos anos seguintes do pós-abolição, mas estes enfrentavam problemas quando abordavam temas ligados

⁵²Portelli (2006) analisa as versões que os atores sociais dão para um massacre promovido pelos nazistas em diversos tempos históricos.

⁵³ No livro “A Conquista da América” (TODOROV, 1988) pode-se ter uma dimensão das barbáries ocorridas durante a conquista da América promovida pelos espanhóis, em contraste com a expressão “descobrimento da América”.

⁵⁴ Conforme Ginzburg (1989).

às injustiças sociais que ocorriam na época.⁵⁵ Dessa maneira, pode-se pensar que como aponta Bouchara (*apud* CANDAU, 2004, p. 81), “*no existe olvido para una cultura, simplemente formas de sustitución o, si éstas no existen, formas de resistencia*”.

Em outro trabalho, Joel Candau (2008, p. 28) aborda a diferença entre conflitos de memória (CDM) e conflitos em torno da memória (CAM):

...os indivíduos/grupos se afrontam seja para fazer prevalecer suas memórias respectivas tendo como objetivo que um dentre eles – é o jogo de CDM – chegue a se impor a todos ao ponto de erradicar lá as memórias alternativas, sejam, ainda, de indivíduos/grupos que se afrontam ao olhar de uma memória que não é realmente contestada, para privilegiar tal ou tal clareza ou tal aspecto particular, quer dizer aspecto (fisionomia) memorial; é então menos um conflito relativo à natureza intrínseca do acontecimento passado cuja maneira que é preciso falar ou o sentido que é preciso lhe dar. No primeiro caso as memórias em conflito podem ser de forças equivalentes, ou uma pode eliminar a outra; ver ambas; no segundo o termo do conflito, menos dramático, é o aparecimento de um olhar singularizado sobre os acontecimentos passados cujos autores admitem em geral, a verdade histórica. A gente constrói então uma memória apropriada, reconhecida como a mais consensual e, a este título, particularmente habilitada a se tornar pública (em um museu, quando na construção de um memorial, etc.)

Dessa forma, podemos inferir que, ao pesquisar as memórias da escravidão e da cultura afro-brasileira, estamos entrando num terreno cheio de instabilidades no que tange aos conflitos de memória e aos conflitos em torno da memória. “As lembranças manifestadas não são necessariamente o reflexo exato e fiel das lembranças tais como elas são conservadas e cujo conteúdo fica incerto, compreendido pelos primeiros interessados” (*id.*, p. 6). O autor ainda complementa: “Os CDM (como os CAM) são sempre construídos socialmente (pela política, as mídias, as diversas interações sociais, etc)” (*id.*, p. 7).

Esta fala vem ao encontro do que foi exposto acima em relação à questão sobre os afro-brasileiros. Essas pessoas sofreram com o sistema escravista brasileiro e mesmo após a abolição, durante o período republicano, continuaram sofrendo com a discriminação e o preconceito, defrontando-se com muitos embates em busca de seu lugar de cidadão em nossa sociedade. Em função de todo o

⁵⁵ Fernando Henrique Cardoso destaca que na história da região existiu um jornal produzido por negros, o jornal Floresta Aurora, em Rio Grande. “Eu li esse jornal. É um material muito interessante, porque no século XIX negros, escravos, e não escravos libertos produziam já um jornal” (DIÁRIO POPULAR, 8-11-2001).

preconceito que sofreram muitos de seus descendentes ainda enfrentam dificuldades em questões relacionadas à memória e ao esquecimento. Ferreira (2009) nos diz que

ambos, memória e esquecimento, são formas interligadas, através das quais o passado é apreendido; e creio que nesta área estamos a aprender cada dia mais e mais: sobre como funciona a memória, através de que instituições se preserva, através de que práticas é veiculada. Contudo, posso ainda dar uma achega no que concerne às expectativas futuras para os estudos de memória: a literatura sobre o trauma, por exemplo, que passa muito por este processo de memória esquecimento, de repressão e dano; tal como o processo de cura através da memória. Por isso, a memória é sempre dúplice: ela é o mecanismo através do qual se processa o dano, mas também a reparação... performativa, muito activa. Recordar não é passivo, tal como esquecer não é passivo. Tão-pouco o é o cenário em que ambos, memória e esquecimento, acontecem. Uma vez a memória é o pano de fundo do esquecimento, outras traz o esquecimento à luz do dia; umas vezes um deles é o palco, outras é os bastidores. E o contrário é verdadeiro também (FERREIRA, 2009, p. 135-136).

A seguir, abordaremos a história do General Manuel Padeiro, líder do Quilombo da Serra dos Tapes em Pelotas, e de seus companheiros. Esses Quilombolas constituíram o Quilombo durante o século XIX. Alguns fragmentos da história deste grupo foram recolhidos a partir da análise do processo crime de Mariano. Este documento se fez importante para apontar indícios desta história.

3.3 General Padeiro⁵⁶ na Serra dos Tapes

Em Pelotas, os quilombos se constituíram no século XIX, na Serra dos Tapes, na região rural do município, denominada “colonial”. Encontramos na documentação dessa época a trajetória do Quilombo chefiado por Manuel Padeiro.⁵⁷

De acordo com as reflexões de Maestri (1984, p. 126),

os motivos da formação dos quilombos gaúchos podem ter sido muitos. O desconhecimento dos caminhos até a fronteira, o controle das estradas e picadas, a pouca vontade de terminar como “peão” espanhol. Até mesmo amor pela terra. O certo é que o escravo gaúcho, em maior ou menor

⁵⁶ Conforme depoimentos no Processo crime de Mariano, os Quilombolas denominavam o líder do Quilombo da Serra dos Tapes no século XIX de General Manuel Padeiro.

⁵⁷ As informações sobre o Quilombo de Manuel Padeiro serão analisadas com mais detalhes na sequência deste texto. Para tal, utilizamos o Processo Crime contra Mariano, quilombola do grupo de Manuel Padeiro, que nos traz informações sobre o grupo e encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERGS.

numero, fugiu para aquilombar-se nas faldas da serra, no fundo de uma floresta ou na volta de um longínquo arroio.

O autor, além de dar como exemplo de resistência escrava a formação de quilombos, fala das revoltas cometidas por estes, explicitando questões sobre a revolta dos Malês em 1835, na Bahia, e diz que

mesmo os sublevados de 1835, que organizaram o mais perfeito plano insurrecional contra a escravidão brasileira, não propuseram – não podendo sobrepor-se à própria história – uma alternativa factível ao sistema escravista. Segundo parece, dispunham-se simplesmente a matar os brancos e mulatos ou a escravizar estes últimos (MAESTRI, 1988, p.138).

Porém, os Malês foram exemplarmente punidos, segundo se sabe. A Câmara Municipal de Pelotas teve essa preocupação com um lote de escravos nagôs e oças recém-chegados, dizendo que se devia colocá-los em observação em Rio Grande até que se soubesse se estes faziam parte da insurreição que ocorrera no mês anterior. Conforme nota de rodapé em “Atas da Câmara Municipal de Pelotas”, na seção referente ao dia 27-2-1835, Mário Osório Magalhães (2011, p. 233) explica:

O ofício faz referência à Revolta dos Malês, uma sublevação de escravos africanos de religião islâmica, visando a libertação dos demais escravos que fossem muçulmanos. Propunha o fim do catolicismo, religião que lhes era imposta, o assassinato e confisco dos bens de todos os brancos e mulatos e a implantação de uma monarquia islâmica, com a escravização dos não muçulmanos (brancos, mulatos e negros). Foi rápida e duramente reprimida a revolta pelos poderes constituídos. No confronto morreram sete integrantes das tropas oficiais e setenta das forças revoltosas. Duzentos e oitenta e um indivíduos, entre escravos e libertos, foram detidos e levados aos tribunais. Suas condenações variaram entre a pena de morte para quatro dos principais líderes, trabalhos forçados e degredo. Entre os objetos pertencentes aos cabeças do movimento, encontram-se livros em árabe e orações muçulmanas.

Dessa forma, apesar do contraponto entre Maestri e Magalhães, ao que tudo indica, havia uma orientação de como proceder após a revolta por parte dos insurgentes baianos, mas para os nossos Quilombolas em questão não apareceram dados até agora que nos digam exatamente o que desejavam, uma vez que o livro de Atas da Câmara parou de ser escrito entre 04/02/1836 e 15/04/1844, pois em função da Revolução Farroupilha, este órgão ficou fechado. Os únicos documentos que apontam para as intenções dos Quilombolas da Serra dos Tapes são o processo crime, através dos depoimentos que veremos na sequência,

correspondências entre autoridades, um artigo de Simões Lopes Neto citado por Rubira (2012) no livro do Bicentenário de Pelotas e estudos de Maestri (1984).

No ano de 1835, várias Atas fazem referências às tentativas de prender o bando de Manuel Padeiro na Serra dos Tapes: uma das partidas enfrenta o grupo em 1834, e em 1835 instaura-se o processo contra Mariano e Simão Vergara. Ao que tudo indica, as informações deste processo deram elementos para que a perseguição prosseguisse.

O processo estava julgado em fins de 1835, e Mariano, condenado ao enforcamento; porém, não se encontram notícias sobre o cumprimento da pena, talvez porque os registros deste período se tornaram imprecisos e confusos, conforme nos relata Maestri(1984).

Maestri (1984, p. 136) aponta que, durante a Revolução Farroupilha, muitos escravos procuravam a fronteira ou o aquilombamento, para sentir-se mais seguros em relação ao conflito.

Efetivamente, nos anos posteriores à pacificação, teremos notícias de diversas expedições contra quilombos, possivelmente formados durante o decênio revolucionário. A documentação sobre o período farroupilha, é lógico, é extremamente confusa.

Segundo Marciso (1997, p. 54),

a última referência sobre o quilombo em Pelotas é de vinte e dois de outubro de mil oitocentos e quarenta e nove, pesquisado por Mario Maestri [1979],⁵⁸ onde o escravo Antônio Cabinda convidou Maria Mina a fugir para um quilombo. Delatado pela cativa, procurou desmenti-la, lançando suspeitas sobre o seu comportamento “moral”.

É necessário atentar para a questão da condução do processo crime de Mariano que sendo chefiado pela elite econômico-social e política da cidade, talvez aquilo que foi para o papel tenha tido uma filtragem muito grande.⁵⁹

⁵⁸ Segundo Marciso, a referência é: MAESTRI FILHO, Mário José. Cartório do Júri de Pelotas, ano de 1848-1849. Publicado inicialmente no Caderno de Sábado do Correio do Povo, Porto Alegre, em 17.02.1979.

⁵⁹ Sobre a dificuldade das fontes, e suas diversas interpretações de acordo com cada historiador, em cada contexto em que este se insere, caso semelhante nos é apontado por Ginzburg (1989) ao analisar o processo inquisitório de Chiara, onde ele trabalha com a ideia de que o interrogatório foi conduzido de forma a fazer Chiara demonstrar sua culpa. O autor aponta que o próprio denunciante tinha um reconhecimento por ser membro da Igreja, era uma pessoa respeitável, o que podemos também dizer de nossos charqueadores. No julgamento de Chiara, ela era induzida a confessar, fosse por artimanhas na hora em que lhe eram feitas as perguntas, fosse através de torturas.

Não sabemos sob que condições estes depoimentos foram coletados. No depoimento da mulher livre Senhorinha, obtivemos mais dados que com o depoimento das demais mulheres, que eram escravas. Todas as mulheres, com exceção da Preta Rosa, tinham a condição de “sequestradas” pelos Quilombolas, o que não deve ter sido fácil se pensarmos que elas tinham que segui-los pela mata. Se supuséssemos, num exercício reflexivo, que as três escravas confessassem que tinham ido com eles por própria vontade, não passariam de vítimas a réis? Sendo vítimas, seus Senhores poderiam levá-las de volta às suas tarefas. Em seus depoimentos, muito parecidos, não encontramos muitas informações novas. Já no de Senhorinha, que era livre, obtemos informações importantes: Senhorinha relata que os cinco escravos de Boaventura, ao irem ter com Manuel, não pareciam ter ido à força, pois “passaram a noite dançando e cantando”, bem como informação sobre uma das mulheres “que parecia estar como casada com um dos Quilombolas”. Talvez esse fato tenha se dado porque Senhorinha realmente não queria ir com eles, uma vez que sua casa fora atacada pelos mesmos e seu pai fora morto. Diferentemente das escravas, que apesar de seguirem com os mesmos trabalhos se livraram de seus amos, Senhorinha perdera seu lar e seu pai. Quanto a Mariano, este confessava gradativamente os crimes cometidos, mesmo sabendo que estava sob julgamento.⁶⁰

Simão Vergara, taberneiro que negociou com os Quilombolas, alegara em sua defesa que o Quilombola lhe enganara dizendo que a compra estava sendo feita a mando de seu Senhor. Mas ele falara em língua de congo com o mesmo, o quilombola chamado Pai Francisco. Precisamos estar atentos às “entrelinhas”,⁶¹ com

⁶⁰ Maestri (1996) também aponta a ideia de que o processo tenha sido uma farsa.

⁶¹ A leitura das “entrelinhas”, seguindo as ideias sobre a hermenêutica do cotidiano, trabalhadas por Maria Odila Silva Dias (1998, p. 233-234), refere-se ao seguinte: Houve um despertar dos historiadores para o fato de que projetos hegemônicos de uma sociedade dificilmente coincidiam com as experiências concretas de setores oprimidos da população. O contrassenso entre a concretude de suas experiências no tempo e o formalismo do discurso normativo passou a desafiar os historiadores. Ao se depararem com esse impasse, encontraram novos métodos de leitura das fontes, revelando finalmente uma multiplicidade de sujeitos históricos que atitudes mais conservadoras mantinham num completo esquecimento ideológico. Cuidaram de elaborar a historicidade dos conceitos e suas transformações no tempo e, desse modo, a historiografia do cotidiano abriu-se ao estudo das condições de vida dos oprimidos, ao esmiuçar das relações de gênero dando voz aos silenciados da história. A história do cotidiano e das mediações sociais em processo de mudança, enquanto perspectiva construída no tempo, pressupõe o relativismo cultural; por isso os historiadores, ao apreenderem experiências vividas, se conformaram em procurar uma nitidez de foco, uma relação cognitiva, nuances de verdade, uma tradução aproximativa, em lugar de descrições ou explicações definitivas; o historiador, em seu diálogo com as fontes, começou a perseguir, pacientemente, a

o cuidado de interpretar as informações de forma cautelosa, levando em conta os vários fatores de como se deu a produção do documento.

No depoimento de Dorothéa, escrava de Florinda de Tal, na página 21, a referida escrava que fora sequestrada pelos Quilombolas, relata que viu o Quilombola Matheus dar suas calças a um escravo de Boaventura Rodrigues Barcellos, que estava na sua chácara.

Segundo os depoimentos das escravas Maria e Florencia e Senhorinha Alves livre (p. 21, 22, 23, 32, 33, 34 e 35), ao chegarem à casa da viúva Joaquina com o intuito de levar sua escrava e não a encontrando, os Quilombolas não lhes fizeram mal algum, pois segundo eles a dita Senhora era boa mulher, porque lhes contava tudo quanto se passava pela Vila, quando havia partidas, etc. Também falavam que os Quilombolas tinham como objetivo libertarem outros escravos e assaltar a Vila.

Nestes trechos podemos constatar a rede de relações que os escravos, os Quilombolas e pessoas livres estabeleciam entre si na busca de sobrevivência em condições tão adversas numa cidade no sul do Rio Grande do Sul do século XIX. Só o fato de a escravidão existir já nos remete a indícios de violência. Sem uma força policial fortemente articulada, numa região de difícil acesso como a Serra dos Tapes, mesmo sendo contra o Código de Posturas da cidade⁶² (v. Anexo B) relacionar-se ou ajudar escravos fugidos, talvez a única forma de proteção da dita viúva fosse manter um contato amigável com os Quilombolas.

Quanto à boa circulação que Padeiro tinha entre seus companheiros que estavam nas senzalas, eis outro ponto de articulação que lhe garantia acesso às notícias e lhe permitia traçar estratégias. Se cinco escravos de Boaventura Rodrigues Barcellos foram encontrar-se com Padeiro, estiveram toda a noite conversando, dançando e cantando, e voltaram para as suas tarefas ao amanhecer, por que não fugiam com Padeiro? Medo da represália? Achavam mais cômodo ficar onde estavam? Ou fazia parte da estratégia serem o elo para manter os Quilombolas informados sobre as decisões da Câmara de Vereadores, que em sua maioria era composta pelos charqueadores da região e que tinham o maior interesse na repressão de suas atividades? Também podemos nos perguntar se essa rede de relações estabelecida não teria o intuito de articular a revolta da qual teremos

historicidade dos conceitos do passado, estabelecendo uma ponte crítica entre os conceitos contemporâneos e os de suas fontes.

⁶² Conforme Atas da Câmara Municipal de Pelotas nas seguintes datas: 13-14-20/07/1834 (MAGALHÃES, 2011, p. 262-268).

notícias em 1848 – quando as autoridades mencionam em suas correspondências um possível plano de revolta dos “nucas raspadas”.⁶³

Esses são indícios coletados junto ao processo crime de Mariano, que demonstram essa rede de solidariedade entre escravos, libertos e Quilombolas. Entretanto, nessas redes podemos perceber uma fragilidade muito grande, pois por qualquer fator ela pôde ser quebrada: prova disso é que Mariano fora traído por um assenzalado de Bernardino Rodrigues Barcellos.

Num dos documentos oficiais analisados,⁶⁴ uma carta escrita pelo Juiz de Paz do Terceiro Distrito de Pelotas, Ignácio Rodrigues Barcellos, e que faz parte do acervo da Biblioteca Municipal de Pelotas (Fundos da Escravidão), encontramos referências sobre a destruição do quilombo. No referido período, o terceiro distrito era o atual Monte Bonito, local onde, segundo estudo de Gutierrez (1993), iniciou-se a ocupação de Pelotas, a Sesmaria do Monte Bonito.

Sabendo que em virtude da Lei do orçamento Provincial, arg. 23, existe à disposição de Vossas Senhorias dinheiro para a destruição do quilombo da Serra dos Tapes, e que Vs tem resolvido dar 400.000\$ a quem apresentar o cabeça, e 200.000\$ por cada um dos outros; rogo a Vs, visto que o referido quilombo existe no Districto a meu cargo, se sirvão mandar-me transmitir para copia, todas as resoluções, que na Camara se tenham tomado a tal respeito, para meu governo, e cumprindo-me por esta ocasião participar a Vsa que huma partida do meu Districto matou no dia 9 do corrente hum dos quilombolas, chamado Antonio Cabundá, o qual vindo observar os movimentos da Partida foi surpreendido junto ao quilombo, que existia nas imediações da Chacara de Francisco Antonio Pereira da Rocha, he de meu dever, ao mesmo tempo, solicitar a VSenhoria a quantia de 200.000\$ para gratificar a partida que tem direito a esta remuneração; podendo asseverar a VSenhoria que o quilombo esta atualmente reduzido a sete pretos, quase desprovidos de munições de boca e guerra, e que não tardam muito a sua extinção pelas vigorosas medidas que tenho tomado, se VSenhorias me auxiliarem. (Copias de correspondencias sobre fugas e sentença de morte a escravos transgressores datadas de 1834 e 1835, sobre a destruição do quilombo da Serra dos Tapes.) Fonte Primária: FUNDOS DA ESCRAVIDÃO.

As palavras acima nos remetem a uma verdadeira caçada aos Quilombolas da Serra dos Tapes. Existia na Lei de Orçamento Provincial, artigo 23, dinheiro para a destruição do quilombo da Serra dos Tapes que estabelecia um prêmio de 400 mil réis para quem capturasse o líder Manuel Padeiro. O Juiz relata os trabalhos e esforços empreendidos para o término da ação dos Quilombolas, ressaltando que

⁶³Os “nucas raspadas” seriam negros que raspavam a nuca, o que servia como sinal para se reconhecerem entre eles como membros do grupo que organizava a resistência e planejava libertar escravos nas senzalas e assaltar a vila (SIMÕES LOPES NETO *apud* RUBIRA, 2012).

⁶⁴ Nos referimos a documentos oficiais, pois são os de mais fácil acesso ao pesquisador.

mataria um deles e que precisava de mais verbas, pois restavam 7 homens desprovidos de armamento.

Mariano foi preso em um quarto ao pé da Serra dos Tapes, nas terras de Bernardino Rodrigues Barcellos, ao pedir ajuda a um escravo deste Senhor que o denunciara. Mariano não alcançou a tão sonhada liberdade. Informações importantes retratam o contexto em que viviam os Quilombolas e seus senhores-autoridades e os valores que permeavam estes sujeitos. Para identificação e interpretação das referidas informações buscamos, nas “entrelinhas” destes documentos, evidências sobre tais aspectos, embasados em referenciais⁶⁵ que tratam do assunto.

Michel de Certeau (1994) desenvolve a ideia do espaço como um lugar praticado. O autor menciona que “não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras” (p. 209). E aponta o papel fundamental do relato numa nova forma de contar a história:

Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Sem dúvida, “descreve”. Mas “toda descrição, é mais que uma fixação”, é “um ato culturalmente criador”. Ela tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços. Reciprocamente: onde os relatos desaparecem (ou se degradam em objetos museográficos), existe perda de espaço: privado de narrações (como se consta ora na cidade, ora na região rural), o grupo ou o indivíduo regride para a experiência, inquietante, fatalista, de uma totalidade uniforme, indistinta, noturna. Considerando o papel do relato na delimitação, pode-se aí reconhecer logo de início a função primeira de autorizar o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites e, por via de consequência, funcionando no campo fechado do discurso, a oposição de dois movimentos que se cruzam (estabelecer e ultrapassar o limite) de maneira que se faça do relato uma espécie de quadrinho de “palavras cruzadas” (um mapeamento dinâmico do espaço) e do qual a fronteira e a ponte parecem as figuras narrativas essenciais (*id.*, *ibid.*).

O relato precede práticas sociais para dar legitimidade às mesmas. Ainda em suas considerações, o autor nos traz os conceitos de pontes e fronteiras (estes são

⁶⁵ Ginzburg (1989) fala do processo de Chiara, para dar exemplo de como um processo pode ser conduzido a fim de que o réu confesse. Maestri (1996) corrobora essa ideia quando se refere ao processo de Mariano, pois diz que o seu defensor nem mesmo apelou da sentença de pena de morte. Appadurai (2009) trabalha com a ideia do conflito entre “minorias” e “maiorias”, e o medo do outro, do pequeno número, que faz com que uma categoria queira se sobrepôr a outra quando corre o risco de haver trocas de lugar. Essa ideia vem ao encontro desta análise, pois demonstra que a repressão aos Quilombolas devia-se ao medo que os Senhores tinham de ficarem sem sua fonte de riqueza; se os escravos tentavam a busca pela sua liberdade, isso subvertia a ordem social vigente. Este último autor fala que a minoria é algo “necessário, porém não bem-vindo. De um jeito ou de outro, precisamos dos grupos ‘menores’ em nossos espaços nacionais – nem que seja só para limpar nossas latrinas e travar nossas guerras” (p. 40).

os elementos mediadores e articuladores entre dois atuantes (atores, sujeitos). Por analogia, nos apoiamos em Certeau para mapear o espaço da Cidade de Pelotas, conforme a citação acima, da seguinte maneira: Nossos atores, senhores de terras e de escravos e os próprios escravos ou libertos. O espaço ou cenário de nossa narrativa, centro urbano e zona rural de Pelotas (em especial o Distrito de Quilombo). Em papel coadjuvante, mas não menos importante, a periferia (região da Boa Vista) de Pelotas e o Boqueirão (que hoje pertence ao município de São Lourenço do Sul, mas anteriormente era um distrito de Pelotas). Como fronteira entre o centro urbano e a zona rural estabelecemos a paisagem natural e sua peculiar toponímia.

Temos hoje uma grande diferença com a época em questão estudada: o acesso. No século XIX, os Quilombolas que se dirigiam para a região da Serra dos Tapes e encontravam refúgio nos matos da região descrita, não tinham acesso a estradas, pontes, carros, ônibus, nem sequer carroças, cavalos, sapatos, agasalhos e comida. Os fugitivos, para não se exporem, não podiam utilizar-se de fogueiras, limpar muito o terreno (o que trazia o perigo dos animais, além do frio).

Maestri nos descreve a paisagem da Serra dos Tapes⁶⁶ (local onde se passou a história dos Quilombolas do grupo de Manuel Padeiro), na Região Sul do Rio Grande do Sul, da seguinte maneira:

Até pouco tempo, existiam, nas cercanias de Pelotas, regiões, relativamente desabitadas, e de relevo sinuoso e áspero. Efetivamente, à medida que avançamos pelas regiões a noroeste da cidade de Pelotas, o monótono e desprotegido relevo do litoral gaúcho vai sendo substituído por um significativo complexo de coxilhões e serras: “O dorsal do Canguçu”. Este sistema, a nossa “Serra dos Tapes”, com sua rica vegetação, era na região o melhor “habitat” para a constituição de concentrações quilombolas. De colonização relativamente recente, a região guarda ainda algo de realidade ecológica de uns dois séculos atrás. Bem regada de arroios, com caça abundante e boas terras, nela tudo induzia o homem escravizado a procurar ali a possibilidade de reconstruir uma vida. Suas primeiras ondulações não se encontram a mais de 40 quilômetros da atual Pelotas (MAESTRI, 1984, p.132).

Nosso cenário complementa-se com os arroios e seus afluentes, o que em época de cheias poderia ser um grande aliado ou um grande inimigo em função de sua travessia. Aliado, se ao passarem para o lado da Serra, seus caçadores não o

⁶⁶ Precisamos esclarecer que a Serra dos Tapes abrange uma grande região que compreende o que chamamos “Dorsal de Canguçu”, e que a presente pesquisa se restringe principalmente ao Distrito de Quilombo, ao Distrito do Rincão da Cruz, ao Distrito de Triunfo e à região urbana do município de Pelotas.

conseguissem ou fossem atrasados em função dessa passagem, o que lhes possibilitava o tempo necessário para a fuga. Já se eles (os Quilombolas) tivessem que perder tempo na travessia, ou se isso pusesse sua vida em risco, as águas poderiam se tornar um inimigo mortal. Nesse momento é tênue a diferença entre fronteira ou ponte. Ao mesmo tempo em que o rio ou arroio pode ser um caminho mais fácil em meio à mata (ponte), também pode se transformar em obstáculo (fronteira). Assim, estabelecemos um limite de ações.

A paisagem do centro urbano, plana, já ocupada em vários locais pela elite que detém o controle do aparelho repressivo. Esta consegue manter a ordem e garantir seu espaço no contexto social vigente. Sabemos que existiam as transgressões as quais Certeau (1994) denominou de microrresistências que geram microliberdades, nas mais variadas formas, mesmo dentro do núcleo urbano;⁶⁷ porém, como veremos mais adiante no texto, tentativas de modificar essa situação através da insurreição foram duramente reprimidas.

Já no espaço rural, a paisagem dificulta a repressão, estabelecendo-se aí uma fronteira física e imaginária, na qual os escravos fugidos almejam a liberdade. Nesse local, eles podem planejar suas ações, podem viver segundo seus códigos de honra e desfrutar de uma integração com a natureza semelhante à que tinham na mãe-pátria, muito embora a sombra do aparelho coercitivo da época também estivesse a rondar.⁶⁸ temos documentos (como o descrito no início deste capítulo) que relatam a organização das autoridades para juntar efetivos e armamentos, bem como as recompensas oferecidas para prender ou matar o grupo de Manuel Padeiro.

Para termos ideia deste cenário inóspito que fora enfrentado pelos Quilombolas do século XIX, tenhamos em conta que hoje em dia, em invernos rigorosos, a geada que cai é tão intensa que congela a água dos canos das casas

⁶⁷ Podemos ter uma ideia sobre a repressão ao escravo mediante o Código de Posturas da cidade, que encontra-se reproduzido no Anexo B.

⁶⁸ Sobre aparelhos ideológicos e repressivos do Estado tomamos por base as ideias de Marx ("Manifesto Comunista" e "O Capital") e de Althusser (2007). Na teoria marxista, o Aparelho (repressivo) de Estado compreende o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc. Repressivo porque o Aparelho de Estado em questão funciona através da violência (física ou não, como a violência administrativa), pelo menos em situações limite. Os aparelhos ideológicos (escolas, Igrejas) do Estado, funcionam predominantemente através da ideologia e secundariamente através da violência. Assim, a classe dominante mantém o controle dos aparelhos de repressão e dos aparelhos ideológicos do Estado. Entretanto, Certeau (1994) trabalha com a ideia de micro resistências, ou seja, embora pareça que a situação esteja sendo aceita, o indivíduo ou os grupos estão ressignificando-a e agindo à sua maneira. Foucault (2006) se aproxima da ideia de Certeau, quando fala de micro poder, manobras, táticas e estratégias que não se restringem à classe dominante, mas também se aplicam aos que são dominados.

dos moradores, que ainda se abastecem com poços artesanais e mais comumente cacimbas,⁶⁹ o sistema de transporte público é precário, dispõe-se de poucos horários de transporte coletivo, o que dificulta aos alunos estudar de noite. Quando chove, os problemas aumentam: o nível dos arroios sobe, as pontes ficam intransitáveis, assim como as estradas. Em 2009, por exemplo, houve uma cheia dos arroios em função de chuvas acima da média. Pontes, árvores e construções foram destruídas, as aulas foram suspensas e assim o são até hoje quando vem chuva forte. No episódio de 2009, uma ponte não pôde ser atravessada pelo transporte escolar, pois a água estava passando por cima desta, pondo em risco a integridade dos alunos. Se hoje em dia existem todas essas dificuldades, remetemo-nos então a esta região no século XIX, a um grupo que não podia ser descoberto. Como plantar? Como sobreviver?

Maestri (1988) distingue dois tipos de quilombos: o agrícola e o mercantil. Segundo o autor, nos quilombos agrícolas a atividade de subsistência era a agricultura e os Quilombolas negociavam seu excedente para obterem os gêneros que não produziam. Já os quilombos mercantis tinham como atividade principal a apropriação, tanto de bens de valores (roupas, utensílios, produtos agrícolas) para comprar o que precisavam, quanto de carregamentos de alimentos.

Podemos dizer que o quilombo liderado por Padeiro era um misto. No depoimento de Senhorinha Alves, ela se referia ao percurso dos Quilombolas e seus feitos durante o período em que esta se encontrava com o grupo. Relata que passaram pela localidade de Três Serros,⁷⁰ para buscar milho na roça de Boaventura Rodrigues Barcellos, antigo Senhor de Manuel. Também existem relatos de que algumas casas eram assaltadas, roubadas e muitas vezes incendiadas, e também se apropriavam de milho de viajantes na estrada, mas que em alguns locais

⁶⁹ Esta situação está mudando, pois o SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas) começou a instalar canos, durante o ano de 2011, para ampliar a rede de água para algumas regiões do Distrito.

⁷⁰ Como aponta Gutierrez (1993), os vários charqueadores que tinham estabelecimentos na cidade também tinham terras nas datas de matos da Serra dos Tapes. Assim, a localidade dos Três Serros poderia ter relação com o charqueador Aníbal Antunes Maciel, o Barão de Três Serros (proprietário da casa onde hoje se encontra o Museu da Baronesa), ou, ao contrário, seria essa uma região importante da topografia do local e, ao ser agraciado com o título de Barão, Aníbal Antunes Maciel o recebeu por possuir terras neste local? A segunda opção nos parece mais plausível, tendo em vista que Aníbal recebeu o título de Barão em 1884, conforme Paula (2010), através do decreto de 26.07.1884, e nosso processo ocorreu durante o ano de 1835.

que usavam para descansar eram plantados milho e feijão. Segundo depoimento da escrava parda Maria:

...que seria quazi Aves Marias quando chegarão a este lugar dos dois ranxos e que seguirão a pouzar, dahi a pouca distancia, onde havião tres ranxos de palha de giribá, com plantaçoens de couves, e pimentas: que se demorarão nestes três ranxos duas semanas, e que neste tempo, se plantou ahi feijão... (Fonte Primária: APERGS, p. 27).

Os Quilombolas descritos no processo, ora apropriavam-se dos gêneros que necessitavam quando estavam em empreitadas de ataques, ora plantavam quando iam mais dentro do mato onde julgavam estar mais seguros.

Conforme uma conversa informal mantida com o líder das Comunidades Negras Rurais Antônio Leonel Ferreira, a ideia de segurança é uma constante que chegou até nós através da memória local. Segundo nosso depoente, na região em que se inicia nossa zona colonial atualmente – que são os locais mais próximos do centro urbano da cidade e também de mais fácil acesso – os Quilombolas do passado montariam guardas e ficariam apostos para o enfrentamento com as partidas; já o interior da Serra dos Tapes, local de difícil acesso para aqueles que vinham de fora, seria um local mais seguro para as famílias.⁷¹

No processo analisado, não temos elementos seguros para falar em famílias, mas, ao que tudo indica, os Quilombolas, ao trazerem mulheres consigo, mostram a intenção de formarem seus pares, o que consequentemente levaria a um vínculo familiar. A parda Maria refere-se ainda a um local onde tinham

dois ranxos cobertos de palha de giribá, em hum dos quaes estava enterrada huma preta de nome Marcelina escrava do Doutor Mascarenhas, que, segundo dice a ella escrava Maria a preta Roza, havia aquella Marcelina falecido de enfermidade, havia tempos, estando em companhia do Manoel Padeiro quando da primeira vez andava fugido (Fonte Primária: APERGS, p. 27).

A escrava Maria confessa que Manuel Padeiro já havia fugido uma vez e que andava com uma mulher que morrera. Deste relato podemos supor que o quilombo é mais antigo do que os documentos disponíveis nos podem mostrar. Não podemos precisar a forma, a quantidade de pessoas; somente podemos computar aqueles a que o processo se refere. Porém, sabemos da facilidade de comunicação dos

⁷¹ Retomaremos estas informações no próximo Capítulo.

Quilombolas pela região, o que pode por vezes aumentar ou diminuir a quantidade de pessoas envolvidas. Maestri (1979, p. 97) escreve em nota de rodapé:

O Sr. Lino Ribes afirmou-nos ter tido conhecimento de documentos relativos à posse de terras da região datando do ano 1816, que já se referiam ao arroio “Quilombola”. Assim o sendo, as primeiras concentrações quilombolas destas paragens seriam bastante mais antigas.

Poderia existir essa referência ao Arroio Quilombo, por outros escravos terem percorrido aquele local e formado uma comunidade significativa que tivesse chamado a atenção das autoridades e moradores para dar o nome ao arroio?

Essas e outras questões demandariam outro enfoque e outra pesquisa em busca de fontes que mais distantes provavelmente se perderam pela falta de cuidados. Se considerarmos que Pelotas foi elevada à condição de freguesia de São Francisco de Paula em 1812, provavelmente em 1816 os arquivos oficiais deveriam estar sendo organizados ou se encontrariam ainda na cidade matriz de Rio Grande.

Porém, pudemos averiguar, através dos documentos, que até meados da década de 1830, principalmente o ano de 1835 seria o marco para o crescimento das ações dos Quilombolas que tinham como intenção “hir à casa dos Chagas, digo de Antonio José Gonçalves Chaves, a levar as molatas, e mais escravos da costa, depois vieram dar hum assalto a esta Villa, tomando primeiramente a casa da Câmara, e quarteis” (Fonte Primária: APERGS, p. 32). Esse aumento das atividades Quilombolas se justifica pelo início da Revolução Farroupilha, pois inicialmente, preocupados com a guerra farrapa, as autoridades pelotenses descuidaram-se dos escravos; porém, com o aumento das ações de resistência, principalmente quilombolas, as autoridades voltaram a intensificar a repressão.⁷² Maestri (1984, p. 125) considera esse processo em menor escala, em comparação ao ocorrido em Palmares:

A “capital” de Ganga-Zumba, com mais de 5000 escravos, só pode ser compreendida se vista no contexto da grande concentração de escravos precocemente aglutinada no Nordeste pelo ciclo do açúcar; da desorganização da sociedade lusitana determinada pela chegada dos holandeses e das próprias particularidades da região dos Palmares.

Temos então, um quadro semelhante, guardado as devidas proporções, onde as charqueadas do sul do Rio Grande do Sul concentravam um grande volume de

⁷² Ver em “Atas da Câmara” (MAGALHÃES, 2011) no final do ano de 1834 e durante 1835.

mão-de-obra escrava, em condições subumanas de trabalho e sobrevivência. A existência da Serra dos Tapes como lugar fértil, de difícil acesso e com água em abundância foi outro fator a ser considerado, e, por fim, temos o início da Revolução Farroupilha que envolveu a elite pelotense. Portanto, o sistema coercitivo estava desorganizado, e, de início poderiam não estar tão atentos à repressão contra os escravos.

Aliado a esses fatores, podemos dizer que os escravos obtinham a promessa de que, se lutassem na guerra, tanto do lado dos farroupilhas, quanto do lado dos imperiais, seriam livres. Outra opção era ir para a fronteira. Todo esse quadro fez com que os escravos se aventurassem em busca de sua liberdade e, talvez, aliado a um desejo de vingança, ou à coragem de enfrentar seus “ex-donos” e assumir uma vida livre próximo ao local que conheciam e que provavelmente tinham seus afetos, os levou a se arriscarem nos Matos da Serra dos Tapes.

Diante desse quadro, apontamos a família Barcellos, que faz parte do rol de nomes ilustres da Cidade de Pelotas do século XIX. O comendador Boaventura Rodrigues Barcellos foi charqueador, proprietário de chácara na Serra dos Tapes e também dono de nosso personagem principal: o General Manuel Padeiro. E segundo o processo, a chácara de Boaventura Rodrigues Barcellos na Serra dos Tapes era o local que eles usavam como abrigo. Ali estavam construídos seus ranchos de descanso, quando, ao chamarem José Pernambuco e este não sendo encontrado, vieram cinco escravos da senzala de Boaventura Rodrigues Barcellos. Suponhamos que pelo fato do Padeiro ser escravo de Boaventura, ele conhecia a rotina da chácara, da roça e de seus companheiros assenzalados. Lembremos que Boaventura Rodrigues Barcellos oferecia 400 mil réis para quem lhe trouxesse o Padeiro, conforme correspondência de 12/08/1835 enviada por Ignácio Rodrigues Barcellos, Juiz de Paz do terceiro distrito, o Monte Bonito, o principal responsável pelo pedido de dinheiro à Câmara de Vereadores para que as partidas pudessem capturar os Quilombolas.

Conforme Gutierrez (1993), podemos visualizar que na região das charqueadas a família Barcellos teve 10 porções de terra, sinal da importância da mesma na ocupação deste núcleo charqueador, e, conforme a autora afirmou, “cada charqueador recebeu terras na Serra dos Tapes”. Sendo assim, esta família tinha um grande domínio sobre as propriedades da cidade e, se levarmos em conta que

os escravos eram considerados as propriedades que movimentavam as riquezas da elite, embora os ricos proprietários não reconhecessem publicamente essa ideia, ela estava enraizada nos pensamentos dos mesmos, e eles tinham interesse em elaborar e participar de ações coercitivas para com os escravos fugidos.

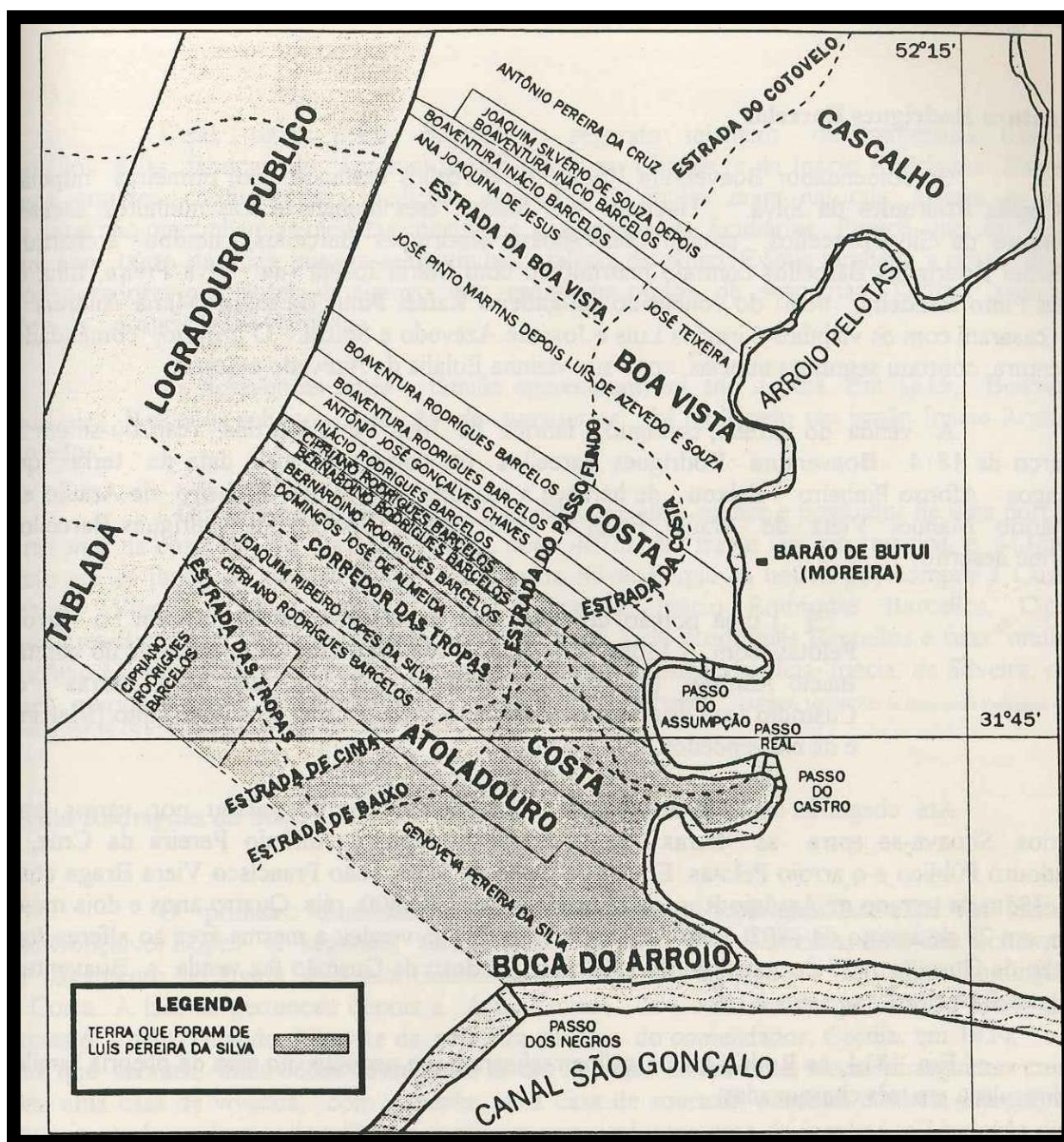


Figura 23. Mapa visualização da divisão das charqueadas. Posses de Boaventura Rodrigues Barcellos e da família Rodrigues Barcellos.

Fonte: Gutierrez, 1993, p. 123.

Ao ver seu principal instrumento de riqueza ameaçado, toda a elite em geral, mas principalmente a família dos Rodrigues Barcellos – um de cujos representantes era dono do líder, agora não mais escravo-coisa e sim Quilombola-livre⁷³ e ser pensante, que impunha medo aos demais moradores e que tinha uma rede de relações que lhe possibilitava o movimento – precisava se utilizar da estrutura governamental para acabar com as ações de Padeiro.

Segundo Menegat (2009), a família Rodrigues Barcellos estabeleceu seus negócios charqueadores em 1814, com participação dos irmãos Bernardino, Inácio, Cipriano e Boaventura, enquanto Luís desiste e vai embora para Bagé. Todos eles vieram de Viamão, seus pais eram açorianos, e, portanto, bem aceitos na sociedade que regia os negócios brasileiros. Sendo assim, é provável que tenham tido facilidades ao requerer terras nas datas de matos. A autora faz referência específica a Boaventura Rodrigues Barcellos, no sentido de que:

de todos os irmãos Boaventura foi o que acumulou maior patrimônio. Ao fim da vida, era comendador, havia contraído matrimônio duas vezes e o montante de seu inventário estava avaliado em 182:617\$178 réis. Fora além de charqueador, prestamista e compôs a Câmara da Vila por pelo menos cinco legislaturas (*id.*, p. 62).

A família Rodrigues Barcellos, além de figurar entre os grandes proprietários da Vila de Pelotas, também estava presente na política, influenciando nas decisões tomadas nas reuniões da Câmara de Vereadores da mesma (v. Anexo C). Em Magalhães (2011, p. 28), temos o termo de juramento e posse dos vereadores em 2 de maio de 1832, onde dentre outros, temos como vereador **Cipriano Rodrigues Barcellos**. Na sessão de 16 de abril de 1833, a Câmara elege os juízes de paz para o I distrito da Vila: João Jacinto de Mendonça, **José Rodrigues Barcellos**, David Pamplona Corte Real e Manoel Pinto de Moraes, para o II distrito, Pelotas, Antônio José Gonçalves Chaves, Joaquim José da Cruz Secco, **Boaventura Ignacio Barcellos** e **Boaventura Rodrigues Barcellos**. É importante salientar que no ano de 1835, quando Mariano é preso na Serra dos Tapes e processado, o Juiz de Paz do III distrito Monte Bonito (região próxima a Serra dos Tapes, onde se deu a formação do quilombo e também a localidade de maior atuação dos mesmos) é

⁷³ Embora perante a sociedade fosse considerado um fugitivo.

Boaventura Ignacio Barcellos e do II distrito, Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos.⁷⁴

Sendo assim, temos que o dono de Manuel Padeiro, da preta Roza e de alguns Quilombolas foi Boaventura Rodrigues Barcellos, dos irmãos considerado o que mais prosperou. Os Quilombolas tendo contato com escravos do mesmo e também retirando milho de sua roça, deveria ser de grande interesse acabar com a atuação do grupo que estava se tornando um desassossego aos charqueadores da época. Assim, seu cunhado, Boaventura Ignacio Barcellos,⁷⁵ que também era charqueador e, por conseguinte, possuidor de terras, se empenhará em organizar partidas e requerer o dinheiro necessário para o abastecimento, a manutenção e o pagamento pelos esforços empreendidos na captura dos integrantes do quilombo. Boaventura Ignacio Barcellos é citado no processo crime de Mariano como Juiz de Paz que conduz o mesmo processo.

Dessa forma, Menegat (2009, p. 175-176) aponta para a importância da rede de relações estabelecidas pela família Rodrigues Barcellos:

O patrimônio maior que estes indivíduos puderam constituir certamente estava ligado aos recursos sociais que acumularam ao longo dos anos, e ao acesso aos diferentes espaços de poder. E a capacidade de se apropriar deste patrimônio parece ter constituído diferentes mecanismos, e mais ainda pode ter criado formas de ampliação e manutenção deste patrimônio, consolidando o prestígio individual em herança partilhável e extensiva a mais de uma geração.

Na página 88 do mesmo trabalho, a autora cita Boaventura Rodrigues Barcellos como o principal entre seus irmãos. Segundo Gutierrez (1993, p. 126), o inventário deste mostra que, dentre outras propriedades, o mesmo possuía “...uma data de matos na Serra dos Tapes, às margens do arroio Pelotas e do arroio Quilombo; um terreno no Monte Bonito...”. Esta última autora também cita na página 146 que Bernardino Rodrigues Barcellos era dono de “uma porção de terras de matos, que formavam duas datas na Serra dos Tapes, também confinava com terras de Cipriano Joaquim Barcellos, com as do comendador Cipriano Rodrigues Barcellos e com as de Almeida.” Salienta que “nessa porção de terras, existia uma casa de pau-a-pique, coberta de palha”.

⁷⁴ Conforme Ata da Câmara de 28/01/1835 (MAGALHÃES, 2011). Sobre o parentesco dos Rodrigues Barcellos ver Menegat (2009, p. 71).

⁷⁵ Ver correspondência do dia 12.08.1835 (Fonte Primária: FUNDOS DA ESCRAVIDÃO).

Ao relatar sobre as posses de Ignacio Rodrigues Barcellos, a autora coloca: “Ao todo, somavam sete áreas contíguas, e uma na Serra dos Tapes, no lugar denominado Três Serros, onde existia uma casa de moradia, construída de material” (GUTIERREZ, 1993, p. 138).

No processo os Quilombolas citam a mesma localidade dos Três Serros, quando dizem ter chegado à localidade, “onde havia hum ranxo feito de palha de giribá,⁷⁶ onde estiverão todos oito dias, nos quaes forão alguns quilombolas buscar milho a roça de Boaventura Rodrigues Barcellos” (Fonte Primária: APERGS, p. 33) e, portanto, pode-se interpretar que os quilombolas faziam seus abrigos próximos às terras da família Rodrigues Barcellos.

Na Revista Princeza do Sul,⁷⁷ um artigo denominado “Quilombos”, publicava:

Já no ano de 1834- JOAQUIM JOSÉ RIBEIRO, comandante de uma “partida” para dár caça aos malfeitores, recebeu dinheiro pela captura de alguns e depois desse feito, no ano de 1835, reclamava auxílios para sustentar os homens que vinham com ele, exercendo a vigilância na campanha, contra esses perigosos elementos. Em agosto do ano de 1835, foi abatido na Serra dos Tapes, lugar érmo e tenebroso, quando resistiu a prisão, o capitão tenente do terrível cabeça; Manoel Padeiro, de nome Antônio Cabundá (CASTRO, 1952, p.12-14).

E conclui:

A luta foi temerosa e acérca; as providencias deliberadas e os “Quilombos”, sempre audaciosos, manchavam com sangue as vitimas dos seus designios, até que a Câmara, percebendo o perigo eminente com a intromissão dos “NUCAS RASPADAS”, pelos subúrbios da cidade, resolveu: Não só se valer dos serviços particulares de “partidas de colonos”, nos distritos, como reorganizar a policia volante, cujo comandante perceberia a diária de 1\$280 réis e os camaradas 640réis, cada um, além da gratificação pela prisão ou extinção dos malfeitores e criminosos, a saber, pela cabeça do chefe, Manoel Padeiro. 400\$000mil réis e pelos companheiros 100\$000mil réis, cada um.

E com essas providências, a Câmara, realizou o aniquilamento dos “NUCAS RASPADAS” e do banditismo na Serra dos Tapes, terminando com os

⁷⁶ Giribá ou Jirivá é uma árvore alta, espécie de coqueiro, que tem uns frutos pequenos (coquinhos) que servem para alimentação, ricos em gordura, e suas folhas são grandes, cerca de 2 a 3 metros, que servem como telhado, especialmente quando secas. Ela se apresenta em vários Estados Brasileiros, com outras denominações.

⁷⁷ Não é fácil “garimpar” fontes, mas sim muito recompensador quando verificamos estar no caminho certo. A referida revista é uma espécie de jornal em folhas do tamanho da metade ofício escrita por Euclides Franco de Castro entre os anos finais da década de 1940 e os anos iniciais da década de 1950, cujos artigos versavam sobre notícias de Pelotas, inclusive sobre a formação histórica, política econômica e social da Cidade, que o capricho de seu dono o fez encaderná-las por ordem cronológica, com capa dura. Quando não mais procurávamos por ela, achamos em seu acervo três livros com a capa igual, sem título na frente, somente do lado, o qual não tínhamos atentado, e ao abrir nos deparamos com o título “Princeza do Sul” em destaque.

famigerados “QUILOMBOLOS”, que muito susto pregaram na gente estóica da Vila de São Francisco de Paula (CASTRO, 1952, p. 12-14).

A notícia acima nos traz uma imagem de uma cidade assustada, onde os perigosos elementos rondam, com o objetivo de fazer mal aos “cidadãos de bem”. Antonio Cabundá, o capitão tenente de Manuel Padeiro e outros quilombolas, serão mortos nesta empreitada. Entretanto, Manuel Padeiro ainda será apontado posteriormente em suas ações na Serra dos Tapes. Os cidadãos pelotenses precisavam empreender uma luta tenebrosa frente à audácia dos Quilombolas, que organizados possuíam um general – Manuel Padeiro –, um capitão tenente – Antônio Cabundá –, um juiz de Paz – João – e um líder espiritual – Pai Matheus.⁷⁸

Segundo documentação analisada, o medo das “minorias” parece tomar conta de Pelotas. Os “Nucas Raspadas”, código de reconhecimento entre os membros da resistência ao escravismo, também foram citados por Maestri (1984) na quase tentativa de insurreição que ocorrera em 1848, onde as autoridades suspeitaram de que os escravos das charqueadas e do núcleo urbano, juntamente com os Quilombolas, pretendiam se insurgir.

Embora não tenhamos uma continuidade na documentação primária durante os anos de 1836-1844, em função do fechamento da Câmara por causa da Revolução Farroupilha, juntando as fontes encontradas, em relação à repressão, ainda podemos depreender que os alemães formavam uma “partida” separada daquela organizada pelos homens “bons” da região, que eram comandados pelo Juiz de Paz Ignacio Rodrigues Barcellos.

E conforme a documentação de 1834, 1835 e início de 1836, o Juiz de Paz dos Quilombolas e a Preta Roza foram mortos no primeiro confronto, no qual as quatro mulheres foram postas sob custódia das autoridades para prestarem depoimento. Mariano será preso logo em seguida, em traição no quarto de um escravo, onde descansava ao pé do engenho de Bernardino Barcellos, e logo após Antonio Cabundá. A partir de 1836, já não temos mais notícias dos Quilombolas, para somente aparecer referências em 1848, quando não fica claro se a insurgência, comandada pelos “nucas raspadas”, seria chefiada por Manuel Padeiro ou teria tido sua participação. É bem provável que sim, pois Zênia de León, ao falar sobre a propriedade da Colônia Francesa, que pertence à família Ribes, diz que

⁷⁸ Nos dias atuais, as denominações Pai e Mãe ainda são usadas para designar os sacerdotes responsáveis pelo Batuque, religião de matriz africana, no Rio Grande do Sul.

os antepassados de Lino Emilio Ribes estão sepultados no cemitério do Quilombo, Vila Nova, no mesmo local, segundo a tradição oral, que teve origem no sepultamento das vítimas dos confrontos entre escravos foragidos e policiais⁷⁹, aqueles chefiados por Manoel Padeirao, em 1848 (LEÓN, 1994, p. 213).

Mais uma vez, temos a referência do confronto entre os Quilombolas do século XIX e o exército de alemães contratados pelas autoridades pelotenses. Através dessa fonte é que pudemos localizar o antigo cemitério onde houvera o confronto entre os Quilombolas, que deu fim ao General Manuel Padeiro, pois quando estávamos em trabalho de campo, ao dizer que seus antepassados estavam enterrados ali (apontando para os fundos do pátio da escola Nestor Eliseu Crochemore, conforme figura 48), a Senhora Maria Elaine nos dera uma pista do assunto. É interessante salientar que a mesma não sabia sobre o confronto entre policiais e negros, e sim que alguns parentes distantes estavam enterrados ali, pois colocava flores com sua avó. Por outro lado, seu Lino Ribes confidenciou a León (1994) que nos fundos da escola e da comunidade estavam enterrados parentes, no mesmo local onde escravos foragidos e policiais foram enterrados após confronto. As crianças e professores da escola dizem que ali houve um massacre entre negros e alemães, mas não sabem precisar o porquê nem a época. Um morador Quilombola confidenciou que em terras próximas daquele local foram achados dois crânios e uns objetos que pareciam utensílios domésticos feitos de barro, mas que o proprietário preferia se manter no anonimato pois não queria pesquisadores em suas terras.

No processo, em depoimento de Senhorinha Alves na página 34, esta faz alusão de que a “partida” das autoridades esteve em conflito com a “partida de alemães”, e em reportagem intitulada “Uma mini-guerra dos Palmares, em Pelotas na Revolução Farroupilha”,⁸⁰ de Ângelo Pires Moreira, os alemães são citados em duas passagens:

A expedição veio a se realizar confiada a direção do Juiz de Paz Boaventura Inácio Barcelos, tendo como seu lugar-tenente a Joaquim Luiz de Lima. A essa força, para tornar maior sua eficiência, foi incorporado um destacamento de alemães (MOREIRA, 1982).

⁷⁹ Ao se referir a policiais, o Sr. Lino provavelmente engloba aí as autoridades e homens pelotenses que eram recrutados pelas referidas autoridades, a Guarda Nacional e a partida constituída de alemães conforme documentação analisada.

⁸⁰ Acervo de Seu Lino Ribes.

Sabemos que muitos alemães lutaram em 1825 na Guerra Cisplatina⁸¹ e que muitos desses soldados vinham pelo pagamento. Assim, temos notícias de um motim do 27º Batalhão de Caçadores Alemães em Pelotas, que se revoltaram em 25 de dezembro de 1828 por não receberem seu soldo por 18 meses e não poderem comemorar o Natal. Diziam que eram estrangeiros servindo por pagamento. Assim, naquele momento a alternativa encontrada pelo Barão de Jaguary, um dos mais abastados charqueadores de Pelotas, foi pagar um mês de soldo a estes. Segundo matéria publicada no Diário Popular de 26/01/1984, os soldados alemães ficaram mais dois anos servindo em Pelotas e logo após foi dada sua baixa em Porto Alegre. Muitos desses resolveram ficar em São Leopoldo e alguns em outras regiões do Estado.

Caso citado no Diário de Noticias de 1975 é do diário de Heinrich Schaefer, que relatou desde sua vinda da Alemanha até depois de sua baixa quando trabalhou de marceneiro a uma légua de Pelotas e finalmente casou-se em São Lourenço, onde se tornara colono, mudou-se para a Colônia Municipal de Pelotas, onde permaneceu até a sua morte em 1889.

Esse exemplo demonstra que muitos alemães,⁸² além dos que vieram para a imigração, compuseram tropas a serviço do Império, e que após lutarem, muitos aqui ficaram. Alguns foram trabalhar por conta própria, outros se tornaram colonos e outros prestavam serviços em grupos contratados para determinadas tarefas, como por exemplo, as “partidas” que procuravam escravos fugidos. Por outro lado, temos notícias de colonos alemães de São Leopoldo se alistando.⁸³ Dessa forma, notamos

⁸¹ A Guerra Cisplatina ocorreu entre o Império brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), pela posse da Província Cisplatina (Uruguai) entre os anos de 1825 a 1828.

⁸² Entraram efetivamente em combate contra Rosas, dos destacamentos alemães denominados *brummer* (resmungões em alemão), apenas os armados com modernos fuzis carregados pela culatra. Heinrich Schaefer não pertencia a esses. A força de que fazia parte ficou na retaguarda, como reserva tática, mas acompanhou todos os deslocamentos. Nessas andanças é que recolheu as impressões registradas no diário sobre as fadigas, as exaustivas marchas e o tratamento duro dispensado aos desenganados combatentes que agiam em nome da liberdade. Dissolvida a tropa, não providenciado seu retorno à Alemanha, os mercenários espalharam-se pelo Rio Grande do Sul, ocupando-se em trabalhos de acordo com suas aptidões e ensinamentos recebidos na juventude. Essa gente, em razão de suas exigências e dos costumes diversos assimilados, certamente se tornou diferente dos demais patrícios chegados ao Rio Grande do Sul como pacíficos imigrantes. Alguns *brummer*, satisfeitos com o fim do período atribulado, constituíram família e passaram a viver pacificamente exercendo seus ofícios. Outros continuaram tumultuando e se tornaram até mesmo salteadores (CORREIO DO POVO, 22/07/1979).

⁸³ Em 7 de junho de 1825 o Inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomas de Lima, oficiava ao presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o seguinte: “Sabendo os colonos desta

que os alemães eram engajados no Exército Imperial, tanto colonos quanto mercenários que eram contratados para tal fim. Assim como Schafer ficou nas redondezas, outros tantos provavelmente ficaram. O Juiz de Paz Boaventura Ignacio Barcellos, ao que tudo indica, refere-se a estes alemães para constituir as “partidas de alemães” quando as mulheres foram “resgatadas” e também, em 1848, quando da alusão aos “nucas raspadas”, onde provavelmente tenha morrido Manuel Padeiro.⁸⁴

Dessa forma, durante nossa pesquisa descobrimos que, diferentemente do que as autoridades pelotenses conclamaram o Quilombo de Manuel Padeiro não era somente constituído de uns poucos homens e mulheres que não passavam de 20 pessoas, por termos notícias do mesmo desde remotamente 1816 até 1848, sendo que em 1835 e em 1848 temos conhecimento de alguns registros importantes: a partida que matou o juiz de paz Quilombola denominado João e a Preta Roza e que “libertou” as quatro mulheres. A prisão de Mariano que resultou no seu processo e também de Simão Vergara por ter negociado com este, e que ainda neste mesmo ano acontecera da morte de Antonio Cabundá. E em 1848 a repressão à rebelião dos “nucas raspadas”, com a prisão de seus principais líderes, tendo um confronto entre os Quilombolas e alemães e demais autoridades que resultou na provável morte de Manuel. Talvez por ter sido mais do que vinte fugitivos é que em época mais atual tenhamos encontrado a reportagem intitulada “Uma mini-guerra dos Palmares em Pelotas na Revolução Farroupilha” (DIÁRIO POPULAR, 04.07.1982).

Com o intuito de demonstrar o espaço das ações quilombolas, utilizaremos Gutierrez (1993), que de forma clara demonstra visualmente (através de mapas) as delimitações de cada área da cidade. A partir destas informações poderemos ter dimensão do percurso que os Quilombolas faziam ao se deslocarem em seus

Colônia o estado que se acha esta Província, ameaçada pelo inimigo, com maior entusiasmo possível se oferecem para marchar para a Campanha em abaixo de três condições: 1)- de se formar deles um esquadrão; 2)- de serem comandados por um deles e 3) de não perderem o direito de colonos e a todo o tempo que voltarem terem as mesmas terras. Eles pedem diga a V.Exa. que não tenho outros meios de mostrarem reconhecimentos com a Nação brasileira e Nosso Augusto e Munificente Imperador de quem tão benignamente acolhidos, os tratados protestam derramar até a última gota de sangue em defesa de nossa justa causa. Os indivíduos que se oferecem são os que tenho a honra em levar relacionados a presença de V.Exa. a quem pedem se digne a aceitar benignamente este oferecimento que nascido do amor que já tem a esta nova Pátria. Na lista constavam os nomes de 37 colonos de São Leopoldo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/02/1975).

⁸⁴ Como já havíamos mencionado, no local indicado como cemitério Quilombo, o Sr. Lino informou que ali estavam enterrados negros foragidos, que haviam entrado em combate com policiais em 1848, e que muitos se referiam a este fato, sem, contudo saber contextualizar o porquê deste confronto entre negros e alemães.

objetivos de manter relações com escravos, libertos e Senhores, com o intuito de sobreviverem de forma a não serem pegos pelas autoridades.

Segundo Gutierrez (1993, p. 92), “da sesmaria do Monte Bonito, resultou o cerne do núcleo saladeiril pelotense e, conseqüentemente, a cidade.” A ocupação do território teria iniciado pela sesmaria do Monte Bonito que abrangia toda a região da zona rural e urbana, e que a partir da segunda divisão de terras, das “sobras” serão criados na região que hoje denominamos a zona urbana os saladeiros, as charqueadas, o núcleo urbano, as datas de matos e o logradouro público. Atualmente o Monte Bonito é o 9º Distrito de Pelotas e resume-se a uma pequena região da zona rural.

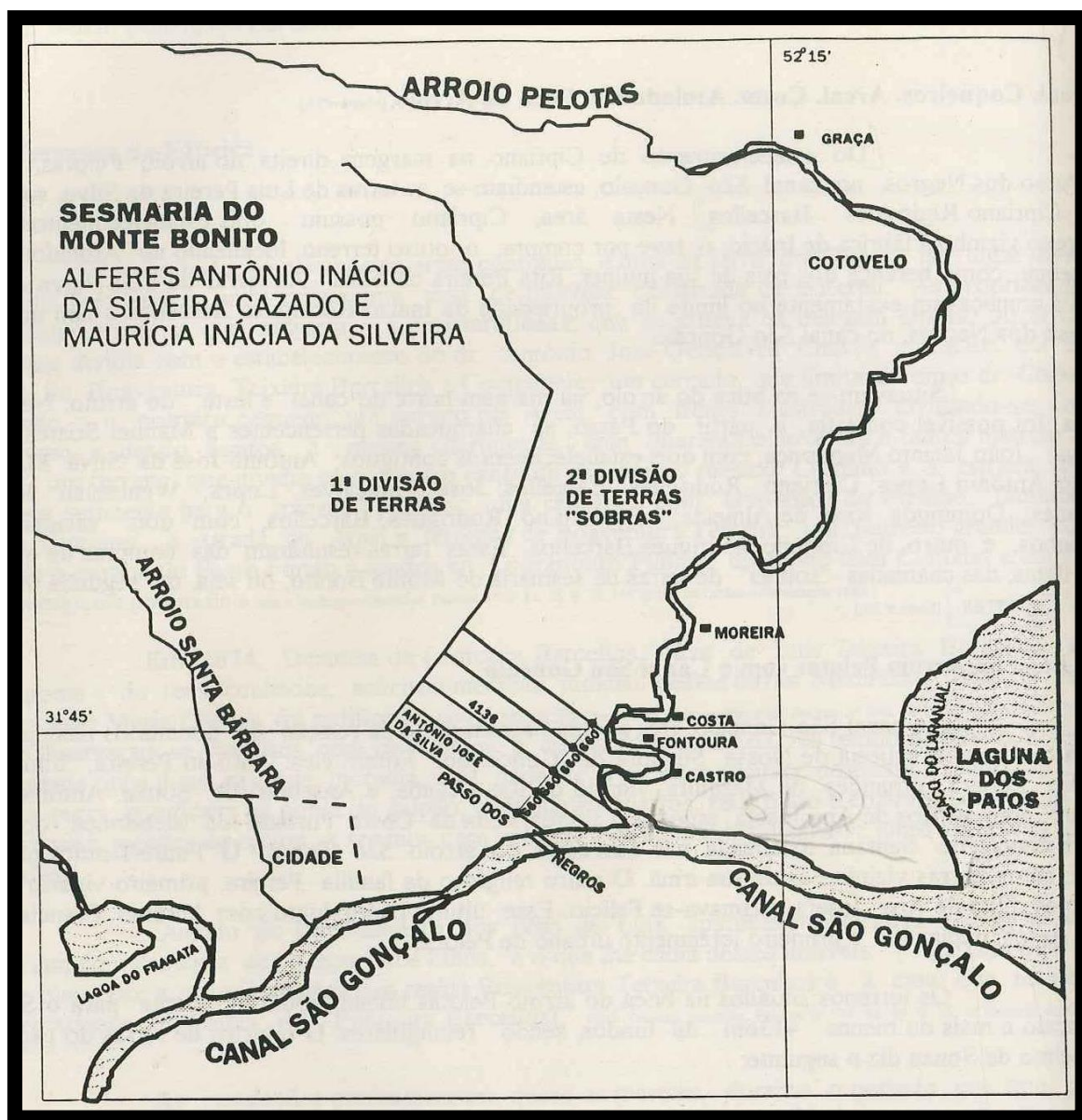


Figura 24. Delimitação da Sesmaria do Monte Bonito.

Fonte: Gutierrez, 1993, p. 140.

A Estância do Monte Bonito tinha madeiras, saibro, granitos utilizados nas construções, e seu terceiro dono foi o alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado (2/04/1781), que posteriormente deixou estas terras como herança a seus 9 herdeiros: Alexandre Ignácio Pires, Inácio Antônio Pires, Mariana Angélica do Carmo, Antônio José de Oliveira Castro, Fermino Antônio da Silveira, Cândida Maria da Silveira, Francisco Antônio da Cruz Guimarães, João Inácio da Silveira, Joaquina Fermina da Silveira. Segundo o relato de Gutierrez (1993, p. 98),

a estância do alferes Antônio Inácio da Silveira Cazado foi empurrada para a serra. Os charqueadores concorreram com modestos agricultores e receberam terras na serra. O Logradouro Público estava situado no centro da planície descampada, que separava os arroios Santa Bárbara e Pelotas. A cidade implantou-se em um terreno plano, de mata pantanosa e linhas de areias. As fábricas fixaram-se nas várzeas alagadiças, superfícies constituídas de aluviões mal drenados, ricas em argila e matéria orgânica, áreas marginais do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo.

E ainda:

Em 1800, o governador Sebastião da Silva Xavier começou a distribuição de matos na serra dos Tapes ... (GUTIERREZ, 1993, p. 103)

“Fazendo concorrência aos modestos agricultores, estancieiros e abastados charqueadores se consideravam em dever de também possuírem datas de matos na serra...”

O período que se estendeu de 1799 a 1824, assistiu a uma partilha de 460.116.437m² de terras da serra por 60 donatários.[...]

A mais extensa cultura de então, faziam-na os charqueadores, quase todos os proprietários de datas, *que, no intervalo das safras, para continuarem a tirar proveito do capital, punham a negrada a derrubar matos e a plantar milho e feijão*” (CUNHA apud GUTIERREZ, 1993, p. 103).

A autora nos dá a dimensão da região, que abrangia o sistema produtivo da cidade de Pelotas no século XIX:

A descrição dessa área fabril iniciou na serra dos Tapes e passou pelas datas de matos, alcançando o arroio “Quilombo” e a sesmaria propriamente dita. Desceu o Pelotas, em direção ao oriente, cruzou o Retiro e, acompanhando a dobra que fazem as águas do arroio, o Cotovelo. No mesmo sentido, atingiu o Cascalho, a Boa Vista, a Costa, o Areal e o Atoladouro, e, po

r fim, na Boca do Arroio, avançou pelo canal São Gonçalo, tomando o rumo do interior; chegou ao Passo dos Negros, à cidade e a Tablada. Ao longo da travessia, localizaram-se as charqueadas e os locais de apoio da produção. Especificaram-se os programas, os materiais e as técnicas de construção. Ao mesmo tempo, relataram-se fatos, acontecimentos e atos das pessoas que viviam, exploravam, produziam e organizavam esses lugares. Destacaram-se alguns proprietários e a população servil de cada estabelecimento. Possivelmente, esboçou-se o que tenha sido o principal palco da escravidão no Rio Grande. (GUTIERREZ, 1993, p. 101).

É importante salientarmos que não podemos traçar a rota perfeita dos Quilombolas retratada no processo crime, mas podemos delinear a mesma, tendo dessa forma a dimensão de atuação de nossos atores em questão estudados.

Conforme o mapa seguinte (v. Figura 23), podemos perceber que o que Mariano relata no processo é que sua maior área de atuação é nas Datas de Matos, local como vimos anteriormente, dividido entre os charqueadores e alguns pequenos proprietários. Nessas propriedades os charqueadores produziam gêneros alimentícios, como milho e feijão, dos quais os Quilombolas se apropriavam e utilizavam para sua alimentação e moeda de troca. Mariano citou dois estabelecimentos comerciais em que eles estiveram. Além disso, nessas propriedades, os escravos trabalhavam na entressafra do charque, retirando madeira, saibro, pedras e outros minérios utilizados nas construções.

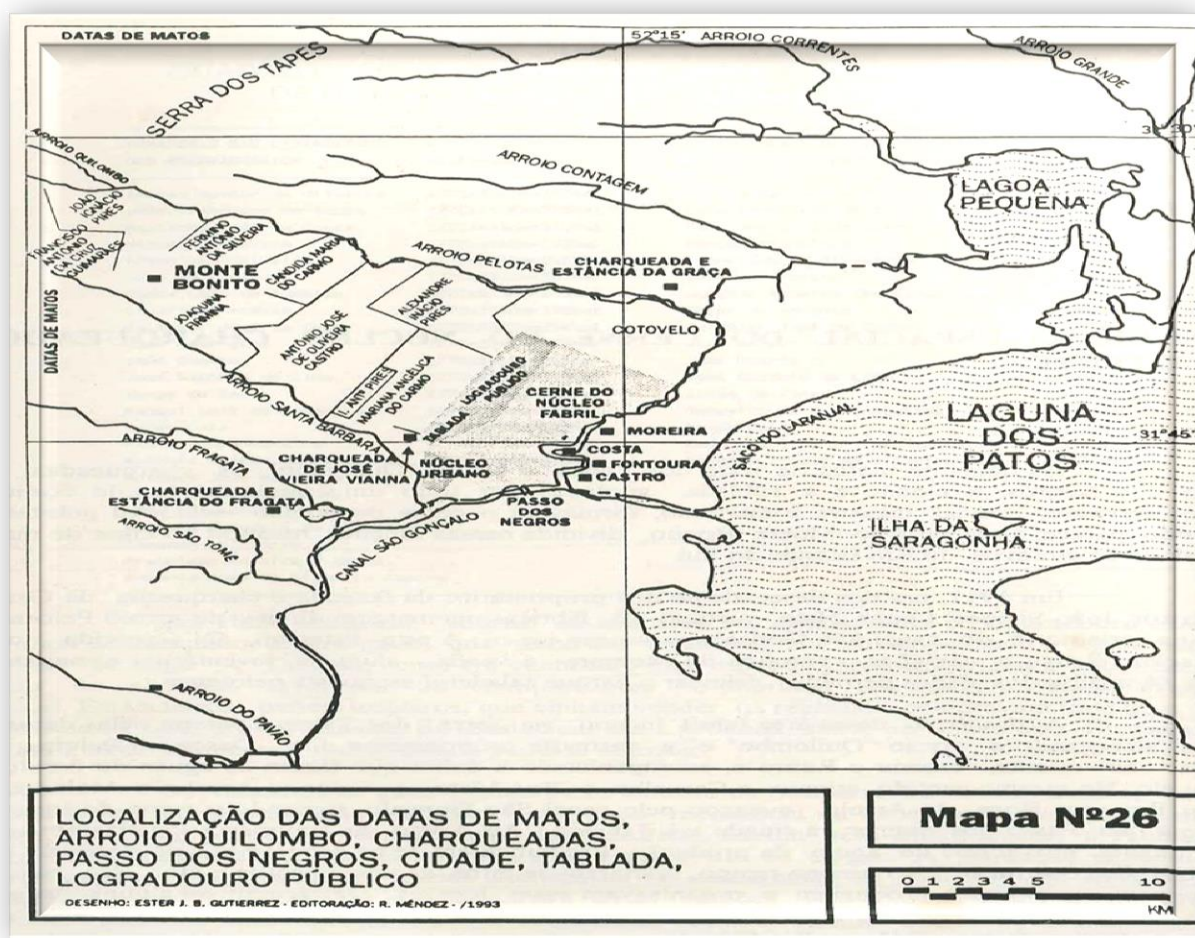


Figura 25. Delimitações da região. Datas de Matos, Arroio Quilombo.

Fonte: Gutierrez, 1993, p. 106.

Nos parágrafos seguintes do texto, o autor esclarece que o Cemitério da Boa Vista (v. Anexo E) teve que ser transferido para o logradouro público, a Tablada, por causa da epidemia de cólera que assolou a cidade no ano de 1855 e que fez em treze dias 221 sepultamentos devido a essa doença. Sendo assim, os moradores da região da Boa Vista tinham medo de ir à Capela por ser esta tão próxima ao cemitério. Atualmente existe esse cemitério na referida região compreendida como Tablada, e hoje se localiza entre os Bairros Arco-Íris, Sanga Funda e Getúlio Vargas.

A rota descrita por Mariano não pode ser percorrida em linha reta, hoje em dia, uma vez que ainda existem matos, arroios. Utilizando as estradas, precisamos contornar todos esses obstáculos, fazendo com que esse percurso se torne bem longo. Reportando-nos àquela época, Mariano descreve em dias o tempo que levaram para ir a tal venda. Andando pelo mato, na beira de Arroios, cuidando para não serem pegos de surpresa, carregando os sacos de milho para a troca, sem poderem usar um cavalo, ou carreta, com pouca alimentação e vestuário, não podendo usar fogo, podemos dizer que seu deslocamento era uma empreitada considerável.

Ao fim, quando Mariano se dispersa do grupo obtém a informação de que Manuel se dirige para o Boqueirão e que quem o procurasse devia se dirigir para lá. Ao que Mariano se desloca para as terras de Bernardino Barcellos, na região das Datas de Matos (Serra dos Tapes), para pedir abrigo e se recompor e logo após seguir para a região indicada.

No intuito de nos localizarmos, podemos recorrer às Atas da Câmara e ao texto da revista Princeza do Sul (v. Anexo A), a qual faz menção ao Distrito de Boqueirão. Atualmente, esta localidade faz parte da cidade de São Lourenço do Sul, cidade ao norte de Pelotas, cuja predominância é a colonização de origem alemã. Porém, até hoje temos Quilombolas em São Lourenço, tanto é que nesta cidade, no ano de 2011, houve um Encontro para discutir ações para a Educação Quilombola, que congregou comunidades negras rurais de Pelotas, Canguçu, Piratini e São Lourenço. Este encontro foi promovido pelo Governo Federal em parceria com a UFPEL e resultou em material didático voltado para tal fim. Veja a foto (v. Figura 27) abaixo:



Figura 27. Cartaz do I Encontro de Educação Escolar Quilombolas- São Lourenço do Sul
Fonte: acervo da pesquisadora

Podemos inferir, portanto, que a região de São Lourenço e de Canguçu se comunica com a zona colonial de Pelotas, e que os diversos grupos de escravos fugidos formaram seus Quilombos, mas por falta de dados não podemos precisar onde eles se localizavam e que número de pessoas havia neles. Somente através de indícios relatados nos documentos oficiais e da história oral é que podemos recompor um pouco desta história.

O certo é que após o processo de caça, de confronto com os novos colonizadores, temos a formação de comunidades negras rurais na Serra dos Tapes na zona colonial de Pelotas, nos municípios de Morro Redondo, em Canguçu e em São Lourenço, que provavelmente tenham suas origens com a fuga da escravidão charqueadora no século XIX. Outro ponto importante é que, segundo os depoentes, se pensava em avançar mais em direção ao núcleo saladeril e atacar as senzalas das charqueadas, levando os negros até a Villa, propagando uma revolta.

sendo preciso agir antes que este fato ocorresse. A notícia é a de que 200 escravos do 2º Distrito se reuniram e seguiam para a Serra dos Tapes. O delegado diz usar

a força necessária e todas as providencias que julgar necessárias para acautelar, prevenir, e prender á minha ordem os fugidos, seductores, e implicados no facto, se elle existir n'aquelle districto, ou no Serro da Buena, donde veio igual noticia, ainda que não official, merece com tudo ser atendida (*id.*, p. 145).

As autoridades prenderam mais de 30 dos referidos negros antes do dia programado para o levante, que foram castigados, e a partir de suas confissões as autoridades chegam à conclusão de que era um plano dos negros “Minas”. Foram feitas patrulhas com os guardas nacionais e também com moradores que as faziam de bom grado, sem, contudo, nada encontrarem, a não ser um escravo de João Bittancourt que foi apanhado no Monte Bonito, que disse ter fugido havia dois meses e pertencer ao mesmo levantamento.

Ana Clara Henning, Diego Furtado Linhares, Helbio Hermes da Silva Gomes *et ali* que pesquisam os quilombos em Pelotas, nos trazem informação semelhante:

[...] no extremo sul do país, no decorrer da Revolução Farroupilha (1835-1845) houve um período em que a cidade de Pelotas esvaziou-se, tendo grande parte de seus moradores migrado para outras localidades, o que incentivou fugas de vários escravos para a região da Serra dos Tapes. Na tentativa de fugir do opressor, os escravos começaram a se esconder na zona rural, fundando diversos quilombos. Nessa região, o quilombo mais famoso foi o de Manuel Padeiro, líder da resistência, considerado pelos seus o enviado de Oxalá. Esse quilombo foi extinto no ano de 1848, pois o término da Revolução Farroupilha em 1845 possibilitou ao presidente da província condições logísticas de encaminhar um efetivo militar ao local, onde se estimava haver de 600 a 800 habitantes. Designado para destruir o quilombo de Manoel Padeiro, o Segundo Regimento de Cavalaria de São Leopoldo, composto de alemães voluntários, somou-se à guarda nacional com uma tropa de 200 homens e mais uma milícia local. Efetivada organização das tropas, deu-se início a marcha para a Serra dos Tapes, onde foi cometido um verdadeiro genocídio (HENNING, LINHARES, GOMES *et ali* 2010, p. 9).

Ainda há uma citação que nos remete ao que teria acontecido:

Crianças berraram. As mães taparam-lhe a boca com as mãos. Quem pôde pegou em armas. Os homens saíram ao ataque. Vieram mais negros, passaram pelos policiais entre as ramagens e coquiaram-lhes a cabeça com pauladas. Caiu um, caíram dois, três... Na parede de uma choupana escorregou um preto baleado. Outro que corria na direção do poço, tombou no meio do caminho. Uma mulher ficou atocaiada dentro da choupana. Dois soldados vieram um pela janela e outro pela porta e tacaram bala, ao mesmo tempo, no corpo da negra que rolou no chão sem gritar. A correria era grande (LEÓN, 1991, p. 75).

Podemos ver que hoje há uma nova versão em relação ao grupo Quilombola, que contesta os documentos do século XIX no sentido de que eles seriam poucos, não passando de 20, e que, ao contrário do que as autoridades escreviam, o número de Quilombolas era estimado em torno de 600 a 800 habitantes. Essa informação não podemos comprovar, mas, devido à área de atuação dos mesmos, podemos pensar que o grupo descrito por Mariano no processo poderia ser apenas um que se comunicava com os demais locais, adotando a estratégia de milicianos para a sobrevivência de sua resistência.⁸⁵

A Revista do 1º Centenário de Pelotas, escrita em 1912 por João Simões Lopes Neto e transcrita por Rubira (2012), relata algumas informações semelhantes a suspeita de revolta de 1848; porém, a data que nos é apresentada é 1860. Vejamos suas palavras:

Pela era de 1860... correu um extranho boquejar, e era que estava preparado um levante em massa, da escravatura das xarqueadas.

Era viável, talvez, essa revolta.

A escravatura das xarqueadas, calejada no trabalho, endurecida na faina de matar e esfolar as boiadas, habituada a usar e destramente, a faca, o machado, os páus do serviço; vivendo em contacto com os capatazes e os seus senhores, sem duvida levaria de vencida o atrevido lance.

Os escravos da cidade empregados no serviço domestico, seriam também informantes e agentes e também executores, no movimento.

A escravatura assim alçada meter-se-hia na Serra dos Tapes, em lugar já determinado por um grupo de parceiros que andavam fugidos (*caimbolas*), talvez já com esse fim de pesquisa, e que sijilozamente o comunicavam ao cabeça do movimento em cada xarqueada.

Formar-se-hia um *quilombo* (couto de escravos fugidos). Seria uma repetição dos *Palmares*, de Pernambuco.

Os conjurados- os mais responsáveis- conheciam-se entre si por um único sinal: uzavam o cabelo (*carapinha*) raspado na nuca. Era tão pouco de notar esse distintivo, para olhos ignorantes, que elle perdurou até a descoberta da conjuração.

O chefe era um crioulo, que viera da Bahia após a epidemia de cólera aqui (1855) que dizimou a escravatura, vendido pela conhecida firma da época, o armador Marinho. Esse crioulo poucos anos depois de chegado, fugou, e não foi mais apreendido... Era de toda a necessidade não deixar tomar publicidade o arranjo da conspiração, antes sufocal-asijilozamente, pois o alarme poderia provocar logo a explosão della, e então seriam incalculáveis as desgraças decorrentes.

Trataram portanto os dirijentes da época de não alardear o conhecimento que tinham do cazo, porem imediatamente avizados, reservadamente, os xarqueadores e outros senhores de escravos, foi quazi simultaneamente jugulada a combinada revolta, pela prisão- em tronco- dos cabeças e a sua lenta e silenciosa remessa para outras províncias, além do inexplicado fim

⁸⁵ Ideia referendada pelo presidente da Associação da Comunidade do Algodão no Distrito de Triunfo, quando de nossa visita ao morro do Quinongongo, ao dizer que “...esse era um local onde os sentinelas ficavam cuidando, se viesse os capitães eles avisavam os outros”, embora ele não tenha mencionado que os Quilombolas do passado tenham relação com a figura de Manuel Padeiro.

de alguns; em suma, os *nuca-raspadas* desapareceram, e os *capitães do mato*, auxiliados por gente mandada pelos interessados, com conhecimento das autoridades, bateram o quilombo serrano, aprisionando, matando e pondo em fuga os acoutados.

Assim, em obscura atmosfera, passou-se este obscuro caso. Temos sobre ele ouvido, alguns antigos: uns afirmam, negam outros a veracidade do sucesso.

3.4 Concluindo... O possível fim de Manuel Padeiro

Ao que tudo indica, há uma semelhança da tentativa de revolta descrita acima, com a revolta dos malês na Bahia e também na descrita em 1848 em Pelotas. Outro ponto importante a ressaltar é que era admitido o horror do trabalho escravo das charqueadas. Saint-Hilaire descreveu suas impressões sobre a região na viagem que realizou durante o século XIX, as quais também relatam o trabalho penoso dos escravos, como citamos anteriormente.

Dessa forma, através dos fragmentos dessa história apresentados pelos diversos documentos, acreditamos que o confronto com a partida que resultou no “resgate” das quatro mulheres, a morte do Juiz de Paz Quilombola e da Preta Roza, e a captura de Mariano que aconteceu pela delação do escravo, fez com que Manuel fosse para mais longe, ao Distrito do Boqueirão, para novamente se articular, e talvez pôr em prática os planos do assalto às senzalas e à Vila. Porém, sua ação não se concretizou, visto que, descoberto antes, foi duramente reprimido.

O episódio dos anos 60 relatado por João Simões Lopes Neto provavelmente tenha resquícios da primeira tentativa, tendo em vista serem atribuídas identidades diferentes ao líder. A semelhança que encontramos tanto em 1848 quanto em 1860 é de que os Quilombolas tinham a intenção de libertar escravos e assaltar a Vila, como já falava João, o Juiz de Paz Quilombola na década de 1830, com Padeiro, conforme os depoimentos do processo de Mariano. Contudo, esse intento não se realizou, provavelmente por causa das frequentes delações.

Para a elite pelotense, escravos e fugas era ponto nevrálgico nesta sociedade, principalmente durante o século XIX, especificamente nos anos que antecederam a Revolução Farroupilha e durante a própria revolução, pois com a guerra o sistema repressor ficou comprometido.

Durante a década de 30 do século XIX, as atas da Câmara Municipal de Pelotas mencionam a preocupação com a construção da cadeia (que na maioria das vezes era utilizada para a prisão de escravos fujões) e de verbas para pagar pelos serviços prestados pelos capitães do mato, por partidas constituídas para caçar

Quilombolas, por nomeações de capitães do mato para os respectivos distritos, etc.⁸⁶

Em 07/08/1832, as Atas da Câmara contêm referência sobre não mandar guardas para a fronteira por ser perigoso ficar sem guardas para cuidar dos escravos, que eram insuflados por pessoas dos Estados vizinhos, referindo-se aos uruguaiois, que poderiam aliciar os escravos para fugirem e trabalharem no outro lado da fronteira, ficando livres da escravidão imposta pelos pelotenses. Nas sessões de anos seguintes há a referência ao quilombo⁸⁷ e mandar prender os Quilombolas.⁸⁸

Em correspondência emitida por Boaventura Ignacio Barcellos, Juiz de Paz do 3º Distrito de Pelotas à Câmara Municipal de Pelotas, são mencionadas as partidas, suas despesas e seus avanços tendo como perspectiva o intuito do extermínio dos Quilombolas. Cita que em confronto com os Quilombolas no dia 02/11/1834 foi morto um dos Quilombolas chamado Antonio Cabundá, feridos mais dois e preso outro. Pedia a recompensa de 400 mil réis que era prometida a quem apresentasse “o cabeça” dos Quilombolas (neste caso, o líder do Quilombo na Serra dos Tapes era Manuel Padeiro, escravo de Boaventura Rodrigues Barcellos, o qual ainda não faz parte do grupo que foi morto e preso nesta partida) e 200 mil réis para outros integrantes do grupo.

Na mesma correspondência, havia a referência de que os Quilombolas eram em número de 23 entrando neste número 4 negras, e que graças aos esforços dos cidadãos empenhados nesta empreitada hoje não passam de “...7 pretos quase desprovidos de munições de boca e de guerra e que não tardam muito a sua extinção pelas vigorosas medidas que tenho tomado, se V. Senhorias me auxiliarem”.⁸⁹

Em 22/09/1835, começa a movimentação das autoridades para que ocorra o julgamento do Quilombola preso, Mariano, escravo do Barão de Jaguaré, que se supõe seja o mesmo referido em correspondência mencionada anteriormente. Neste

⁸⁶ Ver Atas da Câmara, especialmente do dia 14/10/1832, bem como 11/01/1833 e 12/01/1833 e 22/03/1833 (MAGALHÃES, 2011).

⁸⁷ Sessão do dia 14/10/1834 (MAGALHÃES, 2011).

⁸⁸ Sessão do dia 09/07/1835 (MAGALHÃES, 2011).

⁸⁹ Cópias de correspondências sobre fugas e sentenças de morte a escravos transgressores, datadas de 1834 e 1835, sobre a destruição do quilombo da Serra dos Tapes (Fonte Primária: FUNDOS DA ESCRAVIDÃO).

processo crime (Fonte primária: APERGS) também é julgado Simão Vergara, acusado de vender pólvora aos Quilombolas.

Perante a memória deixada pelos registros escritos – como, por exemplo, o processo – conseguimos visualizar as atividades dos Quilombolas desmistificando a ideia da passividade negra. Através da leitura do processo, pudemos perceber o código moral que regia os Quilombolas, e ter a noção de suas condições de sobrevivência, pois ao estar nos matos, descansar em ranchos e se alimentar de milho, feijão, caça e animais abatidos, ao dividir o vestuário, podemos perceber quão precária era sua subsistência. Por outro lado, temos o relato de compra de açúcar, cominho, pimenta-do-reino, danças e toques de tambor, o que nos leva a crer que em algum momento eles conseguiam ter seu lampejo de liberdade nos recantos mais escondidos da Serra dos Tapes. Essa paisagem ao mesmo tempo inóspita e exuberante acolheu a estes homens e mulheres que tiveram a coragem de transgredir a ordem social imposta.

No capítulo seguinte apontaremos algumas reflexões sobre as tentativas de rememorar a história de Manuel Padeiro colocando como questionamento se podemos considerar essas iniciativas como uma expectativa da experiência – termo que segundo Kosseleck (2006) tem o significado de uma projeção para o futuro – em relação a um possível processo de patrimonialização da figura de Manuel Padeiro, e, em caso positivo, no que este fato influencia ou influenciaria a Comunidade do Alto do Caixão.

A seguir traremos dois exemplos de patrimonialização de saberes fazeres de comunidades locais a fim de analisarmos como esses processos interferem ou podem interferir em suas respectivas comunidades, no sentido de alterar esses saberes fazeres tradicionais. Também apontaremos como tentativa de rememorar a figura de Manuel Padeiro, líder do já referido Quilombo da Serra dos Tapes no século XIX, duas iniciativas que mencionam esta figura, ainda que no âmbito privado, uma vez que não é um trabalho governamental.

4. Uma possível patrimonialização da Figura de Manuel Padeiro?

4.1 Patrimonializar ou não patrimonializar?

As políticas públicas voltadas para o reconhecimento e a salvaguarda do Patrimônio Cultural dos grupos minoritários vêm tomando mais espaço nas últimas décadas. Os processos de patrimonialização acompanham os movimentos reivindicatórios dos grupos sociais, que têm seu tempo, território e identidade específicos. No desencadear desses processos surgem embates, questionamentos de grupos antagônicos, num jogo claro de poder.

Assim, processos de patrimonialização devem ser analisados com cautela, pois é necessária uma representatividade e uma vontade política para que as ações se façam acontecer. Entretanto, tais iniciativas precisam ter uma via de mão dupla, visto que os atores sociais envolvidos têm diversos interesses, e cada caso tem sua especificidade.

Em relação ao Patrimônio Cultural Imaterial, que são os saberes-fazeres comunitários relacionados às práticas ancestrais, se faz necessário uma avaliação nos prós e contras da questão. Existem diversos exemplos que vêm sendo estudados e que resultam em transformações nas comunidades, pois alteram substancialmente as práticas originalmente constituídas pelo grupo.

Podemos citar o caso da etnia mexicana P'urhépecha de Michoacán, em que o processo de patrimonialização incentivado pelo governo e por um grupo indígena vinculado à celebração que é denominada Concurso Artístico del Pueblo P'urhépecha (CAPP), que visa projetar-se politicamente, é contestada por outro grupo de indígenas vinculado à celebração denominada Año Nuevo P'urhépecha (ANP). Os primeiros promovem, segundo análise de Lorena Ojeda Dávila, uma espetacularização das manifestações culturais como danças, bandas e orquestras visando à expansão turística e ascensão ao poder. Entretanto, a crítica feita é:

la comercialización/folclorización de la cultura indígena que se puede desprender del mismo, así como a la poca autenticidad de las representaciones artísticas que presentan en el marco del evento, dado que los artistas ensayan específicamente para su presentación, con lo cual las danzas, pirekuas o ejecuciones musicales, se desvinculan de su contexto significativo (DÁVILA, 2013, p. 7).

A autora explica que os verdadeiros artistas *p'urhépecha* não se apresentam e que a etnia não está representada neste evento, cujos maiores beneficiados são os promotores do mesmo e que essas ações:

no hayan devenido en una mejora sensible de las condiciones de los artistas p'urhépecha, y que éstos sigan teniendo problemas con los registros de derechos de autor, que sus obras se plagien o utilicen sin remuneración alguna y que sus imágenes sean explotadas por las autoridades o instituciones estatales sin permiso (Idem, p. 8).

Com relação ao grupo vinculado ao ANP, a ideia inicial foi promover

la recuperación y revalorización de ciertos símbolos p'urhépecha para ayudar a forjar una identidad común que coadyuvara a resolver problemas añejos entre diferentes pueblos, así como fortalecer su unidad frente al mundo mestizo (Ibidem, p. 8).

Este evento caracteriza-se no âmbito local, com divulgação entre as comunidades, e rejeita financiamentos governamentais, entretanto, algumas lideranças pertencem a órgãos do governo, como a secretaria de cultura e a de educação. Eles rejeitam a promoção do turismo em relação ao seu patrimônio cultural, porém as lideranças ligadas ao CAPP apontam que os símbolos escolhidos pelos ANP seriam arbitrários e sua conduta, excludente.

A questão colocada neste exemplo mexicano são as políticas públicas do governo, que parecem não levar em consideração as necessidades da comunidade local. Enquanto o governo visa a fomentar o turismo e a autopromoção, as etnias visam à valorização e à proteção de seu patrimônio cultural, aliado à melhoria na sua condição de vida. No caso mexicano há um agravante: as divisões internas entre os grupos que fazem com que diminua sua capacidade de negociar com os agentes externos.

Apontamos a seguir outro caso, em que foram realizados estudos por pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas para o processo de registro dos doces tradicionais de Pelotas como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade.⁹⁰

⁹⁰A realização do INRC – *Produção de doces tradicionais pelotenses* tem como proponente a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas e conta com a parceria da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Universidade Federal de Pelotas é executora desta investigação, por intermédio do Lepaarq. O Inventário é financiado pela Unesco e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. (FERREIRA; CERQUEIRA; RIETH, 2008, p. 91).

O estudo realizado por diversos pesquisadores da UFPEL teve por objetivo fazer um reconhecimento da tradição doceira de Pelotas fazendo um mapeamento da região em relação aos tipos de doces e a quais etnias estavam ligados.

Além dos doces finos de Pelotas, cujas receitas são atribuídas aos portugueses, na zona colonial são produzidos doces de frutas que são uma tradição vinculada aos colonos imigrantes, sendo esses doces conhecidos como marmeladas, goiabadas, compotas e cristalizados.

Os pesquisadores trabalharam na “[...] *delimitação do sítio a ser explorado [...] com as manchas étnicas no mapa da produção de doces na cidade. Aqui, saliente-se nossa preocupação em prospectar a contribuição da etnia negra na cultura doceira.*” (Rieth, Ferreira, Cerqueira et al, 2008, p.5).

Assim, os estudos para o reconhecimento da tradição doceira de Pelotas como elemento do Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro trouxeram informações relacionadas às histórias de vida dos grupos étnicos, dando visibilidade à sua cultura e tradições. Outro aspecto apontado pelos pesquisadores é que a etnia negra não se limitou a executora das receitas tradicionais portuguesas. As mulheres negras ao produzirem os doces para os sarais e mais tarde ao vendê-los em tabuleiros ressignificaram esse saber-fazer para além da contribuição financeira, pois aos doces foi atribuído um significado simbólico na relação com o sagrado das tradições da religiosidade afro-brasileira.

Esta contribuição, no entanto, precisa ser compreendida na esfera da fricção inter-étnica, na medida em que os negros, desde o período da escravidão, convivem diretamente com a produção caseira de doces de origem portuguesa, incorporando parte de seus saberes e fazeres. O quindim, por exemplo, é um doce que foi assimilado, em várias regiões do país, ao culto afro-brasileiro, sendo muito usado como oferenda a Oxum. O mapa das manchas étnicas nos permite vislumbrar um sistema cultural no seio do qual várias influências étnicas interagem, em torno de duas grandes tradições: os doces finos e os doces de fruta. Os primeiros vinculam-se à tradição luso-brasileira e aos seus territórios mais característicos, o centro urbano. Neste território urbano, interagem dois grupos étnicos predominantes: o substrato luso-brasileiro e o substrato afro-descendente, o último apropriando-se de componentes da tradição doceira de influência portuguesa, ressignificando-os ao incorporá-los na composição de elementos dos rituais afro-brasileiros, como exposto acima, no caso da relação entre Oxum e o quindim. (RIETH, FERREIRA, CERQUEIRA et al, 2008, p.8-9)

Entretanto, os próprios pesquisadores alertam para que o processo de patrimonialização não traga como consequências o engessamento dos saberes-

fazeres doceiros, em função das normas estabelecidas pelos órgãos ligados ao governo.

Referente a essa pesquisa, ao que tudo indica, ao inventariar e mapear a região colonial constatou-se que a produção artesanal sofreu ação dos órgãos do Estado que defendem normas sanitárias, o que exige uma adequação por parte dos produtores.

A segunda, à tradição dos doces coloniais (ou de tacho), introduzida por imigrantes italianos, alemães, franceses e pomeranos, feitos à base de frutas e açúcar: Compota de Pêssego, Passa de Pêssego, Origone, Figo Cristalizado, Marmelada Branca e Pessegada (Goiabada e Figada como bens associados). Essas tradições, apesar da mudança no paladar e nas receitas, reflexo do caráter inventivo dos atores, permanecem vivas e atualizadas, constituindo um verdadeiro fato social total que contribui para a construção identitária da cidade, reconhecida como Capital Nacional do Doce. [...] Hoje, a manutenção desta tradição doceira oscila entre as formas de fazer artesanal, semi-artesanal e a produção industrial. Verifica-se na região colonial uma preocupação em preservar o que se entende como modo de fazer tradicional, perpetuando o uso de artefatos como tacho de cobre, colher de pau, fogão à lenha, etc., ditos tradicionais no âmbito familiar. Por outro lado, existem produtores que iniciaram a sua produção doceira através de uma ruptura com o fazer artesanal. As transformações e renovações desta tradição fluem entre a produção voltada ao consumo doméstico e a produção com fim econômico. Além disso, existem embates e negociações entre o Estado e o saber fazer artesanal: a inadequação às normas sanitárias dificulta a comercialização dos doces de frutas, cristalizados ou em passas. Revelam-se, então, os impasses no processo de produção e comercialização dos doces de pelotas, ao se buscar ferramentas legais para a preservação da tradição e a regulamentação econômica e sanitária, que impõe regras que implicam no abandono de saberes e fazeres tradicionais (KOSBY; RIETH; SILVA, 2010).

Quanto à figura de Manuel Padeiro, líder quilombola na região da Serra dos Tapes em Pelotas durante o século XIX, existem iniciativas ainda isoladas e promovidas pela iniciativa privada de divulgação da mesma, que são conhecidas de “ouvir falar”, mas ao que tudo indica estão pouco associadas às memórias da Comunidade do Alto do Caixão.

A seguir, falaremos do Memorial Manuel Padeiro⁹¹, local que desperta a curiosidade e que auxilia informar a seus visitantes quem foi este personagem da

⁹¹ Trazemos o exemplo do Memorial Zumbi dos Palmares, figura que é reconhecida nacionalmente por seu empenho em resistir à escravidão e lutar por sua liberdade e de seus companheiros. “A criação do Memorial Zumbi foi consequência das novas relações criadas entre o Estado ditatorial- que chegava ao seu ocaso- e a sociedade civil- que estava iniciando um processo de reorganização social” (GARCIA, 2008, p. 121). O Memorial Manuel Padeiro, embora não possa ser comparado em termos de divulgação com o Memorial Zumbi, projeta, segundo sua proprietária, a mesma ideia deste, de reinterpretação da história de Manuel Padeiro.

história de Pelotas do qual pouco se tem notícias e do Festival de Cinema Manuel Padeiro.

4.2 Iniciativa de particulares em rememorar a figura de Manuel Padeiro

Localizado no Instituto Trilha Jardim, propriedade na Comunidade Santa Maria, próximo à escola Nestor Elizeu Crochemore, tem por objetivo homenagear o líder do Quilombo do século XIX, “pela coragem deste ao resistir bravamente a opressão escravagista da época”, conforme fala de sua idealizadora e dona da propriedade em que se localiza o mesmo, a Senhora Ana Alaíde Tavares.

Em entrevista concedida pela mesma nos foi relatado que sua intenção é fomentar a discussão sobre a importância da ancestralidade negra em nossa região, recuperando um discurso sobre esse passado, e que o espaço é aberto às pessoas que tiverem interesse por essa história. Ao trabalhar com seu marido na recomposição do patrimônio natural, um de seus objetivos é aproveitar a natureza como espaço de conhecimento de elementos de cura nas ervas de chás que, segundo ela, herdamos de nossos “queridos índios Tapes e negros quilombolas que andavam por esses matos”.

A Senhora Ana explica que a imagem que retrata Manuel vem de sua inspiração (v. Figura 29), pois ela imagina que precisava ser forte e altivo para ter coragem de resistir à escravidão se refugiando em local tão inóspito e de grandes perigos.⁹²



Figura 29. Banner na entrada do Memorial Manuel Padeiro

Fonte: acervo da pesquisadora

⁹² Referia-se aos capitães-do-mato e aos índios Tapes, pois não saberiam como estes reagiriam, quando os Quilombolas adentrassem em seus domínios.

Podemos dizer que Ana, ao construir, preservar e divulgar a memória de Manuel Padeiro realiza neste ato uma conexão com seu passado, pois afirma que vem de uma família pobre, que poucos conseguiram estudar e se colocar no mercado de trabalho numa profissão de sucesso e que sua ancestralidade é de origem negra e índia.

Assim, Ana ainda aponta algumas características e histórias de Manuel, essas características foram mencionadas também por Paulo Mallet (2011) no programa “Sopapo do Padeiro” da webrádio paulista Toques de Aruanda. Abaixo transcreveremos partes da fala de Mallet, uma vez que a Senhora Ana, ao relatar essas histórias, o fez após termos desligado o gravador:

Manuel Padeiro formou o quilombo próximo à Morro Redondo, na região da Serra, onde tem cascatas lindas como nas terras de Gottinari... Uma parte muito interessante que não é contada na história de Manuel Padeiro é a chegada deles na região, um dos cativos que estava com Manuel teria dito: E agora nós vamos morrer lutando com os índios. E Manuel disse: Eu prefiro morrer lutando do que viver como escravo do povo branco. A partir daí Manuel teria se dado bem na região de Tapes, dos índios Tapes... Canguçu que é uma cidade na região dos índios Tapes, daí Manuel quando chegou lá existia nessa região a jaguatirica, que é um felino forte e grande, Canguçu na realidade é caa-guaçu,⁹³ na língua deles,⁹⁴ ele levou uma jaguatirica pequena, como se quisesse dizer aos índios que ele seria a parte pequena, que ele queria viver ali sem guerra. Queria dizer que queriam promover a paz, sabiam que eram menores, que o território era indígena e que eles só queriam ocupar uma parte para sua subsistência. Então isso ficou tão dentro da cultura ali do local que até hoje é louvável a não-guerra índios Tapes, que eles eram guerreiros que não deixavam os capitães-do-mato penetrar no território, então não conseguiam capturar quem chegava no quilombo de Manuel Padeiro, pois os índios Tapes não deixavam. Então fantástico né, os negros ajudados pelos índios que já estavam muito tempo nessa região, tornaram o território um lugar pacífico pra pessoas de bom caráter... Ainda fala da documentação⁹⁵ que relata os ataques na Serra dos Tapes nas chácaras (locais não ocupados pelos índios), e aponta como ele era um líder, que tinha uma ética, uma moral, e que a coisa dos roubos era uma questão de sobrevivência. Ficamos boquiabertos com essa história, porque se trata da história do RS e não é falada, é chegar no local e achar que a história é só branca, essa relação com essa história precisa melhorar, não só por quem pesquisa essa história, a gente tem que falar, falar, falar, pois é importante para que todos saibam, pois o negro gaúcho não tomou

⁹³ Segundo o apresentador, o significado de caa-guaçu é mato ou mata grande. Encontramos o seguinte esclarecimento na Wikipédia: “A denominação de Canguçu deriva da palavra indígena *Caa-guaçu*, significando mata grande ou mato grosso, e também *Caa-guaçu* era uma alusão à milenar mata grande que encobriu primitivamente a encosta da Serra dos Tapes voltada para a Lagoa dos Patos, e que daria o nome à Ilha de Canguçu, mais tarde chamada de Ilha da Feitoria como parte da estância Feitoria depois de adquirida por esta. Apesar disso, muitas fontes regionais apontam para a origem do nome do município como a derivação da palavra indígena *acaanguaçu*, nome dado pelos índios a uma pequena onça que habitava aquela região” (CANGUÇU, s/d).

⁹⁴ Mallet refere-se à língua dos índios Tapes.

⁹⁵ Mallet refere-se ao livro “Liberdade por um fio” (REIS; GOMES, 1996), do qual retirou algumas informações que embasavam sua fala.

posse sobre isso...pois a maioria da população brasileira é negra, mestiça ou índia, poucos são os que não têm essa mistura. Aqui se encontravam negros de várias nações, negros de Oió, de Cambinda, de Marrocos, com diversas línguas, que formou um saco de gado, vários fazendo muita coisa, tentando dizer como era na sua terra. Pelotas foi o que foi por causa do negro, se não fosse a mão-de-obra negra...

Próximo ao Memorial Manuel Padeiro existe pedras agrupadas sem nenhum material como cimento ou argamassa, típica construção que os escravos faziam naquela época nas charqueadas (v. Figura 30).



Figura 30. Vestígios arqueológicos de construções Quilombolas segundo a Sra. Ana Alaíde Tavares
Fonte: acervo da pesquisadora

Logo após nos foram mostradas, próximo ao Memorial, às esculturas de Zezinho Santos (v. Figuras 31 e 32), que foram feitas na intenção de demonstrar a evolução dos sentimentos dos negros ao chegarem à Serra dos Tapes – elas foram dispostas como numa linha cronológica, onde a primeira pedra (da esquerda para a direita) está em estado natural, a qual representaria os negros embrutecidos pelo cativeiro. Na segunda, eles tentam se ambientar. Na terceira, adquirem serenidade e na quarta, a partir dessa serenidade, eles se conectam com a espiritualidade através do chacra⁹⁶ coronário (localizado na cabeça), elo com seu passado ancestral africano.

⁹⁶ **Chacras** ou **xacras**, também conhecidos pela grafia **chakras** são, segundo a filosofia iogue, centros energéticos dentro do corpo humano, que distribuem a energia (prana) através de canais (nadis) que nutre órgãos e sistemas. Na Doutrina Espírita, os chacras são chamados de Centro de Força (CHACRAS, s/d).

A Senhora Ana acredita ser muito importante que esses ensinamentos sejam difundidos para que se tenha um respeito pelas culturas negras e índias, pois, como já dissemos se reconhece como descendente destes.



Figura 31. Esculturas Zezinho Santos

Fonte: acervo da pesquisadora

Figura 32. Córrego na propriedade⁹⁷

Fonte: acervo da pesquisadora

Por fim, traremos como discussão o Festival de Cinema e Animação Manuel Padeiro, um festival de cinema pelotense que utiliza o nome do líder Quilombola. O grupo responsável pelo I Festival aponta alguns lugares que Manuel Padeiro e seus quilombolas percorreram. Dos locais escolhidos pelos idealizadores do Festival de Cinema para que este ocorresse, destacam-se o Instituto Trilha Jardim e o Parque Municipal da Baronesa⁹⁸ como espaços naturais, aos quais tanto os antigos escravos, quanto os Quilombolas estavam habituados, fazendo destes o espaço onde viviam, interagiam e ressignificavam sua cultura.⁹⁹

⁹⁷ Segundo ela, foi feito um trabalho ecológico na mata “siliar” para preservar os locais de nascente, pois estas dariam vida ao Arroio Pelotas.

⁹⁸ A escolha do Parque da Baronesa se deu devido aos organizadores acharem que Manuel Padeiro pertencia ao Barão de Três Serros, Aníbal Antunes Maciel, dono da propriedade mencionada. Entretanto, pesquisando nas fontes (processo crime de Mariano, Atas da Câmara e bibliografia), descobrimos que Manuel Padeiro era escravo de Boaventura Rodrigues Barcellos.

⁹⁹ O I Festival de Cinema e Animação Manuel Padeiro realizou-se em 2009, idealizado por Fernando e Duda Keiber, junto a professores da UFPel. Foi criado no intuito “de desenvolver-se como referência regional e nacional na área cinematográfica. Foi em nossa cidade, há cerca de cem anos, que os primeiros filmes brasileiros foram rodados e a falta de recursos minimizou a criação de empresas e de novas obras [...] e isso devia apoiar-se também num nome de uma figura inspiradora ou patrocinadora da criatividade” (VIDAL, 2010).

O Segundo Festival aconteceu em 2010 no Teatro Guarany e no Museu da Baronesa (SECOM/PMP, 2010). O Terceiro, ocorrido em 2012, teve uma inovação: além do Teatro Guarany, houve “debates e palestras no Centro de Artes/UFPel, reunindo cinéfilos e acadêmicos de cinema para discussões

Visualizamos abaixo (v. Figura 33), o local de abertura do Festival de Cinema.



Figura 33. Local de abertura do I Festival de Cinema Manuel Padeiro – no Trilha Jardim.

Fonte: acervo da pesquisadora

Nesta primeira edição também houve exposição no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), espaço de arte e cultura, e no Parque da Baronesa. Além da iniciativa relacionada à arte do Cinema, a qual é atribuída como a Sétima Arte, o grupo divulga através dos meios digitais – sites, Facebook, blogs – informações sobre a história do Quilombo.

Homenageando a história negra em Pelotas (das mais marcantes no Brasil escravocrata), a evocação do nome de Manuel Padeiro para um festival de cinema em Pelotas, em 2009, traçou uma linha paralela metafórica entre a reinserção deste "ídolo" – bom para uns, mau para outros – e o processo modernizador e democratizador do cinema, arte, técnica e modo de expressão de todas as camadas sociais. O antigo líder rebelde empresta, agora, seu nome a outro processo de libertação. Na arte, a dor e o sangue se transformam em coisas novas e reveladoras de um melhor ser humano, e a morte se transforma em vida, para que a humanidade não se destrua, mas sim se construa a si mesma (VIDAL, 2010).

Nas figuras abaixo (v. Figuras 34 e 35), são apresentados exemplos de artesanatos confeccionados e expostos pelos organizadores do Festival de Cinema,

acerca da cadeia produtiva nacional com transmissão ao vivo pela internet." E ainda: "...a Rua do Cinema, com Espaço Arte, Cine Retrô e Artesania Padeira" (UFPEL, 2012).

os quais também fazem alusão à figura do Quilombola Manuel Padeiro, como um símbolo, uma marca que caracteriza o Festival:



Figura 34. Artesania Padeira



Figura 35. Artesania Padeira

Fontes: <http://www.flickr.com/photos/festivalmanuelpadeiro/6925072358/sizes/m/in/photostream/>
<http://www.flickr.com/photos/festivalmanuelpadeiro/7071150059/sizes/n/in/photostream/>

Silva, ao trabalhar com a multiculturalidade, nos traz os conceitos de identidade e diferença, os quais ele analisa e aponta que os dois “estão numa relação estreita de dependência” (SILVA, 2000, p.74). Essa questão se relaciona com o Festival de Cinema Manuel Padeiro quando os organizadores definem que um dos objetivos do grupo é representar “a liberdade de linguagens, narrativas e estilos cinematográficos, o incentivo ao novo, a independência ante ao escravagismo presente nos detalhes da sociedade contemporânea e ainda racista e ao sistema que enxerga cifras, poder e exploração antes do amor e da cooperação.” Utilizando-nos das palavras de Tomaz Tadeu da Silva, podemos dizer que:

a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, nas operações de incluir e excluir... A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder... os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeitos fortemente marcadas por relações de poder (SILVA, 2000, p. 82).

Entretanto, o Festival de Cinema e o Memorial Manuel Padeiro ao que tudo indica não atingem as comunidades negras rurais no intuito de fazer reverberar a história de Manuel Padeiro e os demais homens e mulheres que o seguiram. Seria preciso um trabalho intenso de educação patrimonial para transmitir um novo significado dessa história no intuito de contribuir para que as fronteiras da diferença sejam quebradas e se estabeleça uma identidade dos descendentes daqueles que muito contribuíram para o progresso e riqueza de nossa cidade. Traçando um paralelo entre o Memorial Zumbi dos Palmares e o Memorial Manuel Padeiro, destacamos que, enquanto Palmares é um espaço público que recebe incentivo do governo federal e se tornou uma fundação, o Memorial Manuel Padeiro é uma das tentativas isoladas de particulares de fazer referência à memória deste líder Quilombola.

Entretanto, a pergunta que fazemos é: por que numa cidade tão negra como Pelotas os órgãos governamentais não promovem iniciativas de patrimonialização, a exemplo de Palmares? E em caso de um processo de reconstituição da memória dos Quilombolas do século XIX, em que essa iniciativa colaboraria com a comunidade pelotense? Ao que tudo indica a memória coletiva dos moradores da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão não atribui ao Quilombo de Manuel Padeiro sua origem, apesar de as fontes apontarem para a existência de remanescentes das charqueadas na região. Os depoimentos nos indicam que Manuel Padeiro se apresenta como um personagem exógeno à Comunidade do Alto do Caixão. Segundo sua matriarca, suas origens remontam ao casal Vieira, a mulher escrava negra e o homem índio livre que trabalhava como se escravo fosse.

Acreditamos que questões mais prementes situam-se como ponto de partida dos interesses da comunidade, como o direito de cidadania garantido a todos os cidadãos brasileiros. A comunidade do Alto do Caixão inserida num contexto em que é classificada como um grupo minoritário, segundo a categoria formulada por nós através dos conceitos trabalhados por Appadurai (2009), corre o risco de perder e reformular tantos outros dos seus saberes-fazeres fundamentais para a constituição de uma identidade negra rural.

Quanto às memórias das experiências quilombolas em Pelotas, as pesquisas estão no início. Fomentadas pelas políticas públicas de reconhecimento de Comunidades Negras Rurais, é necessário ainda muito trabalho. A maioria das

Comunidades que se auto identificam como quilombolas receberam somente a certidão da Fundação Palmares; ainda são tímidos os trabalhos de relatórios que o INCRA requer para proceder à regularização da terra nesta região.¹⁰⁰

Ao pesquisar os diversos fatores que identificam essas comunidades como remanescentes de quilombos, numa nova perspectiva, não devem ser levados em conta somente os aspectos históricos¹⁰¹ do conceito de Quilombo. Nesse sentido, o Patrimônio Cultural destes atores se fará presente nestas pesquisas.

As intervenções feitas por órgãos como o CAPA e a EMBRAPA, que são considerados as pontes entre a comunidade e as políticas públicas, são bem recebidas pelos moradores, que se mobilizam em conjunto com esses órgãos, na expectativa de terem uma vida melhor e adquirirem uma condição cidadã.

Outro questionamento que fazemos é se também não seria necessário uma patrimonialização do Patrimônio Cultural da Comunidade do Alto do Caixão que levasse em conta seus saberes-fazeres e o Patrimônio Natural da região, o qual, como veremos no próximo capítulo, é utilizado pelos moradores tanto da Comunidade do Alto do Caixão quanto pelos “outros” moradores da região para contar as memórias da experiência da escravidão e quilombola na região.

Nesse âmbito, conseguimos ao término deste capítulo demonstrar que, dependendo do lugar de quem fala, o Padeiro pode ser um facínora/ mal-feitor, um enviado de Oxalá, um General ou um Zumbi dos Pampas e que essa narrativa pode influenciar tanto positiva quanto negativamente a memória coletiva dos moradores das Comunidades Negras Rurais da região na atualidade, fazendo com que silenciem ou divulguem esta história.

¹⁰⁰ Podemos apontar o trabalho da Profa. Doutora do Curso de Antropologia da UFPEL Rosane Aparecida Rubert (2013), que, em palestra proferida no Evento II Jornada de Estudos sobre Escravidão, Resistência no pós-abolição, declarou que faz parte da equipe que está realizando o relatório técnico de 3 comunidades negras rurais, dentre elas a de Maçambique na Cidade de Canguçu (RS).

¹⁰¹ No primeiro capítulo apontamos a diferença dos termos quilombo e comunidades negras rurais.

5 Um Distrito Denominado Quilombo, Memórias da Experiência

Quilombola

Retomando as ideias anteriormente abordadas, podemos pensar sobre a memória dos moradores do 7º distrito de Pelotas, denominado Quilombo, a qual possa estar dentro dessa linha de raciocínio: Memória Coletiva, conflitos de memória, esquecimento e silêncio.

Nossa análise se propõe identificar as marcas do passado que estão no presente na região pesquisada. Através da pesquisa sobre o Patrimônio Cultural, seja ele representado pelo patrimônio material, imaterial ou na maioria das vezes natural, do Distrito Quilombo e principalmente do grupo de moradores da Comunidade do Alto do Caixão, tentamos descobrir junto a eles como se identificam como comunidade negra rural. O que permanece e o que mudou em relação aos primeiros Quilombolas, se há uma resistência ou não em falar sobre suas origens, como as ações governamentais e de ONGs vêm influenciando seus saberes-fazer e sua vida cotidiana e como referências sobre a figura de Manuel Padeiro têm contribuído para a autoestima desses moradores e na constituição do processo de identidade dos mesmos.

Neste sentido, podemos fazer algumas indagações:

Em que dimensão há um processo de esquecimento e silêncio das histórias e memórias desta região?

Em se confirmando esse esquecimento e silêncio, qual seria a influência do passado escravista, no referido processo?

E a dependência econômica em relação ao “outro” influencia neste silenciamento?

Assim, se faz necessário uma reflexão sobre o que denominamos de zona de penumbra, a qual se estabelece em maior ou menor grau em todos nós. Sobre esse processo apontaremos elementos que tentam corroborar essa ideia. Citamos o que Hobsbawm diz com relação a essa zona de penumbra.

Para todos nós há uma zona de penumbra entre a história e a memória; entre o passado como registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas. Para os seres humanos individuais essa zona se estende do ponto onde as tradições ou memórias familiares começam- digamos, da foto de família

mais antiga que o familiar vivo mais velho pode identificar ou explicar- ao fim da infância, quando se reconhece que os destinos público e privado são inseparáveis e se determinam mutuamente... A extensão dessa zona pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam. Mas sempre há essa terra de ninguém no tempo. É a parte da história cuja compreensão é mais árdua para os historiadores, ou para quem quer que seja. Para o autor, nascido quando a Primeira Guerra Mundial chegava ao fim e cujos pais tinham 33 e 19 anos respectivamente em 1914, a Era dos Impérios fica nessa zona de penumbra (HOBSBAWM, 1995, p. 16).

Pode-se dizer que o 7º distrito, chamado Quilombo, recebeu este nome justamente por abrigar Quilombolas que na época da Revolução Farroupilha¹⁰² tiveram seu maior destaque. O sistema escravista do sul estava abalado, por ter que enviar homens para a guerra e não dispor de aparato necessário para a coerção das fugas. Ao recorrermos aos documentos oficiais deste período, encontramos cartas entre as autoridades que pedem auxílio financeiro para contratar homens para diligências ao quilombo a fim de capturar o grupo. Em todas as referências, se faz menção a um grupo de malfeitores e bandidos da Serra dos Tapes que deveria ser exemplarmente punido.

Não se tem nenhum documento oficial do período encontrado em defesa desse grupo; entretanto, Maestri (1996, p. 311) trabalha com a ideia da farsa do Processo Crime de Mariano, apontando que o defensor de Mariano não pediu apelação da sentença de morte que o Quilombola recebera. Tentamos identificar nas memórias deste passado outra versão, pois o historiador se encontra preso no presente trabalhando o passado, tendo que buscar nas entrelinhas¹⁰³ dos documentos oficiais os indícios¹⁰⁴ necessários para fazermos a travessia entre estes elementos.

Traçando um paralelo com a vida de escravizado nas charqueadas pelotenses, temos a descrição de Maestri (1988, p. 72):

As condições de trabalho nestes estabelecimentos eram duras. Devido à necessidade de expor as carnes ao sol, as charqueadas não funcionavam no inverno. Nos meses de safra- no verão- os negros deviam preparar a maior quantidade possível de carne. Trabalhava-se quase sem descanso. Eram comuns jornadas de trabalho de 17 a 18 horas. Como as instalações produtivas das charqueadas ficavam ao lado da senzala, os cativos

¹⁰² A Revolução Farroupilha ocorreu entre 1835 e 1845, conflito entre a elite gaúcha composta basicamente de estancieiros e charqueadores que lutavam contra o Império. Inicialmente buscavam que o charque gaúcho tivesse proteção em relação às taxas e comercialização no que se refere ao charque Platino; após, o movimento tomou o objetivo da independência da Província Gaúcha em relação ao Império brasileiro.

¹⁰³ Como nos referimos anteriormente, Maria Odila Dias (1998) trabalha com essa ideia.

¹⁰⁴ Ver sobre o paradigma indiciário em Ginzburg (1989).

paravam apenas para algumas horas de repouso. Domingos e Dias Santos eram desconhecidos. Às duras condições de vida e trabalho acrescia-se um férreo regime servil. Nas margens do arroio Pelotas concentravam-se várias charqueadas e milhares de escravos. Os senhores viviam no constante medo de revoltas e insurreições. No Rio Grande do Sul, o trabalho dos negros das charqueadas permitiu a formação de uma rica classe de proprietários.

O autor segue percorrendo, nas páginas seguintes, sobre as condições aviltantes em que vivia o escravo negro, menciona sobre suas poucas roupas para enfrentar nosso frio e sobre a alimentação, que geralmente consistia no aproveitamento de partes do boi “não aproveitáveis”,¹⁰⁵ das quais era feito um fervido. Também cita a forma como se alimentavam, em gamelas e coitês de madeira e barro, utilizando as mãos ou colheres de pau, de pé ou de cócoras.

Podemos então dizer, que a memória da origem do Distrito de Quilombo, ao trazer à tona lembranças da escravidão, seria uma questão a ser esquecida?

Remetemo-nos, a modo de exemplo, à questão do antigo cemitério citado por Dona Elaine. Pela tradição oral, comenta-se muito sobre um conflito e um antigo cemitério; inclusive a diretora da escola informou-nos que quando criança tinha um grande respeito pelo lugar, que tinha uma atmosfera “pesada”. Entretanto, foi construído naquele local a Comunidade religiosa evangélica Gratidão e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nestor Eliseu Crochemore, informação confirmada por KOLLING (2000, p. 43).¹⁰⁶ Questionamos se na época em que ocorreram as referidas construções, não era dada importância para o episódio do confronto, pois havia interesse no esquecimento de tal acontecimento? O silêncio sobre a história e a cultura quilombola na atualidade, como já comentamos no início desta narrativa, não estaria atrelado aos conflitos do passado e à dependência econômica em relação às outras etnias?

Ao realizarmos a pesquisa de campo, podemos dizer que os moradores têm uma memória coletiva sobre terem existido escravos ou escravos que fugiam para a região e se apoiam em elementos do Patrimônio Natural para lembrar. Muitos apontaram que os mais velhos contavam que os escravos sofriam muito.

Ao trazermos as histórias contadas pelos moradores em relação à

¹⁰⁵ Henning (2010) aborda a questão cidadã das Comunidades Negras Rurais na Serra dos Tapes e em seu trabalho há uma imagem de uma família que cozinha as “partes não aproveitáveis” do porco, aparecendo na foto inclusive uma cabeça deste animal.

¹⁰⁶ Kolling também relata que a chegada dos alemães fez parte da política de branqueamento implementada pelo governo. A partir da chegada dos colonos, os conflitos tiveram seu início em função do modo diferenciado em que os moradores Quilombolas e não-quilombolas eram tratados.

experiência da escravidão ou da resistência quilombola, iniciaremos com uma descrição um pouco mais detalhada do Distrito:

O Distrito de Quilombo está localizado em parte da Serra dos Tapes, entre outros distritos da Cidade de Pelotas e os municípios de Canguçu e de Arroio do Padre. Logo na BR 392 que é utilizada como acesso, percebem-se as mudanças na topografia, o terreno começa a elevar-se. Ao nos dirigirmos a este distrito, saímos da BR e adentramos numa estrada de terra sinuosa, chamada Estrada do Cristal, que ora sobe, ora desce, com ondulações e pedregulhos que dificultam o trajeto. É importante salientar que este é o caminho mais curto entre o centro urbano de Pelotas e a região, mas ele só pode ser feito com condução própria, uma vez que o transporte coletivo, que é de uma única empresa, faz outro percurso, muito mais longo. Levamos duas horas para chegar à comunidade que faz divisa com o município de Arroio do Padre,¹⁰⁷ antigo distrito de Pelotas.

A realidade ecológica é algo admirável, embora já muito modificada pela ação humana: deparamo-nos com morros que apresentam um contraste belíssimo, cobertos de bem-me-queres, de plantações de pêssego (v. Figura 36) que ao florescer apresentam a coloração rosa-arroxeadas, plantações de milho, cerros íngremes com mata fechada e bem no alto, geralmente, uma casinha que mal se avista. Encontramos propriedades com belas cachoeiras (sendo que a propriedade que apresenta cachoeira geralmente é utilizada como ponto turístico) e córregos e muitas famílias pobres, em que o número de pessoas e o tamanho da propriedade não têm capacidade para o sustento, sendo que muitos têm que ter outra ocupação, que não seja viver da produção de suas terras. Muitas vezes trabalham na “safra” em terras de outra pessoa ou também na fabricação de doces. Apesar de o distrito chamar-se Quilombo, atualmente é constituído de várias colônias.¹⁰⁸ Com a promoção da colonização, tanto pela iniciativa privada quanto pela iniciativa pública, hoje existe uma mescla de famílias das mais diversas etnias. São alemães, franceses, italianos e negros que compõem este cenário.

¹⁰⁷ O município de Arroio do Padre foi criado em 16 de abril de 1996, se emancipando de Pelotas pela Lei Estadual nº 10.738.

¹⁰⁸ Podemos citar como exemplos a Colônia Santa Maria (comunidade negra rural que não se reconhecem como tal), a Vila Nova, a Colônia Francesa e a Comunidade Alto do Caixão (já reconhecida pela Fundação Palmares e em processo de reconhecimento no INCRA como comunidade negra rural).



Figura 36 : Plantação de pêssego.
Fonte: acervo da pesquisadora

Apontamos que essa paisagem já foi bastante modificada pela influência humana ao longo do processo de colonização dessa região, constituindo-se assim como Paisagem Cultural. Outro elemento natural de vital importância são as nascentes e arroios da região. Citamos o Arroio Quilombo, pois segundo Maestri (1984), o registro da denominação deste Arroio é bem mais antigo do que o próprio nome do Distrito.

Quanto ao elemento água, constitui elemento da paisagem de fundamental importância neste contexto, uma vez que a Cidade de Pelotas e região colonial são permeadas por arroios que se interligam chegando ao Canal São Gonçalo, à Laguna dos Patos e conseqüentemente ao mar.¹⁰⁹

Em nossas visitas ao Distrito do Quilombo e ao Distrito Triunfo, nossos “guias” nos trouxeram muitas informações sobre seu cotidiano e sua relação com o Patrimônio Natural da região:

Ao subirmos no Morro do Quinongongo para atestar que este era um lugar estratégico usado como mirante e esconderijo eles rememoraram que “... as frutinhas (v. Figura 37) eles comiam quando crianças e que estavam mais acostumados a andar no mato e que agora estavam tendo dificuldades.”[...]

¹⁰⁹ Ao mesmo tempo em que isso facilitava o acesso à entrada e saída de mercadorias na região, também facilitava aos escravos que conseguiam atravessar essas barreiras naturais sua proteção, pois exigia muito preparo para quem se aventurava a transpor esses arroios. Assim, os fugitivos ao estarem seguros numa região mais alta (como a Serra dos Tapes), e ao montarem rondas, conseguiam visualizar de longe as partidas e tinham o tempo necessário para avisar demais quilombolas de forma que pudessem fugir. Também podemos perceber que a diversidade da fauna da região possibilitou que os quilombolas sobrevivessem.

aprendemos com os pais que tudo que passarinho come também se pode comer” (Nilo Dias).



Figura 37: Frutas mencionada pelos “guias”.
Fonte: acervo da pesquisadora.

Visualizamos nas fotos abaixo a visita ao morro:



Figura 38: Entrada da caverna no Morro
Fonte: acervo E.M.E.F. Nestor E. Crochemore



Figura 39: Vegetação no Morro do Quinongongo
Fonte: acervo da pesquisadora



Figuras 40 e 41: Vista da cidade de Ganguçu no alto do morro.
Fonte: acervo da pesquisadora



Figura 42: Pedras que formam um abrigo no morro.
Fonte: acervo pesquisadora

Na sequência de fotos, temos a entrada de uma caverna (v. Figura 38) que fica no Distrito Triunfo, no morro do Quinongongo (v. Figura 39,40 e 41), existindo próximo deste, hoje, a Comunidade Negra Rural do Algodão, que, no século XIX, fazia parte dos vários locais utilizados pelos Quilombolas fugidos das charqueadas. Segundo os moradores locais, e o Padre Capone, anteriormente citado, esta caverna (v. Figura 38) era utilizada pelos Quilombolas para montarem guarda, e por ser um local mais elevado, possibilitava ver de longe quando as partidas estavam se aproximando e estes tinham um tempo que lhes possibilitava a fuga.

Este morro, também denominado “cerro”, apresenta uma peculiaridade importante: de um lado podemos avistar a região de Canguçu e, de outro, a região de Pelotas; na caverna, existem caminhos que se comunicam, e a entrada, ao que

tudo indica, foi fechada com pedra, de forma que a abertura ficou do tamanho de uma pessoa, e encoberta pela vegetação se constituía um esconderijo perfeito. Também temos outras pedras que, da forma como estão dispostas, parece que foram aproximadas para que servissem de abrigo (v. Figura 42). Além disso, a região é rica em uma flora e fauna, que para quem conhece poderia facilitar a caça e a coleta, e ao pé do cerro temos o Arroio Quilombo, que fornecer a água necessária. É preciso mencionar que a questão da sobrevivência dos antigos Quilombolas na região fora mencionada pelos nossos “guias”.

Outra questão que preocupa os moradores são os sepultamentos. Segundo eles mesmos, os moradores da Comunidade do Algodão e da Comunidade do Alto do Caixão são enterrados neste (v. Figura 43) cemitério, que só tem uma lápide de material. Os corpos estão enterrados no solo e hoje em dia existe uma determinação de que os sepultamentos não podem mais ser feitos diretamente na terra, em função da contaminação do lençol freático. A questão principal é a financeira, pois para os moradores construir túmulos é uma despesa alta. Em trabalho realizado pelo CAPA, encontramos o seguinte texto:

Existe no Quilombo do Algodão um vestígio histórico importante que é a presença de um antigo cemitério. Nas entrevistas realizadas com os mais velhos fica evidente que o local representa um marco de aproximação das comunidades. Ao serem perguntados sobre a construção de um centro comunitário, os moradores foram unânimes em afirmar que deveria ser ao lado do cemitério, pois ali estava a sua reafirmação identitária: é no Cemitério dos Negros que plantam suas raízes e deixam marcas de sua presença na localidade. Dona Eva Nunes Lacerda, que durante muitos anos partejou o nascimento das crianças, conta que “todos são enterrados ali. Têm muitos que quando eles moravam longe, assim como em Pelotas! Moravam em São Lourenço do Sul, Canguçu, aqueles ficam por lá, mas daqui da volta todos são enterrados ali... Desde que eu moro aqui, os meus pais moravam bem pertinho, eles tão enterrados ali, pai, mãe, avô, bisavô. Tá tudo ali naquele ceminterinho, irmão, fio, marido, tio... tudo ali” (CAPA, 2010, p. 22).

Nesta visita à Comunidade do Algodão, Nilo e Edgar nos explicaram que naquele cemitério só estão enterrados negros, que antigamente os quilombolas só tinham aquele espaço, e hoje em dia já se enterram negros no cemitério Viúva Mielke. Entretanto, geralmente àqueles que são enterrados neste último, são alguns moradores do Alto do Caixão que possuem condições de construir lápides; os mais pobres são sepultados no Cemitério do Algodão (v. Figura 43), o qual podemos visualizar na foto a seguir.



Figura 43: Cemitério do Algodão, Serra dos Tapes.
Fonte: HENNING, 2012.

Voltando aos elementos naturais da paisagem, os morros e cerros: se por um lado, no passado, foi um elemento que auxiliou os primeiros Quilombolas a se esconderem e identificar as autoridades e capitães do mato que vinham do Centro Urbano, também, por outro lado, poderiam ter gerado e geram até os dias de hoje muitas dificuldades.

Tivemos a oportunidade de fotografar esta área, e podemos atestar que a região em questão é muito acidentada. No caso dos Três Serros, podemos dizer que é uma região de difícil acesso e que, para bem fotografá-lo, não chegamos perto, no intuito de demonstrar toda sua abrangência. No caso do morro do Quinongongo, foi um percurso muito enriquecedor, pudemos sentir as dificuldades do meio, o acesso é a pé adentrando mata fechada, com perigo de se escorregar e descer ladeira abaixo, sem contar a ameaça de animais.

Hoje aquele espaço é propriedade particular e tivemos de pedir licença para subir ao morro. Enquanto o dono do local esteve conosco a nos auxiliar no percurso, Edgar, vice-presidente da Associação da Comunidade do Alto do Caixão, e Nilo, presidente da Associação da Comunidade do Algodão não discutiram assuntos ligados às Comunidades.

No carro, eles confidenciaram que, na Comunidade do Algodão, ainda há uma forte resistência à integração entre os moradores e seus vizinhos alemães. Os segundos não convidam os primeiros para festas; somente para o trabalho. Já no Alto do Caixão as relações são mais brandas, uma vez que muitos casamentos

ocorreram entre as outras etnias e os moradores da Comunidade.¹¹⁰ Um exemplo apontado por Edgar, vice-presidente da associação dos moradores do Alto do Caixão, é que os moradores planejavam fazer um bingo, e a Comunidade Católica que é utilizada para reuniões e eventos estaria ocupada; os mesmos pediram então o espaço de outra comunidade cristã da região e não enfrentaram problemas, inclusive após o evento a Paróquia ofereceu novamente o espaço, pois acharam tudo bem organizado (sem distúrbios da ordem e da moral) e que o evento trouxe movimento ao local.

No Distrito de Quilombo, segundo Edgar, existe um cerro com local semelhante ao que visitamos, com cavernas e pedras que serviam de esconderijo e nos dão uma visão privilegiada da região; entretanto, segundo ele, não temos acesso a esse cerro, pois o proprietário não faz uso do local e o mato tomou conta, não sendo possível adentrar no mesmo.

Seguindo em nossas pesquisas, falamos com moradora da Vila Nova (Colônia que existe dentro do Distrito de Quilombo) Senhora Elaine Ribes,¹¹¹ que nos indicou os Três Serros (v. Figura 44), dizendo que já esteve no local e que só conseguiu ir lá com um jipe, que é um local de difícil acesso, e já está quase na divisa com o outro município, Arroio do Padre.¹¹²



Figura 44: Três Serros
Fonte: acervo da pesquisadora.

¹¹⁰ Neste ponto nos questionamos se a característica apontada sobre o Alto do Caixão não seria um indício de que as estratégias adotadas pelas autoridades deram certo, pois ao trazer outras etnias para a região foram estabelecidas as religiões dessas respectivas etnias e, com os casamentos acontecendo, a miscigenação cultural ocorreu e muitas práticas quilombolas estão sendo deixadas de lado.

¹¹¹ Dona Elaine nos disse que não sabe por que este se chama Três Serros, pois segundo a sua visualização são mais de três montes que compõem aquela cadeia de montanhas.

¹¹² Esclarecemos que “cerro” refere-se à toponímia (morro, monte) e “serro” somente ao nome próprio Três Serros.

A versão de que os Quilombolas utilizavam-se da altitude privilegiada da Serra dos Tapes, em relação ao Centro Urbano da Vila, já foi incorporada no imaginário dos moradores da região na atualidade, pois em reportagem do Diário Popular de 26.11.2000, o Padre Luiz Armindo Cappone,¹¹³ que há quase 30 anos é o responsável pela paróquia da Colônia Maciel, localizada a aproximadamente 35 quilômetros do local onde existiu o quilombo, diz:

“Eram três quilombos ao todo: O Quilongongo, o Jesus de Nazaré e o Santa Maria. No primeiro, dizem que chegaram a viver quase 100 famílias.”, conta. Localizado em um cerro de 90 hectares, em meio ao que hoje é a localidade de Rincão da Cruz, 8º distrito de Pelotas, o quilombo era, segundo o Padre, um lugar bem protegido e equipado com túneis e mirantes de pedra construídos pelos próprios escravos. A posição geográfica privilegiada permitia que os ex-escravos pudessem avistar a aproximação das tropas da intendência a pelo menos 20 quilômetros de distancia. O que numa época onde os soldados andavam principalmente a pé, garantia-lhes tempo mais do que suficiente para esconderem-se ou prepararem a defesa do quilombo. Enquanto que as gigantescas pedras e o terreno acidentado surgiam como barreiras naturais capazes de garantir ainda mais a segurança do lugar e dos fugitivos, que em meio à mata regozijavam a liberdade. A organização do quilombo era, segundo o padre Cappone, muito parecida com a de outros locais semelhantes, baseada principalmente na vida comunitária, onde tudo pertencia a todos. Os outros dois quilombos estavam localizados num perímetro de 15 quilômetros do Quilongongo. Porém, segundo o padre Cappone, nestes dois locais as populações eram muito reduzidas, se comparadas com o primeiro, ficando em no máximo 30 famílias em cada local. “No Santa Maria os negros podiam vislumbrar a área hoje ocupada por Pelotas, Canguçu e Morro Redondo, enquanto que no outro as formações rochosas garantiram abrigo e seguranças para os fugitivos,” comenta (DP, 26-11-2000, p. 8).

Os Quilombolas daquela época, certamente ao estarem acostumados a adentrarem nos matos, chegavam a um ponto mais alto que lhes possibilitava a visão.

Tanto o Padre Capone quanto a Senhora Elaine apresentaram a versão de histórias “de ouvir falar”. Ela nos disse que muito era contado por seu já falecido sogro, o Senhor Lino Ribes.¹¹⁴

¹¹³ Gostaríamos de salientar que, ao encontrarmos a referida reportagem, fomos ter com o Padre Cappone, que nos recebeu de bom grado. Porém, como a Senhora Elaine, eles não se sentiram à vontade com o gravador, e, em respeito aos mesmos, mantivemos uma conversa informal. Os dois se prontificaram em esclarecer dúvidas surgidas durante esta pesquisa quanto à localização de certos locais, e o Padre, com o adiantado da idade, afinal desde a reportagem até agora se passaram 12 anos, forneceu outras informações. Ele disse que essas eram histórias que ele ouvira falar pela comunidade e de pronto indicou que a pesquisadora procurasse uma pessoa mais antiga na Comunidade do Alto do Caixão.

¹¹⁴ Embora a família Ribes seja de etnia francesa, o Senhor Lino era considerado um pesquisador na região. Ele escrevia diários em que anotava os acontecimentos do seu dia-a-dia, e sua filha os guarda até hoje, juntamente com a biblioteca que herdou de seu pai. A Senhora Elaine diz que seu

Nos dois casos, tanto as informações da Senhora Elaine quanto do Padre Cappone se enquadram na ideia da autenticidade da memória de Thomson, Frisch e Hamilton (2006, p. 85):

O fato de a história e o jornalismo privilegiarem atualmente a “testemunha ocular” dos eventos do passado criou dificuldade para alguns historiadores. Por um lado, a estrutura positivista da lei e da história tradicionais ocidentais determina que os fatos sejam corroborados por depoimentos de pelo menos duas testemunhas (ou outras provas documentais); por outro lado, há o problema de conferir a uma “testemunha ocular” autoridade exclusiva para interpretá-los.

Talvez, eles não tenham se sentido à vontade diante do gravador, pois não julgam que saibam coisas importantes, a ponto de ser uma referência que possa ser utilizada em um trabalho acadêmico. Talvez no senso popular e dos nossos depoentes há uma perspectiva de que histórias de boca-em-boca, contadas pelos antigos, não possam ser levadas a sério, e como não tinham posse de fontes escritas, não quiseram tal comprometimento, ou simplesmente, o gravador os tenha intimidado.

Seguindo ainda as palavras de Thomson, Frisch e Hamilton (2006, p. 85) sobre a memória e seus conflitos o autor coloca:

No que diz respeito a grupos, as memórias são consideradas individuais, mas ocorrem os maiores conflitos quando as pessoas insistem em que as lembranças dos outros sejam iguais às suas. Reuniões e aniversários são frequentemente fóruns de áspersos debates entre os participantes sobre a memória de um evento, mesmo quando todos o testemunharam. Eles discutem o que se passou e que interpretação dar à experiência, o que costuma ser negociado pelo processo coletivo da rememoração. David Thelen nos lembra que, “como as memórias das pessoas conferem segurança, autoridade, legitimidade e, por fim, identidade ao presente”, não é de surpreender que, “os conflitos acerca da posse e da interpretação das memórias sejam profundos, frequentes e áspersos”. Essa observação é particularmente evidente no transcorrer de entrevistas de história oral, quando historiadores como eu se vêem frequentemente diante de histórias de passados pessoais que são meios de dar sentido à exclusão e à perda nas vidas atuais de idosos.¹¹⁵

sogro comprou uma algema que fora achada numa propriedade que teria tido uma senzala no passado e que a teria doado para o Instituto Histórico de Porto Alegre, e hoje, com a fundação do Museu da Colônia Francesa, Dona Elaine tem esperança de que o objeto seja devolvido à comunidade (tivemos a oportunidade de entrevistar a proprietária das terras, onde existe a referida ruína, que conta hoje com 95 anos e obtivemos relatos importantes que corroboram informações encontradas no processo crime analisado- voltaremos a fazer referência desta entrevista). Outra questão que a Senhora Elaine nos confidenciou é que até hoje existem pessoas na colônia e até mesmo ela própria que têm dificuldades em se referir aos negros da região, pois foram criados achando falta de respeito se referir a eles como “negros” e que ainda usam o termo “moreno” para tal.

¹¹⁵ Em outro trabalho, o autor faz um estudo de caso sobre as memórias de Anzac e as memórias de Fred Farraw, ex-combatente australiano, no qual o mito de Anzac deveria trazer a lembrança de

Sabemos que muitas memórias da escravidão não são contadas, e no nosso caso, os documentos oficiais apontam para um grupo de malfeitores, no que se refere ao “bando de Padeiro” (termo que encontramos no Processo Crime e Atas da Câmara), e que durante muito tempo perdurou no imaginário local, silenciando os seus descendentes a ponto de até hoje encontrarmos grupos que não se reconhecem como negros e como pertencentes às comunidades negras rurais.¹¹⁶

Sobre a memória individual, Thomson (2001, p. 2) esclarece:

Compomos nossas memórias para dar sentido à nossa vida passada e presente. “*Composure*” (composição) é o termo apropriadamente ambíguo usado pelo grupo de memória popular para descrever o processo de elaboração da memória. Por um lado, “compomos” (*composse*) ou construímos memórias usando a linguagem e significados públicos da nossa cultura. Por outro lado, compomos memórias que nos ajudem a nos sentirmos relativamente confortáveis com nossas vidas e que nos dêem um sentido de serenidade (*composure*). Reelaboramos ou reprimimos experiências que ainda são dolorosas e “perigosas” porque elas não se ajustam facilmente à nossa identidade atual, ou porque seus traumas e tensões inerentes nunca foram plenamente resolvidos.

Dessa forma, nossa pesquisa esbarra nas dificuldades que as pessoas da região ainda têm em falar sobre este assunto. Muitos não sabem como se dirigir aos negros da região. Tem medo de ofendê-los, se perguntarem sobre sua história, pois é uma história que ainda deixa marcas profundas pela forma com que foram tratados. Uns silenciam, outros “esquecem”, outros se revoltam e outros lutam.

Porém, ao contrário do que pensam nossos anfitriões informantes, em suas memórias são guardadas informações preciosas que, à semelhança de um quebra-cabeças, nos levam aos indícios dessa história há muito silenciada. Foi o que ocorreu em relação à Senhora Elaine, professora aposentada, em torno dos seus 60 anos de idade. Em nossa primeira visita, ela alegou que não tinha muito o que contar, que a pessoa mais indicada era o Zezinho, do Trilha Jardim, pois eles se interessavam por esse assunto e falavam muito no líder do Quilombo (referiu-se ao Memorial Manuel Padeiro), “...e que tinham até um lugar que eles mostravam pra todo mundo quando falavam nessas coisas.” A pesquisadora lhe disse que já

um herói de guerra. Em entrevista o autor afirma: “Descobri a realidade por detrás do mito.” O autor utiliza o estudo de caso para dar sentido à relação geral entre memória individual e mito coletivo.

¹¹⁶ É o caso da Comunidade Santa Maria, que não se reconhece como comunidade negra rural, mesmo sabendo que, hoje em dia, que estas áreas têm uma política especial em relação à posse da terra praticada pelo governo na figura do INCRA.

conhecera o local, mas que ela não se preocupasse, pois o importante seria o que ela lembrava, e que certamente poderia ajudar muito na pesquisa, e de fato foi o que ocorreu. Dona Elaine disse que quem sabia muito sobre o assunto era seu falecido sogro, o Senhor Lino Ribes, que poderia ser considerado um historiador. Mas que ela sabia que tinha um caminho ao lado da comunidade religiosa do local, que se transformou num córrego (inclusive hoje poluído – v. Figuras 45 e 46), e ao qual a comunidade da região se referia como caminho que fora utilizado pelos “negros fugidos”, para irem mais para dentro dos cerros, quando de sua chegada dos lados da Cascata.



Figuras 45 e 46: sanga que se formou ao longo dos anos
Fonte: acervo da pesquisadora

Nesta ocasião, ao fotografar o local que hoje pertence à comunidade religiosa, e a cujo lado se encontra o posto de saúde e a escola, perguntamos se ela não sabia sobre um antigo confronto entre alemães e negros, ao qual as crianças e professores da escola se referiam. Ela disse que não sabia de nada, mas que quando criança sua avó tinha o costume de homenagear os finados parentes levando flores e ela ia junto, ao que passavam por ali (apontou para os fundos do colégio, entre a horta e o mato que existe atrás da mesma – o que pode ser visualizado nas figuras 47,48 e 49) e sua avó colocava flores perto daquele mato nos fundos da escola,¹¹⁷ dizendo que ali havia alguns parentes da família, e seguiam

¹¹⁷ O antigo cemitério pode ser considerado como exemplo do apagamento, zona de penumbra ou invisibilidade da memória da experiência da escravidão nesta região. Foi neste local que a comunidade e a escola foram construídas, conforme mencionado nas páginas anteriores.

a pé até o cemitério francês que tem no alto de um morro, na então antiga Colônia Francesa.



Figuras 47 e 48: Fundos da E.M.E.F Nestor Elizeu Crochemore.
Fonte: acervo da pesquisadora.



Figura 49: Comunidade Luterana ao lado da Escola
Fonte: acervo da Pesquisadora

Após esse breve relato, fomos a casa em que fora achada uma algema e restos de uma senzala e onde o Senhor Lino havia comprado a algema e logo após doado ao Instituto Histórico e Geográfico de Porto Alegre.



Figura 50: Entrada da propriedade
Fonte: acervo pesquisadora

Figura 51: ruínas da senzala
Fonte: acervo pesquisadora

Na figura acima(v. figura 50) temos a entrada da residência onde existem os restos de uma senzala (v. Figura 51) que estaria localizada nas árvores ao lado da casa branca. Dona Elaine disse que só existem ruínas e ali a referida algema teria sido achada. Conseguimos entrevista com a proprietária da residência, a Senhora Edith Fouchy Jouglard, que hoje está com 95 anos, a qual nos informou que fora morar ali com o marido, ainda jovem, e que ao se depararem com a construção, tinha o telhado de palha, e dentro uns troncos de coqueiro (giribá) cortados ao meio, colocados no chão, e cobertos com a folha da mesma árvore de forma trançada, o que dava um aspecto de cama e coberta.¹¹⁸ Nossa anfitriã nos mostrou um sino (v. Figura 53) que ela afirma ter sido encontrado próximo à suposta senzala e ao Arroio Quilombo (v. Figura 52) que passa pela propriedade, enfatizando que o referido arroio era muito importante no passado, pois era fonte de água potável e de alimento (peixe)¹¹⁹, e “...*pelo que sabia o arroio era que nem as estradas de hoje em dia.*”

¹¹⁸ No capítulo que aborda o processo e os quilombolas do século XIX, temos o relato de que os mesmos faziam seus ranchos e cobriam com palha de giribá (árvore de frutos pequenos, que são chamados pelos locais de “coquinhos”).

¹¹⁹ Hoje em dia os agricultores usam muito agrotóxicos nas lavouras, o que polui a água e a mata no entorno. O CAPA tem feito formações na região incentivando que o pequeno agricultor (em especial as comunidades negras rurais- que possuem pequenos lotes de terra) que pratica a agricultura familiar não utilize venenos e sim formas alternativas de adubos.



Figura 52: Fundos da propriedade
Fonte: acervo pesquisadora

Figura 53: Sino encontrado por Dona Edith.
Fonte: acervo pesquisadora

Por fim, ao finalizarmos o relato de reconhecimento da região, onde Dona Elaine fora nossa interlocutora, ela nos disse que a ponte onde o ônibus passa e que todos tinham medo de cair por causa das enchentes e que hoje foi construída outra ao lado, é a ponte onde se encontram o Arroio Quilombo e o Arroio Pelotas,¹²⁰ denominada Ponte Cordeiro de Farias (v. Figura 54), sendo provável que existam outros pontos de encontro dos dois arroios, não conhecidos por ela, e que não saberia precisar qual seria a Velha Ponte de Madeira¹²¹ e nem que esse local fora referido por seu Lino como local onde o Quilombo de Manuel Padeiro estaria quando de sua captura.



Figura 54: Ponte onde se encontram o Arroio Pelotas e o Arroio Quilombo
Fonte: acervo da pesquisadora

¹²⁰ O Arroio Pelotas é considerado Patrimônio Cultural do Estado segundo a lei Estadual nº 11.895/2003 do Deputado Bernardo de Souza.

¹²¹ Foi feita referência à tal ponte no primeiro capítulo

Já um pouco mais adiante da Vila Nova, em direção `Comunidade do Alto do Caixão, passamos por outra ponte, identificada por uma placa que diz: Ponte sobre o Arroio Quilombo (v. Figura 55).



Figura 55: Ponte sobre o Arroio Quilombo
Fonte: acervo da pesquisadora

Ficamos acertados que na semana posterior entraríamos em contato com a filha de seu Lino, a Dona Ivone Ribes, cunhada de Dona Elaine, pois esta seria a guardiã do acervo de Seu Lino e seria possível que ele soubesse de algo.

Ao chegarmos à residência de Dona Ivone, fomos recebidos com a mesma cordialidade da semana anterior, Dona Ivone e Dona Elaine foram muito solícitas e lembraram, “puxando pela memória”, que existe ainda vivo um senhor chamado Maurílio no Alto do Caixão, que trabalhou com seu Lino na época em que a família tinha uma fábrica de vinhos na região, e este seria filho de escravos e que poderia nos conseguir outras informações referentes ao Quilombo de Manuel Padeiro. Lembraram também que existiu um local, próximo às residências dos “Morenos”, em que a estrada foi alterada onde morreu um escravo, e, quando meninas, tinham medo de passar lá, pois ele poderia aparecer como “assombração” e que talvez fosse algum escravo que tivesse morrido na época em que pesquisava. Entretanto, em nossas investigações, segundo Zênia de León (1994), esta é outra história da região.¹²²

¹²² Ao que tudo indica, a história de os antigos Proprietários das Terras esconderem dinheiro e matarem o escravo que o ajudara permeia o imaginário local. A Senhora Ilda e a Senhora Edith em seus relatos contam essa história, assim como o vice-presidente da Associação dos moradores do Alto do Caixão, quando justificava o porquê de não se falar muito nessas coisas de negro, pois “... era coisa muito triste antigamente”.

Diante do que foi exposto acima, procuramos apontar a memória da escravidão a partir dos conhecimentos de moradores locais, tanto das Comunidades Negras Rurais pesquisadas, quanto de moradores de outras etnias. Foram utilizados em sua maioria elementos do Patrimônio Natural para contar essas histórias através da tradição oral. Destacamos que as memórias da experiência da escravidão e da resistência apresentam-se nos nomes locais, que nos foram apontados em sua maioria pelos “não-quilombolas”. Fatos relacionados à resistência nos foram mencionados pelo líder da Associação da Comunidade do Algodão e pelo vice-líder da Associação da Comunidade do Alto do Caixão.

Quanto aos moradores destas Comunidades Negras Rurais, embora seja necessário um aprofundamento maior, acreditamos não terem vontade de falar sobre a experiência da escravidão. Suas falas são permeadas pelas experiências familiares, de trabalhos, enfim do cotidiano de suas vidas e seu papel familiar e comunitário. Em seus depoimentos, percebemos que muitas práticas de seu cotidiano mostram algumas permanências no sentido da simplicidade no modo de viver, dos conhecimentos práticos sobre as lides do mundo rural, do uso de materiais encontrados na natureza, que no passado serviam e ainda servem como utilitários e hoje ainda agregam uma fonte de renda através da venda dos produtos, como o exemplo dos cestos de palha, a feira com os produtos produzidos pelos moradores, as ervas cheirosas e chás que são usados como medicação e são vendidos no centro da cidade... A família Vieira orgulha-se ao contar que “...ao chegar no Alto do Caixão tudo era mato...tudo foi muito difícil...”; entretanto “...antigamente não se falava muito nessas coisas dos morenos...”. Embora se reconheça o passado escravo, a figura de Manuel Padeiro não se faz presente nos relatos da maioria dos moradores; somente os líderes falam deste.

Pelas características de uma pesquisa de mestrado, o fator tempo não nos possibilitou abarcar um trabalho de entrevistas com todos os moradores da Comunidade do Alto do Caixão, e ainda nos restam muitas dúvidas as quais demandam o prosseguimento de pesquisas; entretanto, acreditamos que a estrutura social e os conflitos, gerados durante o século XIX e início do XX, levaram os moradores do Alto do Caixão a um estado de precariedade econômica, que por consequência resultou durante muito tempo numa dependência em relação aos

“outros colonos”, o que provavelmente gerou um processo de silenciamento, medo em falar e vir à tona os conflitos do passado.

Dessa forma ficaram os seguintes questionamentos: Os moradores da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão não têm o sentimento de pertencimento à história dos Quilombolas do grupo de Manuel Padeiro no século XIX por conta desse processo de silêncio e apagamento sofrido ao longo do tempo? Ou, eles têm o sentimento de pertencimento e têm o receio em falar, pois não querem gerar conflitos? Ou, simplesmente essa história se torna exógena para eles, visto que a história do casal Vieira é o que lhes remete à ancestralidade de descendentes de uma negra e um índio?

Por outro lado, mudanças podem ser apontadas a partir do momento em que os moradores recebem orientações e auxílio de órgãos como o CAPA, EMBRAPA, UFPel, entidades religiosas,... Ao mesmo tempo em que estas instituições têm por objetivo possibilitar aos moradores através de variados projetos a condição cidadã dos mesmos, elas também interferem na visão de mundo e nos saberes-fazeres destes. Assim, ainda há o cultivo de ervas de chá, mas se diz não à prática da benzedura. Os anciãos da comunidade também se queixam de que as crianças – embora os pais não tenham condições de comprar, em muitos dos casos – são fascinadas pelas tecnologias, pedindo sempre celulares, computadores, e na falta elas vão à casa de alguém que tenha, não escutando mais os conselhos e ensinamento dos mais velhos.

Ao terminarmos este capítulo, enfatizamos que a memória da escravidão e da resistência quilombola está presente no cenário composto pelo território da Serra dos Tapes, principalmente através do Patrimônio Natural, em seus cerros, vegetação, arroios, pedras que compõem uma paisagem repleta de uma fauna bela e exuberante e não menos perigosa. No passado e ainda no presente, é necessário muitos saberes para poder aproveitar o que a natureza da região oferece. Esporadicamente, conseguimos vestígios materiais do passado escravista e quilombola, como o documento em alemão da comunidade que foi construída no local do conflito, traduzido pelo pastor Nilo Kolling, ou as ruínas da senzala na casa de Dona Edith, cujo sino aparece na figura 53. Entretanto, iniciativas de salvaguarda, proteção e exposição da cultura local por órgãos oficiais têm sido feitas em relação às etnias alemãs, italianas e francesas (como anteriormente citados os museus

etnográficos da região, que estão sob a tutela da UFPEL e do IMP (Instituto Memória e Patrimônio)). No caso dos Quilombolas, as marcas do passado não se concretizam em objetos ou monumentos; sua ancestralidade tem uma forte ligação com a natureza, pois monumentos são erigidos quando se quer lembrar algo, e no caso essa lembrança gera conflitos. Quanto aos objetos, muito se perdeu, pois as gerações não atribuíam valor histórico aos mesmos, e muitas propriedades mudaram de donos, como foi o caso da residência onde temos a ruína da senzala; alguns objetos foram destruídos por medo dos pesquisadores e outros, perdidos pelo desgaste do tempo.

Na visita à família Vieira, os únicos objetos que nos foram mostrados com orgulho foram os quadros da família, os quais foram pintados (v. Figuras 5 e 6) de uma forma tradicionalmente utilizada pelos moradores da zona rural. Estes se tornam de inestimado valor, pois mostram as ideias que permeavam a época; neles a família se prepara para o evento, não está retratada uma cena cotidiana ou de trabalho.

Encerramos este capítulo com o mapa a seguir, que foi confeccionado a partir das informações que obtivemos na pesquisa de campo sobre as memórias da experiência escrava e da experiência quilombola segundo os moradores locais. Destacamos o referido mapa (v. Figura 56) como fonte que pode ser utilizada com a finalidade de valorizar a história de lutas e resistências da etnia negra na região, tanto do passado Quilombola na figura de Manuel Padeiro e seus companheiros quanto na luta da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão em busca de sua condição cidadã.

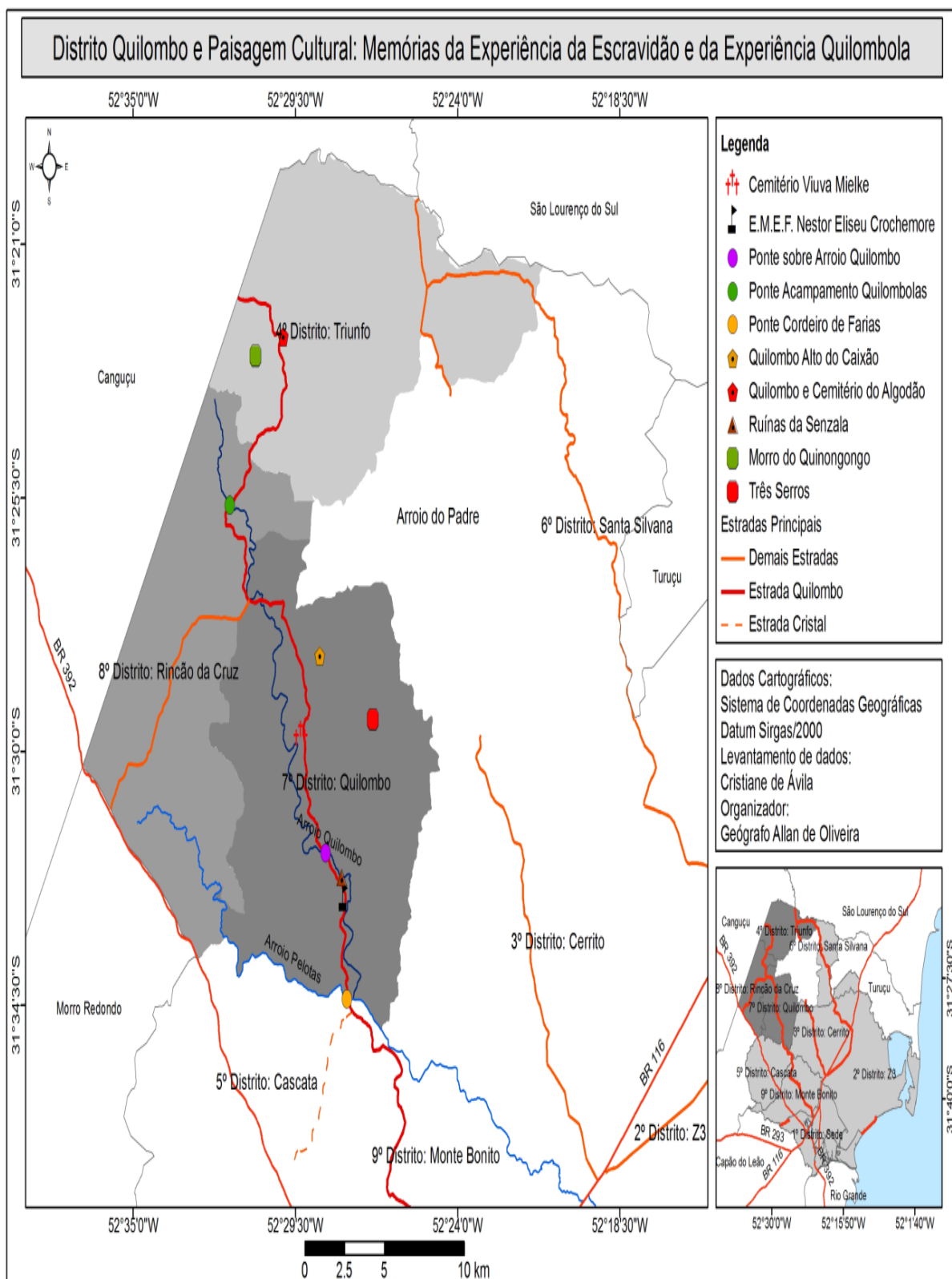


Figura 56 – Distrito de Quilombo e Paisagem Cultural

6 Considerações Finais

Apesar dos 10 anos da Convenção do Patrimônio Imaterial, das iniciativas em patrimonializar os saberes-fazeres e manifestações culturais, ainda surgem dúvidas sobre as formas de conduzir esses processos. Quais são os impactos sofridos pelas comunidades envolvidas? Apontamos exemplos que questionam os benefícios e interesses envolvidos.

Quanto às leis no Brasil em relação às políticas afirmativas para os afrodescendentes, o discurso do próprio governo enuncia que seu objetivo é reparar a situação de vulnerabilidade dos mesmos, que foi construída historicamente.

Algumas conquistas sociais só têm se concretizado a partir da luta dos atores sociais envolvidos; ainda há muitas distorções e interpretações das informações conforme os interesses de cada grupo. As políticas públicas a que os outros grupos têm acesso, tais como “Minha Casa, Minha Vida”, “Bolsa Família”, somente agora têm beneficiado as comunidades negras rurais e geram sempre críticas contra esses grupos. Ressaltamos que, mesmo com ações de instituições que servem como pontes entre as comunidades e as políticas, ainda assim a condição histórica de dependência e de alijamento das condições materiais é eminente. Quanto ao processo de patrimonialização, acreditamos que seja uma alternativa, embora existam exemplos em que a turistificação acaba deturpando as práticas e os saberes-fazeres das comunidades. Entretanto, acreditamos que um trabalho em conjunto com vários profissionais que envolva desde historiadores, economistas, médicos, enfermeiros, educadores, sendo que estes últimos atuem com ênfase em Educação Patrimonial, possa instrumentalizar os moradores para reestruturar a comunidade a fim de que adquiram a tão sonhada autonomia e a condição cidadã. Abrimos um parêntese quanto à patrimonialização do Patrimônio Cultural, que traz a lembrança das experiências Quilombolas e da escravidão na região, pois destacamos que os moradores da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, ainda apresentam-se temerosos em saírem da invisibilidade perante as outras etnias locais. Como afirmaram nossos entrevistados: “...antes, não se falava muito essas coisas dos morenos...” ou “...tem que cuidar pras outras crianças não ridicularizar as nossas.”

Entretanto, os próprios moradores confessam que sonham em ter uma sede própria para a Associação, seria um local para estudos, com sala de computadores

reforço escolar, biblioteca (Arca das Letras), cursos profissionalizantes e também para a venda de artesanato e doces que os moradores produzem.

Porém, até o momento, as leis e ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais têm proporcionado intervenções isoladas que funcionam como paliativos, gerando expectativas de melhorias que a qualquer troca de dirigentes podem acabar.

No caso analisado, a tentativa de rememorar o espaço da experiência Quilombola do século XIX a partir da figura de Manuel Padeiro provavelmente indica um processo exógeno ao processo de reconhecimento da comunidade do Alto do Caixão, sendo que esta última é uma iniciativa governamental, e a primeira, um processo de iniciativa particular e local.

Para os Quilombolas, aparentemente desprovidos de bens patrimoniais materiais, os chamados de ‘pedra e cal’, o importante é a luta pelo bem-estar social, pois ainda há todo um receio de rememorar as histórias dos “morenos.”

Ao chegar ao final desta narrativa, cabe a pergunta: seria importante para a Cidade de Pelotas um processo efetivo de patrimonialização da figura de Manuel Padeiro como ocorreu com Bispo do Rosário?¹²³ Numa cidade tão negra como Pelotas, não seria importante que a população soubesse da experiência quilombola da região? Ao estarmos completando 10 anos de discussões e debates sobre políticas públicas¹²⁴ afirmativas no que tange ao direito de grupos minoritários como os negros e em especial as comunidades negras rurais, não seria importante que as leis, além de serem discutidas, fossem implementadas no sentido de contar a história desses brasileiros para valorizar as manifestações culturais dos mesmos?

As marcas do passado escravista, quilombola e conflituoso, existem e, como foi demonstrado ao longo deste trabalho, elas são sutis, não sendo representadas muitas vezes em construções “de pedra e cal” e sim em elementos singelos importantes para a sobrevivência humana, tais como a água, terra, flora e fauna, que aliados à ocupação dos grupos humanos compõem a Paisagem Cultural da região.

¹²³ Sobre Bispo do Rosário veja em Borges (2011). O artista viveu seus últimos tempos no sanatório, morreu no esquecimento e pobre, entretanto, sua cidade natal patrimonializou sua figura, erigindo uma estátua sua e valorizou o artesanato local, pois atribuíram a inspiração das peças e os pontos utilizados na arte do Bispo.

¹²⁴ Nesse sentido, como apontamos nas reflexões iniciais deste trabalho, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO junto aos seus países membros é de 2003, a lei 10639 que torna obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas e foi substituída pela 11645/2008 para incluir o estudo da cultura indígena também completou 10 anos, bem como o decreto 4887 que regulamenta a regularização das terras quilombolas.

Sendo assim, talvez uma iniciativa governamental e interdisciplinar promovendo a patrimonialização da história e da cultura local, bem como o desenvolvimento sustentável da comunidade através dos meios necessários para a produção e venda de seus produtos e acesso à formação técnica voltada para a pequena propriedade rural, contribuísse para a emancipação da Comunidade sendo atendidos os requisitos básicos de cidadania.

No que tange à educação, pôr em prática a lei 11645/2008, que se refere ao estudo da história da África e da cultura afro-brasileira e indígena, poderia auxiliar a diminuir o preconceito causado por anos de discriminação racial em nosso país, cuidando-se para não se fazer uma apologia à discriminação às avessas, ou seja, discriminação contra as outras etnias. Uma ação desejável neste sentido demandaria um preparo estratégico dos educadores longe da apologia ideológicas dos diversos grupos sociais. Este deveria ser um trabalho tendo como foco os direitos humanos tão apregoados pelas diversas leis, em especial pela Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã.

Como colocamos no início deste trabalho, as leis estão postas há mais de 10 anos e não são cumpridas na sua plenitude; apesar do mito de que no Brasil vivemos uma “democracia racial”, enfrentamos ainda marcas de um passado escravista que durante muito tempo deixou as populações negras rurais à margem do progresso econômico e social, trazendo um estado de miséria e abandono que influenciou sobremaneira nas questões de identidade e memória dos mesmos.

Como exemplo, a pesquisa de campo tentou demonstrar que as memórias da experiência da escravidão e da experiência quilombola existem, e mesmo de forma tímida são apontados nos elementos da Paisagem Cultural da região, sendo que os moradores das comunidades negras rurais mencionadas não têm a partir de uma iniciativa própria elementos para divulgar seu Patrimônio como o exemplo citado anteriormente em relação aos franceses, italianos e alemães. Provavelmente, iniciativas patrimoniais auxiliariam a reverberar uma história desses moradores, contribuindo para uma sustentabilidade baseada nos elementos próprios da região, os quais foram apontados durante este trabalho e necessitam de estudos mais apurados com profissionais qualificados que visem o bem-estar dos moradores, diferentemente do caso das etnias mexicanas citadas por Lorena Odeja

DAvila(2013), o qual a patrimonialização tem gerado conflitos e divisões internas em função da questão econômica.

Assim, um estudo efetivo com o objetivo de identificar o Patrimônio Cultural que os moradores da Comunidade do Alto do Caixão têm, bem como divulgar esse patrimônio de uma forma positiva e que auxilie os moradores a elevar sua autoestima, através de uma sustentabilidade ecologicamente correta, talvez seja um dos caminhos que contribua para que os moradores atinjam a condição cidadã necessária a todos os brasileiros. Assim, nossa intenção foi tramar os fios da palha para constituir nossa narrativa no intuito de contribuir neste estudo com reflexões sobre o processo histórico, a memória, a identidade e a realidade da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. Documentos do ISA, n. 5. 1999. Vitória/ES.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Graal Edições, 2007.

APPADURAI, Arjun. **O Medo ao Pequeno Número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

BARCELLOS, Daisy Macedo (Org.). **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.

BETEMPS, Leandro Ramos. **Vinhos e Doces ao Som da Marselhesa**: um estudo sobre os 120 anos de tradição francesa na Colônia Santo Antônio em Pelotas, RS. Pelotas, RS: UCPEL, 2003.

BORGES, Viviane Trindade. Arthur Bispo do Rosário está voltando: patrimonialização e memória na invenção de um personagem ilustre. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 73-90, dez. 2011.

BOSI, Ecléia. Entrevista. **Dispositiva**. Revista PPG em Comunicação Social. V1, n. 2, PUC- MG, 2012. p. 196-199.

CANDAU, Joel. Conflits de mémoire: pertinence d'une métaphore? In: BONNET, Véronique (sous la direction de). **Conflits de Mémoire**. Paris: Khartala, 2004.

_____. Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon le même modèle? **Archives**, n.25, avril 2008.

CAPA. **Revelando os quilombos no sul**. Pelotas, 2010.

_____. **Artesanato Quilombola do Território Sul do Rio Grande do Sul, Brasil**. Pelotas, 2012.

CASTRO, Euclides Franco. Quadros Antigos e Imagens. A Capela de Santo Antônio da Boa Vista. **Revista Princesa do Sul**. Pelotas: n. 8, agosto de 1951, p. 12.

_____. Os Quilombos. **Revista Princesa do Sul**. Pelotas: n. 10, junho de 1952, p. 12-14.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORREIO DO POVO. **O Diário de Heinrich Schaefer**, 22 de julho de 1979.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Quase Cidadão**: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DÁVILA. Lorena Ojeda. Una etnia mexicana frente a su patrimonio cultural inmaterial. El caso de los p'urhépecha de Michoacán. **Revista Memória em Rede**. v. 3, n. 8 , UFPEL, 2013.

DIAS, Maria Odila Silva. **Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea**. Projeto História. São Paulo (17), nov. 1998. p. 223- 258.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 5.ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca. 5.ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Teresa. Entrevista a Arjun Appadurai. **Revista Comunicação e Cultura**, n. 7, 2009, p. 133-140.

FERREIRA, Maria Letícia. A Memória Coletiva dos Santos Lugares. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.1, n.1, dez.2009/mar.2010.

FIABANI, Adelmir. **Os novos Quilombos**: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. Tese de doutoramento. UNISINOS, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e do cal. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal Edições, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.

GARCIA, Januário. **25 anos 1980-2005**: movimento negro no Brasil. 2.ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas, RS: Editora Universitária/UFPEL: Livraria Mundial, 1993.

HENNING, Ana Clara Correa; LINHARES, Diego Furtado; GOMES, Helbio Hermes da Silva *et ali*. Remanescentes de quilombos pelotenses: paradigma emergente, dignidade humana e propriedade. **Revista África e Africanidade**. Ano 3, n. 9, maio 2010.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

KOLLING, Nilo Bidone. **Educação e escolas em contexto de imigração Pomerana no Sul do Rio Grande do Sul- Brasil**. Dissertação de Mestrado. Pelotas: FAE/UFPEL, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LEÓN, Zênia de. **Memórias da Escravidão**. 1ª ed. Pelotas: Editora do Autor, 1991.

_____. **Pelotas: casarões contam sua história**, vol. 2. Pelotas, RS: D. M. Hofstatter, 1994.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo (17), Nov. 1998. Trad. Lúcia Haddad.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAESTRI FILHO, Mario José. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979.

_____. **O Escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1984.

_____. **A Servidão Negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Prefácio. In: VECCHIA, Agostinho Mário Dalla. **Vozes do Silêncio**. Depoimentos de descendentes de escravos do Meridiano Gaúcho. Pelotas, RS: Ed. Universitária, 1994.

_____. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 291-331

MAGALHÃES, Mário Osório. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Gráfica Editora Pallotti, 2011.

MARCISO, Dilson. Escravidão e Resistência: Quilombo na Serra dos Tapes. **Cadernos do ISP**. Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Sociologia e Política, n.10, p. 31-51, jun. 1997.

MEDEIROS, Monique & MARQUES, Flávia Charão. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção de mercados no sul do Rio Grande do Sul. **III Colóquio de Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, novembro, 2011.

MENEGAT, Carla. **O Tramado, a Pena e as Tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX). Dissertação de Mestrado. PPG História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MOREIRA, Ângelo Pires. Mini-guerra dos Palmares em Pelotas, na Revolução Farroupilha. **Diário Popular**, 04.07.1982.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. Os **Calhambolas do General Manoel Padeiro**: Práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo, Oikos, 2013.

OGOT, Bethwell Allan. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010.

PAULA, Débora Clasen de. Rede social e prestígio familiar nas cartas da Baronesa de Três Serros. **História em revista**. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v. 16 (dez. 2010). Pelotas: Editora da UFPel, 2010.

PINTO, Natália Garcia. **Entre os Laços das Senzalas**: o parentesco simbólico entre os escravos em Pelotas (1830-1850). 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

RECH, Carla Michele. **A trajetória do fórum de Agricultura Familiar da região Sul do RS: entre mediações e (re)configurações**. Pelotas, 2013.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIETH, Flavia Maria Silva; FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi; CERQUEIRA, Fábio Vergara *et al.* 2008. **Inventário Nacional de Referências Culturais: produção de doces tradicionais pelotenses**. 26ª reunião de antropologia. Porto Seguro, BA.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.

RUBIRA, Luís. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Santa Maria, RS: Pró-cultura RS: Ed. Palloti, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-1821**. Traduzido por Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Roger Costa da. **Muzungas**: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888). Pelotas, RS: EDUCAT, 2001.

SILVA, Marisa Ribeiro. **História, Memória e Poder**: Xavier da Veiga, o Arconte do Arquivo Público Mineiro. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

SILVA, Maria Abádia. **Educadores e Educandos**: Tempos Históricos. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. 4.ed. Cuiabá. UFMT. Rede e-tec, Brasil, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THOMSOM, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 65-91.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VECCHIA, Agostinho Mário Dalla. **Vozes do Silêncio**. Depoimentos de descendentes de escravos do Meridiano Gaúcho. Pelotas, RS: Ed. Universitária, 1994.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Os Orixás**. Salvador: Corrupio, 2002.

ENTREVISTAS

DIAS, Nilo. 08.12.2013.

JOUGLARD, Edith Fouchy. 01.12.2013.

FERREIRA, Antônio. 28.05.2012.

LACERDA, Eva. 20.07.2013.

TAVARES, Ana Alaíde. 28.05.2012.

NOGUEIRA, Edgar Vieira. 25.11.2011; 16.08.2012; 30.10.2013.

NOGUEIRA, Ilda Vieira. 05.04.2013.

NOVELINI, Lia. 30.11.2013.

RIBES, Elaine. 10.11.2012; 17.11.2012.

RIBES, Ivone. 17.11.2012.

EVENTOS

RUBERT, Rosane Aparecida. **II Jornada de Estudos Pós-abolição.** Mesa Redonda. UFPEL, 2013

FONTES PRIMÁRIAS

APERGS, Município de Pelotas, **Cartório do Júri Nº 81**, Maço 3A, 141 E7, E/141c CX:006.0300.

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Arquivo Histórico DPM-003**, emitida por Anjos em 03/10/1848.

FUNDOS DA ESCRAVIDÃO. **Cópias das correspondências sobre fugas e sentença de morte a escravos transgressores datadas de 1834 e 1835, sobre a destruição do quilombo da Serra dos Tapes.** BBP

JORNAIS

CORREIO DO POVO. **O Diário de Heinrich Schaefer**, 22.07.1979.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **A legião alemã do doutor Hillebrand**. 16.02.1975.

DIÁRIO POPULAR. **Soldados alemães servindo em Pelotas**. 26.01.1984.

_____. **Um motim do 27º Batalhão de Caçadores Alemães em Pelotas**, 26.01.1986.

_____. **Pelotas teve megaquilombo**: Escravos que atuavam nas charqueadas criaram um dos seus maiores refúgios no Estado. 26.11.2000, p. 8

_____. **FHC destaca a cidade de Pelotas**. 8/11/2001 p.1

_____. **Quilombo do Alto do Caixão**. 11/02/2001, p.18.

_____. **Entrevista com Bernardo de Souza**. 09-03-2003. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/09_03_03/ag070303.html . Acesso em: 02.02.2014.

_____. **Pelotas tem o maior número de negros do interior**. 05.03.2003. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/05_01_03/mf030102.html . Acesso em: 02.02.2013.

_____. **Pelotas: sangue e morte no São Gonçalo**. 20-09-2005. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/farrapo/pag3.html> . Acesso em: 08.02.2013.

_____. **Mulher Quilombola perde bebê por não conseguir sair de casa**. 25/04/2010, p. 3.

LEIS E DECRETOS

BRASIL, **Constituição Federal, 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 01.01.2014.

DECRETO 4887/2003, de 20 de novembro de 2003, sobre a **regulamentação do reconhecimento de terras quilombolas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em 08.10.2013.

DECRETO Nº 24.643, **Código das Águas**, de 10 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm >. Acesso em: 01-01-2014.

DECRETO-LEI nº 7.967, **Migração e Colonização**, – de 18 de setembro de 1945, disponível em: HTTP://LEGIS.SENADO.GOV.BR/LEGISLACAO/LISTANORMAS.ACTION?NUMERO=7967&TIPO_NORMA=DEL&DATA=19450918&LINK=S acesso em 13.02.2014

DECRETO nº 3551, **Recomendação para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial**, de 4 de agosto de 2000. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Legislação e Políticas atuais. Brasília. UNESCO. Educart, 2008. p. 119-120.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 57, MDA-INCRA **Reconhecimento e titulação de terras Quilombolas**, de 20 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas/file/107-legislacao-quilombola-condensada> . Acesso em: 01-01-2014.

Lei Estadual nº 11.895, **Tombamento do Arroio Pelotas**, de 28 de março 2003. Disponível em: <http://issuu.com/prefeiturapelotas/docs/seriesiniciais> , no livro: Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas: Séries Iniciais/ Secretaria Municipal da Cultura (org.). Pelotas: RS, Prefeitura Municipal, Secretaria da Cultura, 2009, 144p.

Lei 10639/2003. **Ensino da Cultura afro-brasileira na rede de ensino**, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm .

Lei 11645/2008. **Ensino da Cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino**, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm .

LEI ESTADUAL Nº 10738, **Sobre a emancipação de Arroio do Padre**, de 16 de abril de 1996. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/data_criacao.asp .

Lei Nº 9985. **Lei que regulamenta o artigo 225 da constituição brasileira de 1988**, de 18-07-2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> .

UNESCO. **Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural**, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> .

UNESCO. **Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794>

WEB SITES

ARQUIDIOCESE DE PELOTAS. **[Irmã Assunta recebe prêmio Betinho de Atitude Cidadã](#)**. Notícia publicada em 21-03-2012. Disponível em: <http://www.arquidiocesedepelotas.org/2012/03/irma-assunta-recebe-premio-betinho-de.html> . Acesso em: 19.12.2013.

CANGUÇU. Verbetes da Wikipédia, enciclopédia virtual. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cangu%C3%A7u#Significado_do_nome . Acesso em: 05.03.2013.

CHACRAS. Verbetes da Wikipédia, enciclopédia virtual. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chacra> . Acesso em: 05.03.2013.

CREHNOR SUL. **Crehnor Sul assina contratos habitacionais em comunidades Quilombolas**. Notícia publicada em 7-12-2012. Disponível em:

http://www.crehnor.com.br/?page=social&sub_page=noticias&id=167&filtro=

Acesso em: 19.12.2013.

ELETROSUL. **A empresa** (página institucional na internet, atualizada em 6-6-2013). Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=857> . Acesso em: 01/01/2014.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; CERQUEIRA, Fábio Vergara; RIETH, Flávia Maria da Silva. O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação. **Métis: História & Cultura**, v. 7, n. 13, p. 91-113, jan-jun 2008. Universidade de Caxias do Sul/Centro de Ciências Humanas/Área de História. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/696/502> . Acesso em: 19-12-2013.

HENNING, Ana Clara Correa. Comunidades remanescentes de quilombos na Serra dos Tapes/RS: marcas da escravidão, autorreconhecimento e seu questionamento pela ADIN n. 3239. In: **XXI ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI**, Uberlândia, 06-09 de junho de 2012. Anais do XXI Encontro Nacional do Conpedi. P. X-Y. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e0cf1f47118daebc> . Acesso em: 01-11-2012.

IBGE, **Dados demográficos 2010 completo de Pelotas (RS)**, disponível em: <http://informacoesdobrasil.com.br/dados/rio-grande-do-sul/pelotas/censo-demografico-2010/> acesso em: 09.03.2014

INCRA. **Regularização fundiária de comunidades quilombolas avança no Rio Grande do Sul**. Notícia publicada em 19-02-2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/9801-regularizacao-fundiaria-de-comunidades-quilombolas-avanca-no-rio-grande-do-sul> . Acesso em: 14.01.2014.

INFOPÉDIA, **Crioulização**. Porto: Porto Editora, 2003-2014. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/linguaportuguesa/criouliza%C3%A7%C3%A3o;jsessionid=ZR7qecg53tq2J3oqNnCjcQ> . Acesso em: 13.02.2014.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos**. Ministério da Cultura. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240> acesso em: 14.03.2014.

KOSBY, Marília Floor; RIETH, Flávia Maria Silva; SILVA, Tiago Lemões da. Estado e Tradição: Impasses na produção e comercialização dos doces de Pelotas. GT4, **ALASRU – Asociación LatinoAmericana de Sociología Rural**, Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/resumen-de-grupos-de-trabajo-brasil> . Acesso em: 01.01.2014.

MALLET, Paulo. **Sopapo do Padeiro**. Programa da Rádio Toques de Aruanda. São Paulo. 21.11.2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0dAHoGEuxqw> . Acesso em: 19-12-2013.

MANUEL PADEIRO. **Blog do Festival Manuel Padeiro de Cinema e Animação**. Nota publicada em dezembro de 2011. Disponível em: <http://manuelpadeiro.com.br/2011/wp/o-festival> . Acesso em 14.02.2013.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Manifesto Comunista**. Arquivo online. Disponível em: <http://efchagasufc.files.wordpress.com/2012/04/10-o-manifesto-comunista.pdf> . Acesso em 1-01-2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro online para download grátis. Disponível em: <http://www.elivros-gratis.net/elivros-gratis-karl-marx.asp> . Acesso em 1-01-2014.

MIRANDA, Waldirene Silva. Literatura marginal: representações da linguagem e (re)significação do imaginário coletivo. **Darandina Revisteletrônica**. Anais do Simpósio Internacional Literatura, Crítica, Cultura V: Literatura e Política, Letras: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina> . Acesso em 07.01.2014.

Paixão, Marcelo. Muito Além do Pastoreio: A presença negra no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Conexão Negra**. Ano I, abril-junho, 2013. p. 13-14. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/Estudos%20e%20Pesquisas/Muito%20Al%C3%A9m%20do%20Pastoreio.pdf> acesso em: 09.03.2014

PRICE, Richard. O milagre da criouliização: retrospectiva, **Estudos Afro-Asiáticos**, vol. 25, no 3 (2003), pp. 383-419 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a02v25n3.pdf> acesso em 13.02.2014.

SECOM/PMP. **Vem aí a 2ª edição do Festival Manuel Padeiro de Cinema**. Notícia publicada em 5-08-2010. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxMC0wOC0wNQ==&codnoticia=22724> . Acesso em: 20.11.2012.

THOMSOM, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. **História Oral**. vol. 4, 2001 p. 85-101. Traduzido por André C. Gattaz e Meire T. M. Soares. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=7&path%5B%5D=showToc> acesso em 10.01.2013.

UFPEL. 3º Festival Manuel Padeiro de Cinema e Animação. Notícia publicada em 9-04-2012. Disponível em: <http://ccs.ufpel.edu.br/wp/2012/04/09/3%C2%BA-festival-manuel-padeiro-de-cinema-e-animacao-sera-realizado-de-11-a-144/> . Acesso em: 14-02-2013.

VIDAL, Francisco Antonio. **Manuel Padeiro, líder quilombola**. Blog Pelotas, Capital Cultural. Artigo publicado em 29-11-2010. Disponível em: <http://pelotascultural.blogspot.com.br/2010/11/manuel-padeiro-lider-quilombola.html> Acesso em 14-02-2013.

WIKIPÉDIA, **Positivismo**. Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/positivismo.htm acesso em 13.02.2014.

WIKIPÉDIA, **Materialismo Histórico.** Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo> acesso em 13.02.2014.

WIKIPÉDIA, **Evolucionismo Social.** Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Evolucionismo_social acesso em 13.02.2014.

ZABALETA, João Pedro... [et al.]. **Reorganizando a comunidade rural:** uma experiência com agricultores familiares periféricos em Pelotas-RS./ – Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2001. Disponível em:
<http://www.cpact.embrapa.br/pesquisa/projetos/avicultura/005-avicultura-reorganizar-comunidade.pdf> acesso em 13.02.2014.

.

Documentos Anexos

Anexo A — Município de São Lourenço do Sul

N.S. da Conceição do Boqueirão foi criada paróquia do Município de Pelotas pela Lei Provincial n. de 11 de dezembro de 1830; transferida para o –porto- de S. Lourenço pela Lei n. 470 de 22 de novembro de 1861 e para a -povoação – de S. Lourenço, com esta denominação, pela lei n. 909 de 20 de abril de 1874; restaurada pelo art. I da de n. 1031 de 29 de abril de 1876 (e criada a Paróquia de S. Lourenço pelo artigo II da mesma lei); foi elevada a categoria de Vila pela lei Provincial n.1449 de 26 de abril de 1884 e instalada em 11 de fevereiro de 1886. Foi rebaixada de Vila pela lei n.1831 de 28 de junho de 1889. Sendo seu território incorporado ao município de Reserva, então criado. Extinto este, substituído pelo de S. Lourenço foi, como paróquia, novamente incorporada pelo decreto n.88 de 15 de fevereiro de 1890.

No primeiro livro de atas da Camara Municipal do Boqueirão, antiga sede do município de S. Lourenço, de folhas uma a duas verso, consta a seguinte:

“Acta da instalação da Camara Municipal da Villa de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão- Aos onze dias do mez de fevereiro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e seis, sexagésimo quarto da Independencia e do Império, nesta Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, elevada a Villa pela lei provincial d.1449 de 26 de abril de 1884 e de conformidade com o decreto de 13 de novembro de 1832, no edificio destinado para funcionar a respectiva Camara Municipal, ahi comparecerão as onze horas do dia o Presidente da Camara Municipal de Pelotas, o Sr. Comendador Bernardo José de Souza, commigo Secretario da mesma Camara, abaixo nomeado e assignado, e sendo ahi, comparecerão os cidadãos, Malaquias Gomes de Araújo, Manoel Bernardino Soares, Virgilio dos Santos Abreu, Augusto Vieira Braga, Urbano Soares da Silva, Candido Carvalho de Abreu e Conrado Rodrigues de Quevedo e sendo ahi reunidos se dirigirão a Capella da Villa, onde se achava o respectivo Parocho o Reverendo Eliseo Augusto Adanjes que celebrou uma Missa solemne em homenagem ao acto do Villamento desta Freguezia e depois regressarão todos os Senhores vereadores ao recincho da Camara onde se devia

instalar a respectiva Camara, sendo pelo Secretario feita a chamada dos Senhores Vereadores sucessivamente, pelo Senhor Commendador Bernardo José de Souza lhes foi deferido na forma de Lei o respectivo juramento dos Santos Evangelhos, para Vereadores desta Villa e em seguida tomarão posse de seus logares. Pelo Sr. Presidente Commendador Souza, foi lido uma brilhante alocução felicitando e congratulando-se com os Senhores Vereadores pela prosperidade desta Villa solemnizada pelo presente acto.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Augusto Vieira Braga, que retribuindo as amistosas expressões dirigidas a Camara e a população deste município, agradeceo ao Senhor Commendador as suas expressões.

E por esta forma se achou instalada a Villa de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, que terá por limites, ao Sul com o arroio denominado Correntes, ao Norte com o arroio Camaquam, ao Oeste com o Arroio Grande e por uma linha que limita com o Municipio de Cangussú e a Leste com a Lagoa dos Patos.

E para que conste se lavrou a prezente acta que vai assignada pelo Presidente, Vereadores e todas as pessoas presentes ao acto. E eu João Ignacio Godinho, secretario da Camara a subscrevi e assigno.

(assignado) Bernardo José de Souza. Presidente.

(Seguem-se quarenta e sete assinaturas de outras pessoas: os vereadores, autoridades, etc. presentes á solenidade.)

Fonte: RUBIRA, 2012, p.137.

Anexo B — Primeiras Posturas

Como curioso documento do tempo aqui reproduzimos o primeiro código de posturas que rejeu a Freguezia de S. Francisco de Paula de Pelotas, então sujeita á jurisdição da Vila do Rio Grande.

Posturas

Policiaes

Adoptadas para o Regimem do Municipio da CAMARA MUNICIPAL da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul dadas pela Camara da mesma Villa em Sessão de 31 de julho de 1829.

Porto Alegre- Na Typographia de Silveira, e Dubreuil- 1829.

A Camara Municipal da Villa do Rio Grande de São Pedro do Sul tem adoptado para o Regimen do seu Municipio as seguintes Posturas.

CAPITULO

Limites dos Predios Urbanos, Policia interior da Villa, e Povações do Termo.

Art. 1º. Os prédios urbanos são todos os que ficão situados dentro da linda de fortificação, que na extremidade occidental d Villa principia junto aos Moinhos de vento, e acaba na Mangueira.

Art. 2º. Ao toque de silencio se fecharão todos os Bilhares, Botequins, Tabernas e Casas de Pasto, debaixo da pena de quatro mil réis pela primeira vez, oito mil réis pela segunda, doze mil réis pela terceira e mais vezes com seis dias de Cadêa.

As Boticas podem estar abertas até onze horas da noite, e abrir-se a qualquer outra hora se assim for preciso para acudir com remédios a algum enfermo, ao que os Boticarios são obrigados debaixo da pena de trinta mil réis pela primeira vez, e sessenta pela segunda e mais vezes: os donos de ditas Boticas e seus Caxeirosficão com tudo responsáveis por todos os damnos que resultarem ao socego Publico provenientes de algum ajuntamento que tenham consentido em ditas Boticas, além da multa de quinze mil réis pela primeira vez, e trinta mil réis pela segunda e mais vezes: esta pena se entenderá contra os donos da casa, e ficão

também sujeitos a ella os donos de quaes-quer Lojas de Fazendas secas, em que tenham lugar semelhantes acontecimentos. As Lojas de Officinas são também obrigadas a feixar-se ao toque de silencio, debaixo da pena de dous mil réis pela primeira vez, e quatro mil réis pela segunda, e mais vezes.

Art.3º§ I. Os Juizes de Paz são exclusiva e restrictamente encarregados da Policia de seus respectivos Districtos. Dentro da Villa e mais Povoações respectivas estabelecerão rondas, que afiancem a tranquillidade, e segurança Publica.

§II. Todos os Cidadãos livres são obrigados ao serviço das rondas segundo lhes couber por escala, debaixo da pena de dous mil réis pela primeira vez, e tres mil réis pela segunda e mais vezes.

§III. Poderão os Juizes de Paz fazer suas instruções privativas para a boa ordem das rondas, e mais serviço da Policia, as quaesfarão logo cumprir por seus subordinados, até á primeira reunião da Camara, a cuja aprovação as submeterão indefectivamente, e ahipoderão ser alteradas se assim parecer conveniente.

§IV. Quando alguma Authoridade civil, ou militar se não preste ás suas requisições a bem da manutenção da tranquillidade e segurança Publica, dirigirá logo sua participação ao Governo da Província, e dará parte circunstanciada á Camara na primeira reunião seguinte, quando a esse tempo não esteja reunida, para providenciar, como o caso permitir.

CAPÍTULO II

Sobre os Capitães do Matto

Art. 4º§I. A Camara nomeará Capitães de Matto, n'esta Villa e em todos os lugares e Districtos, aonde a experiência demonstrar sua utilidade, e conveniência para apanharem os escravos fugidos, e destruir os quilombos, precedendo informação do Juiz de Paz respectivo, e ainda de mais alguns da circunvisinhança.

§II. A Camara determinará o numero de soldados que deve ter o Capitão de Matto conforme as circunstancias do lugar, precedendo sempre a informação acima requerida.

§III. Os Capitães de Matto vencerão por apanhar cada hum escravo dentro da Villa, e Povoações dous mil reis, sendo apanhado fóra quatro mil reis: em quilombo seis mil reis, se nelle não houver mais de seis escravos, havendo dahi para cima vencerão do modo seguinte: até ao número de dez a dez mil reis, até vinte a doze

mil e oitocentos reis, e dahi para cima a dezesseis mil reis, tudo a custa dos proprietários dos ditos escravos.

§IV. Os Juizes de Paz conhecerão das questões provenientes dos salários acima estipulados, não admitindo o réo sem deposito da quantia devida ao Capitão do Matto, e despesas na prisão, fazendo reter o escravo até que o proprietário tenha satisfeito o que dever, ou verificado o dito deposito.

CAPÍTULO V

Sobre os taberneiros

Art.7 Os taberneiros não consentirão nas suas tabernas os escravos parados sem necessidade, nem comendo, jogando ou conversando, se contravierem serão multados em seis mil réis pela primeira vez, e pela segunda em doze mil réis, e seis dias de prisão. Se tiveram as portas mal abertas, ou alguma delas fechadas para encobrir essas couzas, pagarão pela primeira vez dous mil réis, e quatro mil pela segunda e mais vezes.

CAPITULO XIII

Sobre Praça para Carros, Quitandeiras, atravessadores, e gado sem Pastor.

Art.35. Os carros, e carretas, que tronxerem de fóra hortaliça, e quaisquer outros objetos á venda, são obrigados a pararem na nova Praça de São Pedro de Alcantara nesta Villa, para ali venderem primeiramente ao Pôvo, devendo demorar-se no Inverno até ás dez horas da manhã, e no Verão até ás nove horas; findo o qual tempo poderá circular por todas as ruas. Os contraventores pagarão uma multa de hum mil reis pela primeira vez, dous mil reis pela segunda, e quatro mil reis pela terceira e mais vezes. Esta providencia e pena á sua infracção também se estendem ás Freguezias de S. Francisco de Paula, e S. José do Norte, cujos Juizes de Paz designarão os logares aonde devem parar os carros, ou carretas.

Art. 36. Destina-se o largo do Pelourinho para as quitandeiras, e quitandeiros pararem quando quiserem, não se lhes permitindo isto em outra qualquer parte das ruas, debaixo da pena de hum mil reis por cada vez que faltarem a este preceito. Os Juizes de Paz das Freguezias de s. Francisco de Paula, e S. José do Norte designarão nas mesmas lugares próprios a semelhantes fins.

Art. 37. Todos os atravessadores dos gêneros comestíveis expostos á venda Pública, que os comprarem por junto para depois os venderem mais caros, antes de findarem as horas indicadas no Art.35 incorrem na pena de seis mil reis pela

primeira vez e doze mil reis pela segunda e mais vezes. Na mesma pena incorrem os que sahirem ao encontro a ditos gêneros ou artigos, que vindo de fóra se destinem á venda Pública.

Art. 38. Todos os que tiverem gado solto sem Pastor nos lugares aonde possão causar damno aos habitantes, e lavouras, pagarão além do damno que elle causar, huma multa de dous mil reis pela primeira vez, e quatro mil reis pela segunda vez.

OBS: Transcrevemos trechos do Código de Posturas que tem aproximação com o esquema coercitivo implementado para com os escravos.

Fonte: RUBIRA, 2012, p.109-116.

ANEXO C — Autoridades da Câmara Municipal de Pelotas

A primeira Câmara administrativa foi eleita em 29 de abril de 1832, sendo seu presidente Manoel Alves de Moraes.

A mesma Câmara, que re-eleita em 7 de setembro do mesmo ano, para o quadriênio de 1833-36, compunha-se dos seguintes cidadãos: Alexandre Vieira da Cunha, Cypriano Rodrigues Barcellos, Domingos Jozé d'Almeida, Manoel Alves de Moraes, João Baptista de Figueireido Mascarenhas, João Alves Pereira e João Antonio Ferreira Vianna.

O primeiro secretario da Câmara foi João de Souza Mursa (1832).

O primeiro procurador foi João Ferreira Paes (1832).

O primeiro fiscal da Vila foi Cypriano Joaquim R. Barcellos (1832).

O primeiro porteiro foi Lourenço Jozé Ferreira Santanna (1832).

O primeiro arruador foi Eduardo Krestkmar (1832).

O primeiro advogado foi o dr.Jozé Vaz Alves de Castro Amaral (1851).

Foi o primeiro Juiz municipal, Thomaz Francisco Flores.

Foi o primeiro Juiz de órfãos, Jozé Vieira Vianna.

Foi o primeiro promotor público, Joaquim Jozé da Costa Campello.

Foram nomeados interinamente pela Camara Municipal em 30 de março de 1833 e confirmados pelo presidente da província.

Fonte: RUBIRA, 2012, p. 194.

ANEXO D — Dando voz a uma população silenciada

As fontes históricas são geralmente produzidas para e pelas elites. Mesmo quando se trata de depoimento direto de membros de classes subalternas, comumente ele é controlado e filtrado por aqueles que se ocupam em forma fortuita ou profissional em registrar tal depoimento. O que influencia inevitavelmente a reconstrução historiográfica do passado. Tal realidade é particularmente válida para a história da escravidão brasileira e da pós-abolição.

Os trabalhadores escravizados do Brasil não sabiam ler e escrever, fora raras exceções. Eles viviam submetidos e vergados por longas e duras jornadas de trabalho. Suas vozes eram registradas sistematicamente apenas quando se encontravam na difícil posição de réus da justiça senhorial. São raros os registros que nos permitem entrever múltiplos aspectos da vida dos cativos brasileiros. Sabemos pouco sobre as relações interpessoais, sobre a sexualidade, sobre o lazer, sobre a música, sobre a religião, a visão de mundo, etc. dos cativos brasileiros. O mesmo se pode dizer das comunidades saídas do cativeiro, após 1888.

Boa parte desta ignorância deve-se à falta de estudos específicos mais sistemáticos. Contribui a tal desconhecimento à raridade de depoimentos diretos de cativos e de descendentes de cativos brasileiros, ao contrário do que ocorre em outras regiões da América escravista (MaestriIII).

Fonte: VECCHIA, 1994.

MEMÓRIAS DOS FILHOS DA ESCRAVIDAO

Depoimento de seu Adair 1 a 23

É, do Congo! Entao lá, a religião deles não era Católica

Aquilo era uma enorme de uma casa, o patrão podia fazê baile porque daqui lá do outro ladoda rua não se ovio eles dança, não fzendo muito varulhopudio dança a vontade, tiha um de guarda pra vê o movimento né, agora contavoque antigamente quando pegavo aquela gente, os escravo erro muito mau, que era

gente muito má, é gente sem disciplina né! Então eles davam muito, matavam... eu conto o que as velhas contavam, né!

Elas contavam?

E, eles sentavam às vezes conversando, eu era guri pequeno ficava escutando. Tia Anastácia, Tia Faustina, Tia Fortunata, Tia Inácia. Aquelas velhas que tinham ali, que aquilo tudo era reunido por causa de nossa família. 2010.

Fonte: MAESTRI FILHO, 1994.

ANEXO E — A Capela de Santo Antônio da Bôa Vista

Lógico, que tendo o local atingido relevante expressão social, na época, os maiores da costa do Pelotas, reunidos, trataram de levantar uma *Ermida*, *Cemitério* e uma *Escola*, em lugar então, muito habitado e embora, a totalidade das famílias residentes possuíssem em casa o seu oratório, fazia-se necessário o levantamento de um templo condicionado com o lugar.

Para esse desideratum, foi enviado a presidência da Assembleia Provincial, o respectivo pedido. A Capela de Santo Antônio da Bôa Vista foi criada pela Lei Provincial nº 246, em 23 de novembro de 1852, atendendo o pedido dos moradores do lugar, porém, o texto da Lei, veio, ao contrário do que realmente, deveria à Assembleia atender.

Lei nº 246, de 23 de novembro de 1852, o dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul etc., faço saber a todos os habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º- Fica creada uma Capela curada com a invocação de Stº Antônio da Bôa Vista no segundo distrito do Termo da cidade de Pelotas, no lugar denominado – Bôa Vista- devendo a igreja e Cemitério edificar-se a expensas dos respectivos moradores.

2.º- Os limites da nova Capela serão as mesmas que atualmente tem o distrito.

3.º- Ficam revogadas as disposições em contrario. Mando etc... Palácio do Governo na leal e valorosa cidade de Pôrto Alegre aos 23 de novembro de 1852. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello.

Éra da competência da Assembleia Provincial as criações de Capelas, Freguezias e Curatos e não da Câmara Eclesiástica, pois essa, apenas consentia e provia, nomeando os curas, como fêz com o padre Custódio Joaquim da Costa nomeando-o para o curato de Santo Antônio da Bôa Vista.

Por motivos que não nos foi possível saber, só em 1857, o reverendo Custódio J. da Costa, chegou a sede da Paróquia- deduzimos que naquele

interregno outro padre distribuisse os ofícios religiosos aos moradores do lugar nos oratórios particulares, porque em petição dirigida a D. Feliciano, bispo do Rio Grande do Sul, escrevia aquele reverendo: “Que não tendo ainda Capela o Curato de “Santo Antônio da Bôa Vista, faz-se necessário q, V. Exma. Rvma. Se digne autorizar q. o suplicante possa funciomar em um oratório decente, levantado em casa que tenha a necessária capacidade para isso. Portanto pede etc.”.

O pedido do reverendo foi atendido, porém provisoriamente, essa ordem data de 28 de dezembro de 1857.

A 1º de junho de 1858, a Comissao composta dos Srs. Domingos Pinto da França Mascarenhas, João Maria Chaves, Manoel dos Santos Campelo, Matheus José dos Santos e Domingos José de Almeida, dirigiram ao Presidente da Provincia, Angelo da Silva Ferráz, a seguinte carta:

“Que tudo prometiam a nova Matriz etc.

Que tendo chegado alí o vigário nomeado e não havendo uma Igreja levantada para o mesmo realizar os atos religiosos e ainda em atinência a Crize que atravessa a Provincia – solicitavam um auxilio etc., etc.”, assim se lia.

Essa pretensão da Comissão de angariar dos meios para a edificação da Matriz recebeu despacho do Presidente da Provincia com Indeferimento; lastimando não poder atender o pedido em vista do ato da lei nº 246, de 23 de novembro de 1852, não estar no caso.

Em 11 de outubro de 1858- a Comissão encarregada de adquirir meios para a ereção da Capela, comunicavam ao Presidente da Provincia, que no dia 10 p.p. a Capela provisória fora inaugurada e bento o santo, a imagem foi doação do dr. José Antonio Gonçalves Chaves e os castiçais e crucifixo, José Antonio Moreira.

Em data de 27 de outubro de 1858, volta a mesma Comissao as altas autoridades e desta vez dirigida a Assembleia Provincial, num expressivo e longo officio do qual extraímos alguns trechos:

“aproveitam felicitar os representantes das localidades na 1ª reunião.

q. a Capela provisória e de há muito o Cemitério se acham em exercício desde 10 do atual-q. solicitam seja consignado no orçamento(oito Contos de réis) para o auxilio a edificação que tem de permanecer como Matriz-e finalmente: Exmos. Snrs. Representantes da Provincia; este lugar é hoje o mais acabrunhado de nossa Provincia, pelos dolorosos efeitos do contrabando que nela há quase

extinguindo o comercio licito e a fabricação de xarque como é constante; e por essa razão é que a comissão impetra de V. excias, o auxilio-etc.etc.”

Por lei nº 121. De 20 de outubro de 1858- o presidente da Provincia sanciona e comunicaa Lei seguinte:

Art. 1º- Fica elevado a Freguezia, com os mesmos limites e invocação que já tem o Curato de Santo Antonio da Boa Vista, no segundo distrito do Municipio de Pelotas.

2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Cemitério da Bôa Vista

O terreno doado para edificação da Capela e Cemitério fez João Querino Vinhas e em 23 de novembro de 1855- a Comissao de Higiêne da Costa escolheu-o para edificação do Cemitério a levantar ali, urgente, e por ordem da Câmara de Pelotas.

Esse local foi escolhido pela Comissão de Higiêne, e marcou-se 50 braças em quadra.

Devido ao intenso movimento de enterramentos que sofreu no período do CholéraMorbus- veio o silencioso recanto escolhido para a Capela do lugar- infundir terror no visindário que tomado de medo, conseguiu da Comissão, remover a deliberação da Câmara de Pelotas, transferindo-se o mesmo dali, para o Logradouro Público (Tablada), onde se encontra desde janeiro de 1856.(foram sepultados naquele cemitério em treze dias 221 coléricos atados do terrível e assombroso mal que atingio Pelotas, em 1855).

Da presidência da Provincia, Domingos José de Almeida- recebeu em 15 de março de 1856, um officio pela qual, a inspeção do Cemitério da Tablada passasse para o vigário da Freguezia da Bôa Vista por isso, aquele Cemitério, guarda o povo até hoje o título: *Cemitério da BôaVista*.

Fonte: CASTRO, 1951, p. 12-13.

ANEXO F — Pelotas: Sangue e morte no São Gonçalo

Um trapézio de pedras que mais parece uma pequena caverna às margens do canal São Gonçalo, em Pelotas, é tudo que restou do monumento dedicado à primeira batalha naval travada em águas brasileiras com a participação de um barco a vapor. A constatação de que a placa de bronze que registrava o combate travado em 2 de junho de 1836 desapareceu choca o historiador José Plínio Guimarães Fachel, professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Há dois anos o autor do livro *A Revolução Farroupilha* esteve por ali e ainda encontrou a placa. “A ignorância leva ao descaso”, conclui o professor.

A sentença de Fachel é tão dura, quanto real. A prova é o desconhecimento, quase geral, de que Pelotas foi palco de um violento combate entre farroupilhas e imperiais. “Há uma idéia falsa de que Pelotas não participou da guerra, isto é uma grande mentira”, dizia a historiadora Heloísa Assumpção do Nascimento, que durante décadas pesquisou a batalha travada no Passo dos Negros e morreu sem vê-la popularizada.

Fogo cruzado

Quando os 800 cavaleiros e 200 homens da infantaria farroupilha chegaram ao Passo dos Negros na madrugada daquele início de junho encontraram um cenário praticamente igual ao que hoje forma a chácara da Brigada Militar. O objetivo dos comandados de Antônio de Souza Neto era transpor o São Gonçalo através de seu ponto mais estreito - na junção com o arroio Pelotas - e seguir em direção a Rio Grande.

A missão, porém, não era tão simples, pois duas canhoneiras (Oceano e São Pedro Duarte) e a barca a vapor Liberal - ironicamente construída por Domingos José de Almeida um dos líderes da revolução - patrulhavam o canal. Para fazer frente à flotilha imperial os farrapos fizeram chegar até ali quatro de suas embarcações: o brigue Bento Gonçalves (equipado com 12 canhões), a escuna Farroupilha, o patacho 20 de Setembro e o palhaborde 24 de Outubro.

Durante sete horas (entre as 5h e as 11h) farrapos e imperiais travam uma violenta luta pelo domínio do canal. De terra os atiradores farroupilhas auxiliam sua marinha, enquanto os imperiais se valem da agilidade da Liberal e da potência destruidora da Oceano e da São Pedro Duarte, para resistir. “O combate foi tão encarniçado que balas de canhão até pouco tempo atrás era possível encontrar, no Laranjal, balas usadas pelos canhões naquele dia”, registrou Heloísa Nascimento, em 2003.

No final da manhã, o fogo farrapo havia conseguido destruir a máquina da Liberal e derrotar as tripulações dos outros dois barcos, obrigando os imperiais a bater em retirada. Duas horas depois, Neto e seus homens começavam a atravessar o canal e a enterrar os quatro farrapos mortos na luta.

A barca liberal

Lançada à água em 1832, a barca Liberal foi a primeira embarcação a vapor a navegar no Rio Grande do Sul e, segundo alguns historiadores, a primeira a ser construída no Brasil. A construção do barco equipado com motor importado dos Estados Unidos foi financiada pelos charqueadores Domingos José de Almeida, José Vieira Viana e Antônio José Gonçalves Chaves. Os três integravam o Partido Liberal e defendiam os ideais republicanos, por isso a barca foi batizada de Liberal. Nos primeiros meses da revolução a embarcação foi confiscada pelo Império.

Fonte: DIARIO POPULAR (20-09-2005).

ANEXO G — DECRETO Nº 4887, DE 20-11-2003

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o [art. 68](#) do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4o A autodefinição de que trata o § 1o do art. 2o deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4o Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento

Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5o Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6o Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7o O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e

IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1o A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2o O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

Art. 8o Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Art. 9o Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7o, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7º efeitos de comunicação prévia.

§ 2º O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Art. 15. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 19. Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministérios:

a) da Justiça;

b) da Educação;

c) do Trabalho e Emprego;

d) da Saúde;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

f) das Comunicações;

g) da Defesa;

h) da Integração Nacional;

i) da Cultura;

j) do Meio Ambiente;

k) do Desenvolvimento Agrário;

l) da Assistência Social;

m) do Esporte;

n) da Previdência Social;

o) do Turismo;

p) das Cidades;

III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

IV - Secretarias Especiais da Presidência da República:

a) de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

b) de Aquicultura e Pesca; e

c) dos Direitos Humanos.

§ 1º O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º Os representantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a IV e designados pelo Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 3º A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura.

Art. 21. As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de

transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.

Art. 22. A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo INCRA far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.

Parágrafo único. O INCRA realizará o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos em formulários específicos que respeitem suas características econômicas e culturais.

Art. 23. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revoga-se o [Decreto no 3.912, de 10 de setembro de 2001](#).

Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Gil

Miguel Soldatelli Rossetto

José Dirceu de Oliveira e Silva

ANEXO H — Instrução Normativa nº 57, de 20-1-2009

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VII, do Anexo I, do Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, e art. 110, inciso IX, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 69, de 19 de outubro de 2006, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, e tendo em vista o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, resolve:

OBJETIVO

Art. 1º. Estabelecer procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 2º. As ações objeto da presente Instrução Normativa têm como fundamento legal:

- I - art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;
- II - arts. 215 e 216 da Constituição Federal;
- III - Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;
- IV - Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;
- V - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;
- VI - Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966;
- VII - Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992;
- VIII - Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;
- IX - Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;
- X - Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;
- XI - Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;
- XII - Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;
- XIII - Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003;
- XIV - Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;
- XV - Convenção sobre Biodiversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.

CONCEITUAÇÕES

Art. 3º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicoraciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria,

dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Art. 4º. Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

COMPETÊNCIA

Art. 5º. Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a desintrusão, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência comum e concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CERTIFICAÇÃO

Art. 6º. A caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante auto-definição da comunidade.

Parágrafo único. A auto-definição da comunidade será certificada pela Fundação Cultural Palmares, mediante Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos do referido órgão, nos termos do § 4º, do art. 3º, do Decreto nº4.887, de 20 de novembro de 2003.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA ABERTURA DO PROCESSO

Art. 7º. O processo administrativo terá início por requerimento de qualquer interessado, das entidades ou associações representativas de quilombolas ou de ofício pelo INCRA, sendo entendido como simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou reduzida a termo por representante do INCRA, quando o pedido for verbal.

§ 1º. A comunidade ou interessado deverá apresentar informações sobre a localização da área objeto de identificação.

§ 2º. Compete às Superintendências Regionais manter atualizadas as informações concernentes aos pedidos de regularização das áreas remanescentes das comunidades de quilombos e dos processos em curso nos Sistemas do INCRA.

§ 3º. Os procedimentos de que tratam os arts. 8º e seguintes somente terão início após a apresentação da certidão prevista no parágrafo único do art. 6º.

§ 4º. Os órgãos e as entidades de que trata o art. 12 serão notificados pelo Superintendente Regional do INCRA, imediatamente após a instauração do procedimento administrativo de que trata o caput, com o objetivo de apresentarem, se assim entenderem necessário, informações que possam contribuir com os estudos previstos nos arts. 8º e seguintes.

IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

Art. 8º. O estudo e a definição da terra reivindicada serão precedidos de reuniões com a comunidade e Grupo Técnico interdisciplinar, nomeado pela Superintendência Regional do INCRA, para apresentação dos procedimentos que serão adotados.

Art. 9º. A identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade, bem como a partir de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, consistirá na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade, mediante Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, com elaboração a cargo da Superintendência Regional do INCRA, que o remeterá, após concluído, ao Comitê de Decisão Regional, para decisão e encaminhamentos subsequentes.

Art. 10. O RTID, devidamente fundamentado em elementos objetivos, abordando informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas,

sócioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, abrangerá, necessariamente, além de outras informações consideradas relevantes pelo Grupo Técnico, dados gerais e específicos organizados da seguinte forma:

I - Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da área quilombola identificada, devendo conter as seguintes descrições e informações:

a) introdução, abordando os seguintes elementos:

1. apresentação dos conceitos e concepções empregados no Relatório (referencial teórico), que observem os critérios de autoatribuição, que permita caracterizar a trajetória histórica própria, as relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida;
2. apresentação da metodologia e dos condicionantes dos trabalhos, contendo, dentre outras informações, as relativas à organização e caracterização da equipe técnica envolvida, ao cronograma de trabalho, ao processo de levantamento de dados qualitativos utilizados e ao contexto das condições de trabalho de campo e elaboração do relatório;

b) dados gerais, contendo:

1. informações gerais sobre o grupo auto-atribuído como remanescente das comunidades dos quilombos, tais como, denominação, localização e formas de acesso, disposição espacial, aspectos demográficos, sociais e de infra-estrutura;
2. a caracterização do(s) município(s) e região com sua denominação, localização e informações censitárias com dados demográficos, sócio-econômicos e fundiários, entre outros;
3. dados, quando disponíveis, sobre as taxas de natalidade e mortalidade da comunidade nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;

c) histórico da ocupação, contendo:

1. descrição do histórico da ocupação da área com base na memória do grupo envolvido e depoimentos de eventuais atores externos identificados;
2. levantamento e análise das fontes documentais e bibliográficas existentes sobre a história do grupo e da sua terra;
3. contextualização do histórico regional e sua relação com a história da comunidade;
4. indicação, caso haja, dos sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como de outros sítios considerados relevantes pelo grupo;
5. levantamento do patrimônio cultural da comunidade a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, constituído de seus bens materiais e imateriais, com relevância na construção de suas identidade e memória e na sua reprodução física, social e cultural.
6. levantamento e análise dos processos de expropriação, bem como de comunidade;
7. caracterização da ocupação atual indicando as terras utilizadas para moradia, atividade econômica, caminhos e percursos, uso dos recursos naturais, realização dos cultos religiosos e festividades, entre outras manifestações culturais;
8. análise da atual situação de ocupação territorial do grupo, tendo em vista os impactos sofridos pela comunidade e as transformações ocorridas ao longo de sua história.

d) organização social, contendo:

1. identificação e caracterização dos sinais diacríticos da identidade étnica do grupo;
 2. identificação e análise das formas de construção e critérios do pertencimento e fronteiras sociais do grupo;
 3. identificação das circunstâncias que levaram a eventual secessão ou reagrupamento do Grupo;
 4. descrição da representação genealógica do grupo;
 5. mapeamento e análise das redes de reciprocidade intra e extra-territoriais e societários dos membros do grupo em questão;
 6. levantamento, a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, das manifestações de caráter cosmológico, religioso e festivo, atividades lúdico-recreativas em sua relação com a terra utilizada, os recursos naturais, as atividades produtivas e o seu calendário;
 7. levantamento das práticas tradicionais de caráter coletivo e sua relação com a ocupação atual da área identificando terras destinadas à moradia, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico, demonstrando as razões pelas quais são importantes para a manutenção da memória e identidade do grupo e de outros aspectos coletivos próprios da comunidade;
 8. descrição das formas de representação política do grupo;
- e) ambiente e produção, contendo:
1. levantamento e análise das categorias êmicas relacionadas às terras e ao ambiente onde vivem as comunidades e sua lógica de apropriação dessas áreas e configuração de seus limites;
 2. análise da lógica de apropriação das áreas nas quais vive o grupo, considerando as informações agrônomicas e ecológicas da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo;
 3. identificação e explicitação da forma de ocupação quanto ao seu caráter tradicional, evidenciando as unidades de paisagem disponíveis no presente e no plano da memória do grupo, bem como seus usos, necessários à reprodução física, social, econômica e cultural;
 4. descrição das práticas produtivas, considerando as dimensões cosmológicas, de sociabilidade, reciprocidade e divisão social do trabalho;
 5. descrição das atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade com a identificação, localização e dimensão das áreas e edificações utilizadas para este fim;
 6. identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural da comunidade e explicitação de suas razões;
 7. avaliação das dimensões da sustentabilidade referentes a ações e projetos e seus possíveis impactos junto ao grupo em questão;
 8. indicação de obras e empreendimentos existentes ou apontados como planejados, com influência na área proposta;
 9. descrição das relações sócio-econômico-culturais com outras comunidades e com a sociedade envolvente e descrição das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;
 10. identificação e descrição das áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais, tais como áreas de preservação permanente, reserva legal e zonas de amortecimento das unidades de conservação.

f) conclusão, contendo:

1. proposta de delimitação da terra, tendo como base os estudos previstos neste inciso I;
2. planta da área proposta, que inclua informações e indicação cartográfica de localização dos elementos anteriormente referidos;
3. descrição sintética da área identificada, relacionando seus diferentes marcos identitários, espaços e paisagens, usos, percursos, caminhos e recursos naturais existentes, tendo em vista a reprodução física, social e cultural do grupo, segundo seus usos, costumes e tradições;
4. indicação, com base nos estudos realizados, de potencialidades da comunidade e da área, que possam ser, oportunamente, aproveitadas;

II - levantamento fundiário, devendo conter a seguinte descrição e informações:

- a) identificação e censo de eventuais ocupantes não-quilombolas, com descrição das áreas por eles ocupadas, com a respectiva extensão, as datas dessas ocupações e a descrição das benfeitorias existentes;
- b) descrição das áreas pertencentes a quilombolas, que têm título de propriedade;
- c) informações sobre a natureza das ocupações não-quilombolas, com a identificação dos títulos de posse ou domínio eventualmente existentes;
- d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor;

III - planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno e, se possível, a indicação da área ser averbada como reserva legal, no momento da titulação;

IV - cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, utilizando-se formulários específicos do INCRA;

V - levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; e

VI - parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área, considerando os estudos e documentos apresentados.

§ 1º O início dos trabalhos de campo deverá ser precedido de comunicação prévia a eventuais proprietários ou ocupantes de terras localizadas na área pleiteada, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 2º. O Relatório de que trata o inciso I deste artigo será elaborado por especialista que mantenha vínculo funcional com o INCRA, salvo em hipótese devidamente reconhecida de impossibilidade material, quando poderá haver contratação, obedecida a legislação pertinente.

§ 3º. A contratação permitida no parágrafo anterior não poderá ser firmada com especialista que, no interesse de qualquer legitimado no processo, mantenha ou tenha mantido vínculo jurídico relacionado ao objeto do inciso I.

§ 4º. Verificada, durante os trabalhos para a elaboração do Relatório de que trata o caput, qualquer questão de competência dos órgãos e entidades enumerados no art. 12, o Superintendente Regional do INCRA deverá comunicá-los, para acompanhamento, sem prejuízo de prosseguimento dos trabalhos.

§ 5º. Fica facultado à comunidade interessada apresentar peças técnicas necessárias à instrução do RTID, as quais poderão ser valoradas e utilizadas pelo INCRA.

§ 6º. Fica assegurada à comunidade interessada a participação em todas as fases do procedimento administrativo de elaboração do RTID, diretamente ou por meio de representantes por ela indicados.

§ 7º. No processo de elaboração do RTID deverão ser respeitados os direitos da comunidade de:

I - ser informada sobre a natureza do trabalho;

II - preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais;

III - autorizar que as informações obtidas no âmbito do RTID sejam utilizadas para outros fins; e

IV - acesso aos resultados do levantamento realizado.

PUBLICIDADE

Art. 11. Estando em termos, o RTID será submetido à análise preliminar do Comitê de

Decisão Regional do INCRA que, verificando o atendimento dos critérios estabelecidos

para sua elaboração, o remeterá ao Superintendente Regional, para elaboração e publicação do edital, por duas vezes consecutivas, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e

IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º A publicação será afixada na sede da Prefeitura Municipal onde está situado o imóvel, acompanhada de memorial descritivo e mapa da área estudada.

§ 2º A Superintendência Regional do INCRA notificará os ocupantes e confinantes, detentores de domínio ou não, identificados na terra pleiteada, informando-os do prazo para apresentação de contestações.

§ 3º. Não sendo verificado o atendimento dos critérios estabelecidos para a elaboração do RTID, o Comitê de Decisão Regional do INCRA o devolverá ao Coordenador do Grupo Técnico Interdisciplinar para sua revisão ou complementação, que, uma vez efetivada, obedecerá ao rito estabelecido neste artigo.

§ 4º. Na hipótese de o RTID concluir pela impossibilidade do reconhecimento da área estudada como terra ocupada por remanescente de comunidade de quilombo, o Comitê de Decisão Regional do INCRA, após ouvidos os setores técnicos e a Procuradoria Regional, poderá determinar diligências complementares ou, anuindo com a conclusão do Relatório, determinar o arquivamento do processo administrativo.

§ 5º. A comunidade interessada e a Fundação Cultural Palmares serão notificadas da decisão pelo arquivamento do processo administrativo e esta será publicada, no Diário Oficial da União e da unidade federativa onde se localiza a área estudada, com o extrato do Relatório, que contenha os seus fundamentos.

§ 6º. Da decisão de arquivamento do processo administrativo, de que trata o § 4º, caberá pedido de desarquivamento, desde que justificado.

§ 7º. A Superintendência Regional do INCRA encaminhará cópia do edital para os remanescentes das comunidades dos quilombos.

CONSULTA A ÓRGÃOS E ENTIDADES

Art. 12. Concomitantemente a sua publicação, o RTID será remetido aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de 30 (trinta) dias, apresentarem manifestação sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e seu correspondente na Administração Estadual;

III - Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN;

VI - Fundação Cultural Palmares;

VII - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e seu correspondente na Administração Estadual; e

VIII - Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

§ 1º. O Presidente do INCRA encaminhará o RTID a outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, quando verifique repercussão em suas áreas de interesse, observado o procedimento previsto neste artigo.

§ 2º. O INCRA remeterá o arquivo digital do memorial descritivo (shape file) à Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, para inclusão em sistema georreferenciado, de amplo acesso a todos os órgãos e entidades.

§ 3º. Expirado o prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento da cópia do RTID, e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o seu conteúdo.

§ 4º. O INCRA terá um prazo de 30 (trinta) dias para adotar as medidas cabíveis diante de eventuais manifestações dos órgãos e entidades.

§ 5º. Fica assegurado à comunidade interessada o acesso imediato à cópia das manifestações dos órgãos e entidades referidos neste artigo, bem como o acompanhamento das medidas decorrentes das respectivas manifestações.

CONTESTAÇÕES

Art. 13. Os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do INCRA, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. As contestações oferecidas pelos interessados serão recebidas nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Art. 14. As contestações dos interessados indicados no art. 12 serão analisadas e julgadas pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA, após ouvidos os setores técnicos e a Procuradoria Regional em prazo comum de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo da contestação.

§ 1º. Se o julgamento das contestações implicar a alteração das informações contidas no

edital de que trata o art. 11, será realizada nova publicação e a notificação dos interessados.

§ 2º. Se o julgamento das contestações não implicar a alteração das informações contidas no edital de que trata o art. 11, serão notificados os interessados que as ofereceram.

Art. 15. Do julgamento das contestações caberá recurso único, com efeito apenas devolutivo, ao Conselho Diretor do INCRA, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação.

§ 1º. Sendo provido o recurso, o Presidente do INCRA publicará, no Diário Oficial da União e da unidade federativa onde se localiza a área, as eventuais alterações das informações contidas no edital de que trata o art. 11 e notificará o recorrente.

§ 2º. Não sendo provido o recurso, o Presidente do INCRA notificará da decisão o recorrente.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS PLEITEADAS

Art. 16. Incidindo as terras identificadas e delimitadas pelo RTID sobre unidades de conservação constituídas, áreas de segurança nacional, áreas de faixa de fronteira e terras indígenas, a Superintendência Regional do INCRA deverá, em conjunto, respectivamente, com o Instituto Chico Mendes, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional ou a FUNAI, adotar as medidas cabíveis, visando a garantir a sustentabilidade dessas comunidades, conciliando os interesses do Estado.

§ 1º. A Secretaria do Patrimônio da União e a Fundação Cultural Palmares serão ouvidas, em todos os casos.

§ 2º. As manifestações quanto às medidas cabíveis, referidas no caput, ficarão restritas ao âmbito de cada competência institucional.

§ 3º. Verificada controvérsia quanto às medidas cabíveis, de que trata o caput, o processo administrativo será encaminhado:

I - em se tratando do mérito, à Casa Civil da Presidência da República, para o exercício de sua competência de coordenação e integração das ações do Governo, prevista no art. 2º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;

II - sobre questão jurídica, ao Advogado-Geral da União, para o exercício de sua competência, prevista no art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e o art. 8ºC, da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

§ 4º. Aplica-se, no que couber, aos órgãos e entidades citados no caput e no § 1º do art. o disposto neste artigo.

§ 5º. Os Órgãos e as Entidades de que trata este artigo definirão o instrumento jurídico

apropriado a garantir a permanência e os usos conferidos à terra pela comunidade quilombola enquanto persistir a sobreposição de interesses.

Art. 17. Concluídas as fases a que se referem os arts. 14, 15 e 16, o Presidente do INCRA publicará, no Diário Oficial da União e da unidade federativa onde se localiza a área, portaria reconhecendo e declarando os limites da terra quilombola, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 18. Se as terras reconhecidas e declaradas incidirem sobre terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, a Superintendência Regional do INCRA encaminhará o processo a SPU, para a emissão de título em benefício das comunidades quilombolas.

Art. 19. Constatada a incidência nas terras reconhecidas e declaradas de posse particular sobre áreas de domínio da União, a Superintendência Regional deverá adotar as medidas cabíveis visando à retomada da área.

Art. 20. Incidindo as terras reconhecidas e declaradas sobre áreas de propriedade dos

Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, a Superintendência Regional do INCRA encaminhará os autos para os órgãos responsáveis pela titulação no âmbito de tais entes federados.

Parágrafo único. A Superintendência Regional do INCRA poderá propor a celebração de convênio com aquelas unidades da Federação, visando à execução dos procedimentos de titulação nos termos do Decreto e desta Instrução.

Art. 21. Incidindo as terras reconhecidas e declaradas em imóvel com título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, a Superintendência Regional do INCRA adotará as medidas cabíveis visando à obtenção dos imóveis, mediante a instauração do procedimento de desapropriação.

Art. 22. Verificada a presença de ocupantes não quilombolas nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, a Superintendência Regional do INCRA providenciará o reassentamento em outras áreas das famílias de agricultores que preencherem os requisitos da legislação agrária.

DEMARCAÇÃO

Art. 23. A demarcação da terra reconhecida será realizada observando-se os procedimentos contidos na Norma Técnica para Georreferenciamento de imóveis rurais aprovada pela Portaria nº 1.101, de 19 de novembro de 2003, do Presidente do INCRA e demais atos regulamentares expedidos pela Autarquia, em atendimento à Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.

TITULAÇÃO

Art. 24. O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade, devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas.

§ 1º. Incidindo as terras reconhecidas e declaradas nas áreas previstas nos arts. 19 e 20, aos remanescentes de comunidades de quilombos fica facultada a solicitação da emissão de Título de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo, quando couber e em caráter provisório, enquanto não se ultima a concessão do Título de Reconhecimento de Domínio, para que possam exercer direitos reais sobre a terra que ocupam.

§ 2º. A emissão do Título de Concessão de Direito Real de Uso não desobriga a concessão do Título de Reconhecimento de Domínio.

Art. 25. A expedição do título e o registro cadastral a serem procedidos pela Superintendência Regional do INCRA far-se-ão sem ônus de nenhuma espécie aos remanescentes das comunidades de quilombos, independentemente do tamanho da área.

Art. 26. Esta Instrução Normativa aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade das fases iniciadas ou concluídas sob a vigência da Instrução Normativa anterior.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, contudo, pode ser aplicado o art. 16.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. A Superintendência Regional do INCRA promoverá, em formulários específicos, o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 28. Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, bem como o acompanhamento dos processos de regularização em trâmite na Superintendência Regional do INCRA, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 29. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas nesta Instrução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei

orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento.

Art. 30. A Superintendência Regional do INCRA encaminhará à Fundação Cultural Palmares e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional todas as informações relativas ao patrimônio cultural, material e imaterial, contidos no RTID, para as providências de destaque e tombamento.

Art. 31. O INCRA, através da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) e da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), manterá o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares informados do andamento dos processos de regularização das terras de remanescentes de quilombos.

Art. 32. Revoga-se a Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005.

Art. 33. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF HACKBART

ANEXO I — Comunidades Quilombolas com Certidão Conferida pela Fundação Palmares

Certidão de Autodefinição

Atualmente existem 72 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares no Rio Grande do Sul. A certidão assegura a existência dos remanescentes de quilombos a partir de sua história, costumes e cultura.

Comunidade	Município
Tamanduá e Vila da Lata	Aceguá
Vila Progresso	Arroio do Padre
Quilombo de Candiota	Candiota
Estância da Figueira e Cerro das Velhas	Canguçu
Lichuguana	Cerrito
Serrinha do Cristal	Cristal
Madeira	Jaguarão
Vó Ernestina	Morro Redondo
Várzea dos Baianos, Solidão e Bolsa do Candiota	Pedras Altas
Algodão, Vó Elvira e Alto do Caixão	Pelotas
Rincão do Quilombo	Piratini
Tio Dô	Santana da Boa Vista
Picada, Rincão das Almas, Monjolo, Torrão e Coxilha Negra	São Lourenço do Sul
Mutuca	Turuçu

Fonte: INCRA, 2010.



Figura 57: Início do Morro do Quinongongo.

Fonte: Acervo da Pesquisadora